



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**POSSIBILIDADES PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS
CAMPELINAS DO JAÚ: ESTRUTURAS DIALÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL¹**

Eunice Maciel Soeiro.

¹ . Esta Dissertação de Mestrado originou-se de Projeto de Pesquisa aprovado, em 09.07.08, através de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº 0142.115.000-08.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**POSSIBILIDADES PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS
CAMPELINAS DO JAÚ: ESTRUTURAS DIALÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL**

Eunice Maciel Soeiro.

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como um dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, na Linha de Pesquisa 02.

MANAUS – SETEMBRO 2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**POSSIBILIDADES PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS
CAMPELINAS DO JAÚ: ESTRUTURAS DIALÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL**

Eunice Maciel Soeiro.

BANCA EXAMINADORA

**Profº. Drº. Jorge Gregório da Silva
Presidente**

**Profº. Drº Aristonildo Chagas Araújo Nascimento
Membro - UFAM**

**Profª. Drª. Marilene Correa da Silva Freitas
Membro - UFAM**

MANAUS – SETEMBRO 2009

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois Ele tem feito valer o meu viver, renovando minhas forças a cada amanhecer.

Em especial, ao meu pai Miguel Maciel Carneiro (in memorium) que se esforçou extremamente para que eu me tornasse uma educadora.

Ao meu querido e amado esposo, Hércules Dantas Soeiro, que me acompanha diariamente, incentivando-me e acreditando na minha capacidade.

Ao meu irmão Mauro Mendes Maciel (Morote) que me faz sorrir lembrando de nossa infância e preenche a saudade dos meus outros irmãos e irmãs que moram em outros Estados.

Ao meu orientador, Dr Jorge Gregório da Silva, que paulatinamente contribuiu para construção dessa Dissertação com elevado nível profissional, responsabilidade acadêmica e cognição.

RESUMO

O presente trabalho trata da Educação Ambiental, numa perspectiva transversal e libertadora, para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos das Escolas Campesinas do Jaú. É um estudo construído com fundamento da epistemologia histórico-crítico que objetiva compreender a direção geral em que se desenvolve a Educação Ambiental, em especial no local pesquisado. A escolha da abordagem histórico-crítica prende-se ao fato de ser uma epistemologia que contribui para a construção de uma proposta pedagógica preocupada com a compreensão do real para sua transformação a partir do ponto de vista dos educandos (trabalhadores), baseada na experiência de suas lutas anteriores e nas atuais. No que se refere à compreensão das relações existentes entre a política internacional, nacional e local de proteção ambiental, essa abordagem contribui, fundamentalmente, com a possibilidade de perceber as partes da realidade que se relacionam intrinsecamente com o todo. A abordagem histórico-crítica ajudou a compreender que a Filosofia da Ciência funciona como o exercício da crítica à organização da perspectiva de EA desenvolvida na modalidade de Jovens e Adultos das Escolas do “PNJ”, possibilitando a postulação de possibilidades para elas. Por isso, o estudo foi baseado numa pesquisa bibliográfica e de campo. O levantamento bibliográfico apontou para uma “nova” perspectiva de se trabalhar a Educação Ambiental na EJA das escolas em questão, fundada nas categorias de Paulo Freire: ontologia, gnosiológica, ética, estética e o inédito-viável. A pesquisa de campo se constituiu de entrevistas e produção de relatórios. Participaram das entrevistas 15 sujeitos, sendo: 9 alunos, 3 professores, 2 secretários municipais e 1 representante de Organização Não- governamental. A pesquisa de campo procurou conhecer as particularidades relativas à EA, o processo ensino-aprendizagem dos educandos, atuação de segmentos governamental e não-governamental nas escolas e as dificuldades de professores e alunos. Os resultados obtidos pela pesquisa retrataram que o local onde se situam as escolas, o Parque Nacional do Jaú, predomina o controle, a vigilância e a disciplina imposta aos moradores e o descaso do poder público em relação aos alunos e professores dessas escolas. Alunos trabalhadores que vivem em processo de estagnação. A Educação Ambiental faz parte do discurso do responsável do Plano de Manejo, dos Secretários, dos professores, mas não dos alunos dessas escolas, que não a conhecem.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Parque Nacional do Jaú, Educação de Jovens e Adultos, Educação Libertadora, trabalhadores campesinos.

ABSTRACT

The work deals with the Environmental Education in the view transversal and liberating to modality of Education of Youngs and Adults from Rurals Schools of the Jaú. It is a study constructed with philosophical basis of the historical critic that objects to comprehend the direction generality in that itself the Environmental Education, in particular in the place searched. The choice of the knowledge's theory historical critic attaches the fact of the to be a proposal pedagogic preoccupied with the comprehension of the real to its transformation breaking of the vision of the students (workers), based in the experience of yours anterior fight and actual fight. In the that deal the comprehension of the reports between international politic, national and local of environmental protection, this vision contributes fundamental with the possibility of the perceive the parts of the reality that itself relate with totality. The vision historical critic contributed to comprehend that the philosophy´s science functions how the exercise of the critic the organization of the vision the Environmental Education developed Education of Youngs and Adults at "PNJ", enable the postulation de possibilities to its. For this the study was based in the literature search and field. The bibliographic pointed to a "new" vision of approach to work the Environmental Education in the Education of Youngs and Adults these schools, based in the categories of Paulo Freire: ontology, gnosiologia, ethics, esthetics and possible unpublished. The search of field constituted of interviews and production of written reports. Fifteen people participated of interviews. Nine students, three teachers, two secretaries and one representative of ONG. The search of field looked for to know the particularity about Environmental Education, the process teaching apprenticeship, actions of parts governmental and no-governmental in the schools and difficulties of teachers and students. The results achieved by the search pointed which where were the schools, Jau National Park, predominated the control, the vigilance and the discipline above the people and the negligence of the Public Power about the students and teachers these schools. Students workers that live in process of stagnation. The Environmental Education is in the discourse of the author of Management Plan, of the secretaries, of the teachers, but no of the students these schools because no know it.

Key works: Environment Education, Jau National Park, Education of Youngs and Adults, Liberating Education, rural workers.

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

| | |
|----------|---|
| BASA | Banco da Amazônia |
| CEFETs | Centros Federais de Educação Tecnológica |
| EAFs | Escolas Agrotécnicas Federais |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| ETF | Escolas Técnicas Federais |
| CONAMA | Conselho Nacional de Meio Ambiente |
| COEA | Coordenação Geral de Trabalho de Educação Ambiental |
| EA | Educação Ambiental |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBDF | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal |
| FVA | Fundação Vitória Amazônica |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MERG | Programa de Manejo de Ecossistemas e Recursos com Ênfase em Gênero |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| ONG | Organização Não-Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PANAC | Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania |
| PCNs | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PROEJA | Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos |
| PNMA | Política Nacional de Meio Ambiente |
| PNJ | Parque Nacional do Jaú |
| PROJOVEM | Programa Nacional de Inclusão de Jovens |
| PROSAMIM | Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus |
| ProNEA | Programa Nacional de Educação Ambiental |
| SECAD | Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade |
| SUDAM | Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia |
| UCS | Unidades de Conservação |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura |
| WWF | Fundo Mundial para a Natureza |

SUMÁRIO

| | |
|---|----------|
| INTRODUÇÃO ----- | 9 |
| Introduzindo a temática do estudo ----- | 10 |
| Justificativa ----- | 10 |
| Objetivos ----- | 12 |
| Delimitação do Problema ----- | 12 |
| Questões Norteadoras ----- | 14 |
| Procedimentos Metodológicos ----- | 14 |
| Organização e Estrutura do Trabalho ----- | 16 |

CAPÍTULO I

| | |
|--|----|
| 1 A POLÍTICA PÚBLICA QUE NORTEIA OS CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ESCOLAS CAMPESINAS DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ | |
| 1.1 Primícias da Educação Ambiental ----- | 18 |
| 1.2 As Conferências Internacionais sobre o meio ambiente saudável----- | 23 |
| 1.3 Educação Ambiental na Legislação Brasileira ----- | 33 |

CAPÍTULO II

| | |
|--|----|
| 2 A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS CAMPESINAS DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ | |
| 2.1 Cenário das Escolas do PNJ ----- | 37 |
| 2.2 Sujeitos do PNJ ----- | 48 |
| 2.3 A educação ambiental numa perspectiva libertadora----- | 55 |

CAPÍTULO III

| | |
|---|----|
| 3 A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA ARTICULADA COM A REALIDADE DO ALUNO E DA COMUNIDADE DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ | |
| 3.1 Visão de Educação Ambiental ----- | 68 |
| 3.2 Ontologia do homem do Jaú ----- | 73 |
| 3.3 Vida campesina na sala de aula----- | 81 |

| | |
|-----------------------------------|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS ----- | 110 |
|-----------------------------------|------------|

| | |
|--------------------------|------------|
| REFERÊNCIAS ----- | 118 |
|--------------------------|------------|

| | |
|---------------------|------------|
| ANEXOS ----- | 125 |
|---------------------|------------|

INTRODUÇÃO

Diante dos grandes problemas que o homem tem enfrentado nas últimas décadas, nenhum é mais devastador do que os provocados pelas forças da natureza em resposta às inúmeras degradações causadas por ele mesmo. Este processo de degradação ocorreu ora de maneira paulatino, ora acelerado.

Compreende-se o processo paulatino aquele relativo antes do início das grandes navegações exploratórias, porque neste período o homem fixava-se, geralmente, em um só território, como o continente europeu, onde desenvolvia uma economia basicamente de subsistência, explorando da natureza o necessário para manutenção da existência (atividade agrícola), ou seja, como fonte de recursos básicos, sem causar muitos danos ao planeta e à sua espécie.

A partir da construção de recursos para se locomover ao redor do mundo, o homem descobriu inúmeras riquezas em outras partes do planeta, então passou a saqueá-las para seu benefício imediato, desenvolvendo uma nova atividade econômica, a de exportação. Este fato colaborou para o desenvolvimento de uma civilização técnica, a qual preparou a revolução industrial que culminou na transformação sócio-econômica e política de todas as sociedades da Terra.

Este fato possibilitou a dilapidação generalizada dos recursos naturais do planeta, de maneira acelerada, sem a preocupação de preservação de ecossistemas e áreas que contribuem para o equilíbrio da natureza. Assim ocorreu o desaparecimento de várias espécies animais e vegetais, biótipos, como certas florestas e pântanos e o equilíbrio natural do planeta. Dessa maneira, a Terra, tornou-se, em diversas partes, hostil ao homem, que, hoje, é uma das espécies mais ameaçadas.

Partindo desse fato, vários pesquisadores, representantes de diversos países, realizaram, desde a década de 40, eventos para refletir sobre o problema do meio ambiente e estabelecer propostas para preservá-lo. A partir destas propostas, várias sociedades legislaram, ou seja, elaboraram leis a fim de evitar mais degradações ao Planeta.

E uma das estratégias para se evitar esse problema, proposta por eles, é através da Educação Ambiental, a qual foi legislada no Brasil a partir da Constituição de 1988. Apoiados nesta legalização, nos capítulos de nossa Dissertação, destacamos a importância de se trabalhar a Educação Ambiental articulada com os saberes do aluno e da comunidade, além de enfatizar as políticas públicas, gestoras do processo educacional das escolas pesquisadas.

Introduzindo a temática do estudo

No início do século XXI, a humanidade tem ficado preocupada com as alterações catastróficas que os homens têm causado à natureza ao longo da história, pois elas transformam tudo que as envolve em um cenário caótico de ameaça e destruição de vários ecossistemas. Diante de tal preocupação é imprescindível a preservação das áreas verdes do Planeta a fim de se buscar um reequilíbrio do que resta.

A Amazônia, por fazer parte desse contexto, deve ser priorizada. Neste sentido, destacamos a Educação Ambiental como um dos mecanismos para minimizar essa problemática. Desta totalidade de área territorial, elegemos a parte em que fica localizado o Rio Jaú, pertencente ao Parque Nacional do Jaú – PNJ -, o qual contém escolas campesinas, destas, selecionamos três: Seringalzinho, Patauí e Tambor.

Para essas instituições de ensino, discutiu-se, ao longo dessa Dissertação, propostas pedagógicas que articulem a identidade cultural dos moradores das comunidades do local, o conhecimento dos alunos e a importância da construção de uma Educação Ambiental, respeitando as dimensões das políticas públicas do Parque Nacional do Jaú, que ocupa uma área situada nos municípios de Novo Airão e de Barcelos.

Justificativa

A elaboração dessa pesquisa justifica-se pelo interesse em analisar a política educacional, elaborada pelos planejadores do Poder Público para as escolas campesinas do Parque Nacional do Jaú - AM. Trata-se de um espaço que tem como característica fundamental uma vasta biodiversidade de fauna e de flora e que, portanto, precisa ser conscientizados para a sua preservação.

Parte-se do princípio de que toda estrutura educacional deve ser organizada com a finalidade de promover a aprendizagem, o desenvolvimento e a conscientização do ser humano. Nessa perspectiva, a escola, em âmbito geral, e a escola campesina, em particular, devem ter como finalidade institucional, superar as dificuldades encontradas pelo aluno no entendimento dos conteúdos escolares.

A importância em desenvolver essa Dissertação de Mestrado consiste em construir ferramentas teórico-práticas para entender as reais intenções das políticas públicas quando

planeja a elaboração dos conteúdos que são transmitidos aos alunos e quais os fatores que produzem o baixo rendimento e a evasão escolar.

Trata-se de uma contribuição para a discussão teórica, com força material, na direção de compreender a realidade vivenciada em escolas campesinas do Jaú - AM, que auxilie na melhoria dos resultados de aprendizagem, conseguidos pelos alunos, diminuindo o número de pessoas com pouca escolaridade nos municípios de Novo Airão e Barcelos, do Estado do Amazonas, o que acarreta diversos problemas, entre eles, os de ordem econômica, política e social, que dificultam a conquista da cidadania emancipada.

Utilizando-se outras expressões, é uma proposta de estudo comprometida com a superação da situação apontada nos Parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Educação Fundamental, de alunos que não completam o ensino básico, aumentando a taxa de repetência e evasão escolar, num percentual de 33% e 5% respectivamente².

Em contraste com as dificuldades acadêmicas encontradas no lugar estudado, encontra-se uma fauna composta de quelônios, anfíbios, lagartos, serpentes e mamíferos. Existe, também, um maciço de vegetação, sendo composta por floresta densa tropical ou florestas abertas e por campinaranas arbóreas, densa, aberta ou arbusiva. É um cenário que exige uma proposta de Educação Ambiental.

A referida necessidade de elaborar uma proposta de Educação Ambiental é reforçada pela existência de uma cultura de vínculo dos alunos residentes no lugar, com a natureza. Trata-se de uma relação dos alunos da área campesina com a natureza diferente da relação que existe entre os alunos da área urbana. Busca-se, porém, sistematizar, explicitar para reforçar o vínculo já existente.

A elaboração de uma proposta de Educação Ambiental no Parque Nacional do Jaú - AM pode funcionar como uma contribuição social e acadêmica à política pública que planeja a elaboração dos conteúdos para a educação campesina nos municípios de Novo Airão e Barcelos, do Estado do Amazonas. Um texto educativo vinculado à realidade, à cultura e ao meio social em âmbito geral em que o educando está inserido, contribui com a superação de boa parte das dificuldades educacionais existentes nesse lugar.

². Fonte: MEC/ SEDIAE / SEEC

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Conhecer a política pública que norteia os conteúdos para a prática pedagógica nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú.

Objetivos Específicos:

Refletir sobre a construção de uma proposta de Educação Ambiental nas escolas campesinas do Parque Nacional do Jaú.

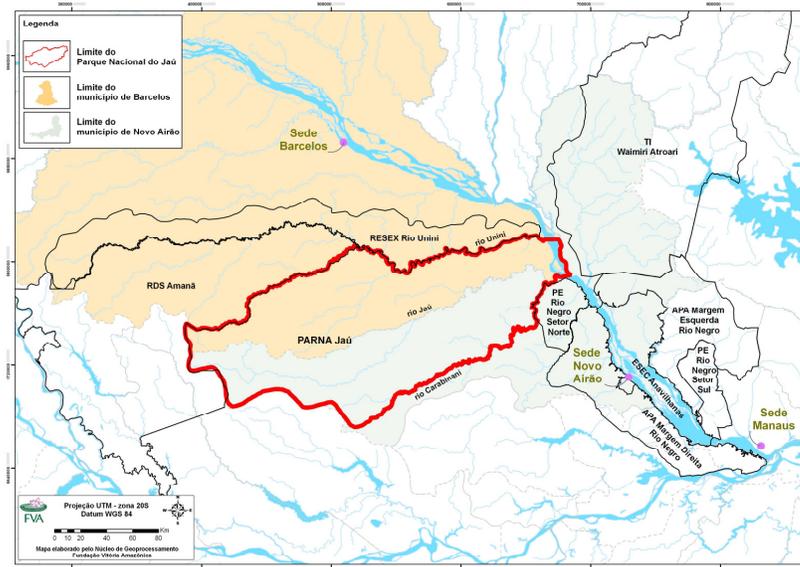
Analisar a construção de uma prática pedagógica articulada com a realidade do aluno e da comunidade do Parque Nacional do Jaú.

Delimitação do Problema

O Parque Nacional do Jaú (PNJ) é uma unidade de conservação. De acordo com a legislação brasileira, Parques Nacionais são definidos como áreas protegidas pelo Poder Público, ou seja, são Unidades de Conservação da Natureza (UCS), cuja posse e domínio da terra devem, obrigatoriamente, constar como patrimônio da União, não podendo pertencer a particulares.

Isso demonstra que as terras existentes dentro do PNJ devem estar sob domínio da União. O referido parque foi criado pelo “Decreto Nº. 85.200 de 24 de novembro de 1980, está localizado no estado do Amazonas, na margem esquerda do Rio Negro, a cerca de 200 km da cidade de Manaus, na Bacia do Rio Jaú, entre os municípios de Novo Airão e Barcelos, cuja área é de 2.272.000 ha. e perímetro de 540 km” (<http://ww2.ibama.gov.br>). Ver mapa abaixo.

Figura 1. Localização do Parque Nacional do Jaú



Esse número de hectares coloca-o na condição de um dos maiores Parques do mundo, protegendo, quase que integralmente, uma bacia hidrográfica, a do rio Jaú (do tupi yaú), o qual abriga ecossistemas de água preta, entre outros, extensas florestas tropicais úmidas contínuas. O nome Jaú deriva de um dos maiores peixes brasileiros: o jaú ou pacamon (*Paulicea luetkeni*), espécie que habita o local.

O PNJ limita-se ao norte com os rios Unini e Paunini e ao sul com o rio Carabinani, que é afluente da margem direita do rio Jaú; a oeste delimita-se pelas cabeceiras dos rios Paunini, Jaú e Carabinani e a leste pelo rio Negro. Ele possui um Plano de Manejo que foi elaborado pela Fundação Vitória Amazônica³, a qual, entre outras atribuições, coordena atividades de pesquisadores de instituições diferentes. A área do parque é habitada por 886 (até 1996) moradores, eles se estabeleceram às margens dos rios e de seus tributários.

As comunidades possuem escolas campesinas no Parque Nacional do Jaú: entre elas, uma situada na Comunidade Jaú Tambor (Novo Airão), outra na Comunidade Seringalzinho (Barcelos) e outra na Comunidade do Pataú (Barcelos). Estas escolas são denominadas campesinas, entre outros motivos, por estarem situadas em áreas do campo (zona rural).

Partindo do pressuposto desta localização campesina, percebemos que o lugar dispõe não só de um espaço exuberante da Floresta Amazônica e grande biodiversidade de flora e

³ . A Fundação Vitória Amazônica. Organização não governamental, sem fins lucrativos, baseada em Manaus, a rua R/S,quadra Q, casa 7, Morada do Sol, Aleixo. Fundada em 1990, tem por objetivos a conservação do meio ambiente aliada à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Região Amazônica, em particular da bacia do Rio Negro, mediante o uso sustentável dos recursos naturais de seus ecossistemas e com respeito às culturas, à diversidade étnica regional.

fauna, mas também de moradores que vivem às margens dos rios. Esses elementos são indispensáveis para a delimitação de uma reflexão sobre Educação Ambiental, fundada na transversalidade e na pedagogia freireana.

Para elucidar os problemas existentes nas escolas do Parque Nacional do Jaú, elaboramos três questões norteadoras. As questões norteadoras, decorrentes dos objetivos, foram respondidas nos três capítulos dessa Dissertação de Mestrado, com o auxílio de outros autores, das informações contidas nos questionários e nos relatórios.

Questões norteadoras

Qual é o objetivo implícito da política pública que norteia os conteúdos para a prática pedagógica nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú?

Qual o processo de construção da proposta de Educação Ambiental nas escolas campesinas do Parque Nacional do Jaú?

Qual é o impacto da construção de uma prática pedagógica articulada com a realidade do aluno e da comunidade do Parque Nacional do Jaú?

Procedimentos Metodológicos

A metodologia é uma elaboração racional e estruturada dos procedimentos que nos conduzirá à reflexão sobre O Parque Nacional do Jaú. Daí a necessidade, como nos diz Rúdio (1996) do método como “caminho a ser percorrido, demarcado, do começo ao fim, por fases ou etapas” (p. 17).

André (1996) diz, ainda, que a decisão metodológica deve estar articulada ao problema em questão e adaptar-se ao “que se pretende, aos conceitos que se pretende trabalhar, aos questionamentos derivados do quadro teórico adotado, aos níveis de análise que se quer priorizar para chegar ao conhecimento desejado”. (p. 15).

Tal investigação foi realizada em três escolas municipais do Parque Nacional do Jaú, onde a pesquisadora fez observações no que diz respeito à prática pedagógica do educador, aos conteúdos ministrados em sala de aula, à análise da política pública que norteia estes conteúdos, às razões dos professores estarem lotados nestas instituições de ensino, aos avanços e retrocessos dos alunos.

Como o objetivo deste projeto consiste na análise dos pressupostos da elaboração de uma proposta de Educação Ambiental no Parque Nacional do Jaú, fundada na transversalidade e na proposta pedagógica freireana, optou-se pelos seguintes instrumentos de pesquisa:

a) - Pesquisa bibliográfica – é exatamente importante porque possibilitará à pesquisadora deste trabalho buscar as contribuições de vários autores que trabalham a temática em estudo, a partir de referências teóricas publicadas em livros, revistas especializadas, pois segundo Lakatos e Marconi (1991) “A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusão inovadora” (p. 183).

Nesse tipo de pesquisa, foi feito um levantamento de informações alusivas ao tema dessa Dissertação, utilizando livros, teses, monografias, jornais, e-mail, revistas, cadernos de debates e anais de eventos regional, nacional e internacional a fim de colocarmo-nos diretamente com o que foi publicado a respeito daquela temática.

b) Pesquisa de campo. Ela viabiliza o contato direto entre o pesquisador e os sujeitos. A pesquisa de campo constitui-se de questionários e produção de relatórios.

O questionário permite aprofundar determinadas questões que só se tornarão possíveis mediante o contato e o diálogo com os sujeitos da pesquisa. Para Triviños (1987), além de valorizar “A presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e espontaneidade, enriquecendo a investigação” (p.146).

Na nossa perspectiva, dialogamos, através de um questionário, previamente estabelecido de maneira profissional, com as pessoas que fazem parte do cenário das escolas em questão, tendo como ponto condutor a reflexão proposta nessa Dissertação. As entrevistas foram feitas por etapas.

Na primeira etapa, visitamos a Fundação Vitória Amazônica (FVA), situada à rua R / A, Quadra Q, Casa 7, Morada do Sol, Aleixo, Manaus/AM, onde dialogamos com a Consultora de Turismo e Meio Ambiente, pessoa responsável pelo Programa de Formação Continuada de Professores Campesinos do Parque Nacional do Jaú (PNJ).

Dela obtivemos, preliminarmente, informações sobre as escolas campesinas, os professores, os métodos utilizados em sala de aula, avanço no processo ensino-aprendizagem, as dificuldades enfrentadas pelos professores e informações relativas às atividades de EA desenvolvida pela Fundação.

Na segunda, os professores de Educação de Jovens e Adultos (EJA), das escolas em questão, do Parque Nacional do Jaú, também responderam os questionários. Eles são lotados nas escolas através das secretarias municipais de Novo Airão e Barcelos.

Nesse questionário, fizemos perguntas que nos deram esclarecimentos sobre o papel do professor nessa modalidade de ensino, as principais razões de estarem lotados nas escolas do PNJ, tipos de materiais didáticos trabalhados, os conteúdos e as dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

Na terceira etapa, o Secretário de educação de Novo Airão e a Secretária de Educação de Barcelos, os quais estão envolvidos com a política educacional do PNJ, também, responderam o questionário. Nesta fase, as perguntas funcionaram como instrumento de reflexão a respeito da política pública que norteia os conteúdos desenvolvidos nas escolas. As informações organizadas em conversas com esses e outros sujeitos do PNJ foram anotadas nos Relatórios de Pesquisa de 1 a 5, anexos.

Na seqüência analisamos os dados de maneira contínua para identificar dimensões, categorias e relações significativas à pesquisa e, posteriormente, a elaboração da Dissertação de Mestrado.

A Dissertação de Mestrado foi desenvolvida dentro dos princípios teóricos do método histórico-crítico. Embora reconhecendo não só a existência, mas também a importância de princípios fundados na metafísica, optou-se pelo método histórico-crítico por ser a postura que melhor nos ajudou a refletir sobre o problema investigado. Assim também pensa Minayo (1999)

A dialética pensa a relação de quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivos dos fenômenos [...] Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou objetos sociais apresentam (p. 24-5)

Organização e estrutura do trabalho

O estudo está organizado em três partes: A primeira parte investiga a política pública que norteia os conteúdos para a prática pedagógica nas escolas campesinas do Parque Nacional do Jaú.

A segunda parte reflete sobre a construção de uma proposta de educação ambiental nas escolas campesinas do Parque nacional do Jaú.

A terceira parte analisa o impacto de uma prática pedagógica articulada com a realidade do aluno e da comunidade do Parque Nacional do Jaú.

CAPÍTULO I

1 A POLÍTICA PÚBLICA QUE NORTEIA OS CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ESCOLAS CAMPESINAS DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ.

[...] nós transformamos a nossa relação com o mundo e transformamos a nossa alienação dele - criando as nossas próprias relações distintamente humano-naturais - pela ação, isto é, através da nossa práxis material. (Karl Marx)

Neste capítulo analisamos o período histórico em que se discutiu teoricamente os problemas do meio ambiente, os principais agentes da deterioração da natureza, as epistemologias que trataram da consciência ecológica, os principais eventos internacionais sobre os problemas do meio ambiente. Tais eventos inspiraram a elaboração da Educação Ambiental na legislação brasileira numa perspectiva transdisciplinar.

1.1 Primícias históricas da Educação Ambiental

Embora a classe burguesa⁴ tenha ao longo da história, através da espoliação dos recursos naturais do planeta a fim de aumentar os lucros do capital, aderiu, na Idade Moderna, o discurso da consciência ecológica⁵ a partir de várias discussões em eventos internacionais sobre os problemas do meio ambiente.

Os adventos produzidos pela classe burguesa, detentora do capital, alteraram significativamente a paisagem natural do Planeta no que se refere ao avanço científico e tecnológico, pois “[...] ao mesmo tempo em que trouxeram benefícios para muitas pessoas, produziram também sérias conseqüências ambientais e sociais [...]” (DIAS, 1994, p. 58)

Entre as conseqüências ambientais têm-se o aquecimento global, a deterioração do ambiente físico, a poluição do ar, transmutação de espécies e o desaparecimento de vários ecossistemas; entre as conseqüências sociais, o aumento da desigualdade entre pobres e ricos e o países chamados de centro e os de periferia. Estas evidências fazem-nos perceber que o

⁴ . Classe hegemônica (a que detém o poder político e econômico sobre outra classe ou sobre todas as classes de uma sociedade) que se consolida no poder a partir da Revolução Francesa de 1789. Burguesia: Adjetivo pertencente ou relativo à Burguesia ou burgo. Burgos eram pequenas propriedades onde viviam os burgueses que mercadejavam.

⁵ . Desenvolvimento sustentável, turismo de preservação, preocupação com a fauna e a flora, ampliação das áreas de proteção ambiental, política de fiscalização da preservação ambiental e outros discursos.

homem burguês da época não estipulava limites para explorar os recursos naturais, mas, movido pela ganância dos lucros a qualquer preço, cooperou para mudanças na Terra.

A partir dessa maneira de atuação da classe burguesa na natureza, compreende-se que ela reflete o pensamento de Bacon (1561-1626)⁶, o qual concebia a natureza como objeto que deve ser explorado pelo ser pensante através da prática (técnica), devendo aquela ser submissa à vontade dominadora deste.

Em outras palavras, o filósofo, ao criticar que a natureza não era a imagem de Deus, como a filosofia antiga (Teleologia da Grande cadeia do Ser ou Teleologia Natural) propunha, uma vez que nas Escrituras Sagradas não havia confirmação disto, mas que o homem era a imagem do Criador. Esta postulação determinou o novo curso da filosofia e da mentalidade moderna, fato que colaborou para que o homem da época explorasse o meio ambiente e extraísse dele potencialidades.

As potencialidades se materializaram em lucros (valores). Assim se configura que a natureza deveria se conformar às necessidades do desenvolvimento da burguesia. Contudo, as postulações de Bacon (2004) recomendavam, também, que o homem deveria respeitar as leis da natureza, teoria que foi denominada de “maestria da natureza”.

Nesse sentido, considerando o homem burguês como o dominador da natureza, registra-se que ele, ainda, não conseguiu espoliá-la sem acarretar conseqüências drásticas a todas as espécies de vida no planeta, como as mudanças irrevogáveis no meio físico-natural. Tal fato acontece porque esse ser, dotado de uma consciência material, ignora de certa maneira sua dependência do meio ambiente.

Mas as reações do meio ambiente físico-natural, oriundas dessa espoliação, despertaram o interesse de estudiosos voltados para o pensamento ecológico, os quais subsidiaram estudos que serviram de base para a realização de eventos a fim de preservar o Planeta de mais degradações.

Entre os estudiosos, Rachel Carson (1998, p. 245) escreveu:

Hoje, seria difícil encontrar qualquer pessoa instruída que negasse os fatos da evolução. Não obstante, muitos de nós negamos o corolário óbvio: que o homem é afetado pelas mesmas influências ambientais que controlam as vidas de todos os muitos milhares de outras espécies com as quais ele está relacionado por vínculos evolucionários.

⁶. Francis Bacon (1561-1626), filósofo inglês, da linha empirista, valorizava a indução, insistindo na necessidade da experiência. Na obra *Novum Organum* (1620) sugere uma nova doutrina para o método, baseado na natureza e nela alcançar diretamente a experiência, deixando de lado toda manifestação de condicionamento social ou preconceito.

Dessa maneira a autora reflete uma das concepções de Darwin⁷ (1987) sobre a evolução das espécies, na qual ele entendia que os seres humanos e as outras espécies eram um produto da evolução ao acaso, por isso não eram seres fixos, mas continuavam sujeitos ao processo evolucionário na natureza, assim chegando ao que ele denominou de transmutação das espécies.

Considerando essa concepção, entende-se que muitas espécies passaram pelo processo da transmutação, como alguns ecossistemas vegetais que tiveram alterações significativas em sua estrutura física, em virtude, entre outros, das inúmeras degradações causadas pelo homem ao meio ambiente. Isto justifica que alguns seres vivos estão sujeitos ao processo de mudança do meio físico-natural, outros não, porque morrem.

Em relação ao homem, as alterações do ambiente afetam diretamente a saúde, causando em certos casos óbitos, e a escassez de recursos necessários à subsistência, como a água potável. Daí a necessidade de se desenvolver a consciência ecológica no ser humano.

Contudo, a consciência ecológica não surgiu na modernidade, mas com as culturas orientais, como a de Tao Te Ching de Lao-Tsé⁸ e com os filósofos da antiguidade grega, entre eles: Epicuro⁹ cujas concepções e de outros filósofos serviram de base para Karl Marx (1818-1883), no início da Modernidade, formular estudos sobre o materialismo da natureza que evidenciam, significativamente, o processo de deterioração do meio físico-natural pela burguesia.

Lao – Tse (2005), no poema 39, nos versos 11 e 12, revela que os homens soberanos são modelos somente quando preservam a unidade. Em outras palavras, este oriental da antiguidade demonstra um princípio de preservação do universo pelo homem a fim de que se estabeleça um equilíbrio, servindo como paradigma para os outros seres humanos.

⁷ Charles Darwin (1809-1882). No século XIX contribuiu significativamente para o desenvolvimento das Ciências Biológicas através de estudos científicos sobre A origem das espécies, publicada em 1859, na qual considerava a variação e a seleção natural como os fatores principais na origem de novas espécies, permeada pela transmutação na luta pela subsistência.

⁸ Não existe informação registrada sobre o criador da Dialética, porém, Lao Tse (VI a.C.), foi o primeiro a incorporá-la em um estudo religioso, ou seja, trata-se da dialética do espírito que, entre outros, trata do equilíbrio entre o homem e a natureza.

⁹ Epicuro nasceu em Atenas em 341 a.C, inspirado nas obras dos atomistas gregos Leucipo (fl. C. 430 a. C) e Demócrito (fl. C. 420 a. C.), contribuiu para o desenvolvimento do materialismo do Iluminismo Inglês e Francês. Sua teoria centrava-se, entre outras, no atomismo, o qual lhe permitia aprofundar a natureza da existência e a sensação humana. A essência do materialismo epicurista residia na concepção de mortalidade tanto dos seres humanos quanto do Universo, por isso se opunha à filosofia aristotélica, promovida pelo cristianismo.

Epicuro, filósofo ateniense, em seus fragmentos traduzidos fielmente por Lucrecio¹⁰ retratam, entre outras idéias, que “[...] o materialismo de Epicuro estendeu a liberdade e a contingência aos seres humanos e a toda natureza, mas sem perder de vista o terreno da necessidade material [...]” (LONG e SEDLEY, 1987, p. 137).

No entendimento de Epicuro, o conhecimento humano sobre a realidade sensual deve surgir a partir de uma individualidade abstrata e na liberdade (autodeterminação), permeada pela razão interna. Porém, esta liberdade precisa ter limitações, considerando a natureza (o mundo material), por exemplo, para continuidade de sua existência, ela precisa ser manipulada racionalmente, pois, assim, se evitaria o acidental (contingência), como o aquecimento global.

Dessa maneira pode-se afirmar que Epicuro evidencia uma visão de mundo humanista e ecológica. Humanista porque o homem tem o livre arbítrio para explorar a natureza a fim de atender as necessidades básicas de subsistência. Ecológica, porque, o homem utilizando-se dessa liberdade poderia romper as barreiras de suas necessidades e provocar o acidental, prejudicando ou até eliminando outros ecossistemas, ou seja, o filósofo chama a atenção para a conservação.

Outra contribuição de Epicuro foi o reconhecimento da realidade do mundo da aparência como alienação da essência. Esta percepção surgiu a partir de sua teoria do conhecimento sobre o atomismo que “[...] permitia-lhe aprofundar a natureza da existência e sensação humana [...]” (CYRIL, 1928, p. 205).

Reconhecendo o processo de alienação humana, esse filósofo se opunha à filosofia de Demócrito¹¹ que considerava que a verdade se encontrava na aparência e que a verdade do átomo não podia ser perceptível ao homem. Neste sentido, pode-se dizer que o homem é um ser alienado do mundo, porque não consegue perceber a realidade dos fatos, pois, geralmente, ele se mantém direcionado pelas concepções demandadas pelo poder dominante da sociedade, prejudicando, entre outros, sua própria espécie e a natureza.

Entre os seres humanos, destacam-se como os mais prejudicados os que têm pouco ou nenhum poder aquisitivo, ou seja, o proletariado e os desempregados. Aquela categoria é a base de sustentação do poder do capital, pois, com sua força de trabalho, espolia a natureza,

¹⁰ . Lucrecio, poeta romano, um dos seguidores da filosofia epicurista, na obra *De rerum nature* (Da natureza das coisas (c. 99_55 a. C.), reproduziu fielmente as principais idéias e até a fraseologia do seu mestre.

¹¹ . Demócrito nasceu em Abdera (Colônia Jônia da Trácia) em 420 a.C., estudou Matemática e Física. Sua filosofia retratava que toda realidade como consistindo num número infinito de átomos imutáveis, pequenos demais para serem vistos, mas de diferentes formatos e tamanhos, que existiam num vácuo.

mandados pelos burgueses (monopolizadores da terra) e não usufruem os bens que produzem, ficando à mercê, entre outros, das poluições provocadas por essa espoliação.

Nesta direção (ENGELS, 1964, p. 221)¹² argumentou: “[...] Cada vez mais, a população havia sido expulsa da terra pela sociedade burguesa, que preparou assim o caminho para a exploração mais intensa tanto do lado natural quanto humano da produção[...]”.

Engels evidencia nesse argumento, entre outros, que a burguesia, na Modernidade, acentuou a exploração dos recursos naturais do planeta, apontando, de certa maneira, uma extensa degradação, a qual se verifica no século XXI (“Pós-Modernidade”) através dos inúmeros problemas ambientais.

Outro filósofo a tratar desse assunto foi o colaborador de Engels, (MARX, 1975, p. 302), que foi registrado no início desse capítulo, o qual mencionou: “[...] O proletariado se tornou assim uma classe universal exposta à ‘poluição universal’, uma classe ameaçada pela perda total de humanidade, uma classe que só poderia se emancipar a si mesma através da emancipação total da humanidade [...]”.

Desse argumento destaca-se o que se refere à natureza “o fato da poluição universal”, o qual Karl Marx¹³ caracterizava que era o ambiente onde os trabalhadores viviam, ou seja, expostos à poluição atmosférica e a do solo decorrente da espoliação dos recursos naturais. Nesse sentido, percebe-se a preocupação do autor com a saúde dos trabalhadores, assim se caracteriza a consciência ecológica dele em relação à espécie humana.

Além disto, esta crítica foi mencionada porque Marx, em seus estudos sobre economia política, percebeu, a partir da realidade social, que de um lado da sociedade tinha o avanço técnico, o aumento do poder do homem sobre a natureza, o enriquecimento da burguesia e o progresso; de outro, e, contraditoriamente, a exploração crescente da classe operária, mais empobrecida, em virtude de produzir a mais-valia¹⁴.

¹². Friedrich Engels (1820-1895), filho de um industrial alemão do setor têxtil, criticou duramente o Ensaio de Malthus, pároco da Igreja protestante, que tratava da relação da população com a terra. Nesta teoria os pobres eram considerados excedentes e nada se poderia fazer por eles, a não ser facilitar a sua fome, uma vez que não havia o suficiente para todos (subsistência), mas para a minoria, os detentores do capital. Esta teoria influenciou a economia política da época. Além disso, Engels foi colaborador de Karl Marx em trabalhos acadêmicos e filosóficos, entre eles, a teoria marxista.

¹³. Karl Marx (1818-1883), judeu, naturalizado na Alemanha. Em sua tese de doutoramento sobre A diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e Epicuro (escrita em 1840-1841), partindo de uma concepção helgeliana esquerdista, paulatinamente, transcendeu esta concepção e levantou o conflito entre a filosofia especulativa (ou idealismo) e o materialismo, o qual serviu de base para ele e Friedrich Engels criarem o materialismo histórico, teoria e metodologia avançada de produzir ciência social em âmbito geral e em especial a educação.

¹⁴. Mais-valia é o valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho, e que é apropriado pelo capitalista.

Com base principalmente no “aumento do poder do homem sobre a natureza”, Marx e Engels, na 2ª parte do Manifesto Comunista, desenvolveram a idéia de metabolismo humano com a natureza, que consistia em abolir as contradições entre cidade e campo (combinação de agricultura com indústrias), por uma distribuição mais equitativa da população pelo país, pois, segundo eles, são nessas contradições que se constituem a ordem da burguesia.

A partir deste pensamento, entre outros, nessa obra, a posição deles era estimular uma relação sustentável entre os seres humanos e a natureza através da organização da produção de modos que levassem em consideração a relação metabólica entre seres humanos e a terra. Marx e Engels (1968).

Vale ressaltar que as contradições apontadas pelos filósofos acima evidenciam que a classe burguesa do início da modernidade criou forças de produção, as quais acarretaram mudanças na sociedade, pois não só contribuiu para migração de milhares de pessoas para as cidades industrializadas (superpopulação), mas também incentivou a exploração desordenada dos recursos naturais, contribuindo para alienação da humanidade em relação à natureza.

Estas idéias tornaram-se mais fecundas na obra *Capital* (1976), na qual Karl Marx faz a crítica da economia política burguesa, ressaltando que o trabalho é entendido como um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza.

Dessa maneira o filósofo alemão, entre outras concepções, mostra que a burguesia desencadeia, em grande escala, os problemas ambientais que prejudicam toda a humanidade, despertando a sociedade para desenvolver um pensamento ecológico a fim de resolver a degradação ambiental e melhorar a qualidade de vida dos habitantes do planeta Terra.

Nesta direção, ainda, na modernidade, estudiosos, preocupados com os problemas ambientais, como alguns mencionados nesse trabalho, reuniram-se em eventos internacionais para tratar daquele assunto, uma vez que estavam ameaçando a qualidade da vida humana, por isto era preciso criar providências.

1.2 As Conferências Internacionais sobre o meio ambiente saudável

Embora todas as conferências internacionais sobre os problemas de meio ambiente tenham contribuído para que várias nações despertassem sua consciência ecológica e utilizassem medidas de preservação ambiental. Neste trabalho tratamos da Conferência de

Estocolmo, Belgrado, Tbilisi, Moscou, Rio 92 e Tessalonik (Grécia) pelo fato de elas apontarem a Educação Ambiental como estratégia de preservação.

A Conferência de Estocolmo, Suécia, realizada em 1972, teve a participação da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual fez declaração sobre o Meio Ambiente Humano, estabelecendo vinte e três princípios, dentre os quais destacamos o de N° 19. (DIAS, 1992, p. 270).

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens como os adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente, em toda sua dimensão humana.

A partir deste princípio evidencia-se o marco histórico político internacional para o surgimento de propostas de gerenciamento ambiental, tendo como estratégia de atuação a Educação ambiental a fim de combater a crise ambiental no mundo, considerando os sujeitos de todos os segmentos da sociedade mundial.

Esta conferência, ao reconhecer a importância da Educação Ambiental, “[...] gerou, ainda, a Declaração sobre o Ambiente Humano e estabeleceu o Plano de Ação Mundial com o objetivo de inspirar e orientar a humanidade para preservação e melhoria do ambiente [...]” (DIAS, 1994, p. 21).

Dando seqüência a essas orientações, em especial à Educação Ambiental, a Conferência de Belgrado, ex-Iugoslávia, em 1975, culminou na produção de uma Carta, que recebeu o nome do local do evento (Carta de Belgrado), apresentando “[...] os princípios e as orientações para um programa internacional de educação Ambiental [...]”. Desta maneira se configurou o marco geral e histórico para a Educação Ambiental Mundial.

A Conferência de Belgrado durou dez dias e teve como tema principal a premente necessidade de uma nova ética global que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana.

Considerando este tema, percebe-se que os especialistas, envolvidos nesse evento, estavam alertando a sociedade mundial para buscar um novo caminho de desenvolvimento a fim de se resolver os problemas mencionados. Ao final da Conferência foi explicado, também, na Carta, que o crescente desenvolvimento dos países ricos (G-7)¹⁵ acentuou a

¹⁵ .O chamado G-7, ou seja, o grupo dos sete países considerados mais ricos e que possuem maior desenvolvimento econômico e tecnológico, é formado por Japão, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália e Canadá.

diferença entre os periféricos, bem como o aumento dos problemas de desigualdades neles e entre eles.

Além de apontar “[...] evidências de crescente deterioração do ambiente físico numa escala mundial. E nestas condições, embora primariamente causadas por um número relativamente pequeno de países, afetam toda humanidade [...]” (DIAS, 1994, p. 59). Tais evidências confirmam o que Karl Marx declarou na obra *O Capital* já mencionado nesse trabalho no que diz respeito ao metabolismo da natureza permeado pela classe burguesa.

Em outras palavras, a Carta de Belgrado faz uma crítica ao modelo econômico dominante na “Pós-Modernidade”, que causou, no final do século XX (1980), “[...] uma mudança geral na condição humana [...]” (LYOTARD, apud SANFELICE 2001, p. 4).

A Pós-Modernidade surgiu a partir do aparecimento de uma sociedade pós-industrial e é expressa através da globalização e de uma ideologia neoliberal, cujo objetivo focaliza a estabilização macroeconômica e de estabelecimento das condições mínimas para a retomada do crescimento, fato acentuado a partir da década de 90.

O liberalismo apareceu como oposição ao feudalismo entre os séculos XV e XVI, consolidando-se no século XVIII. O neoliberalismo e a globalização tornaram-se mais “fecundos” após a queda do Muro de Berlim e da desestruturação do modelo econômico soviético, caracterizados pelo processo de evolução e organização do sistema econômico capitalista no plano mundial. A globalização pode ser entendida como

[...] o estabelecimento de interconexões entre países ou partes do mundo, intercambiando-se as (sic) formas de viver de seus indivíduos, o que eles pensam e fazem, criando-se interdependências na economia, na defesa, na política, na cultura, na ciência, na tecnologia, nas comunicações, nos hábitos de vida [...] (SACRISTAN, 2002, p. 71).

Dessa maneira se expressa uma mudança de escala mundial para adequação aos novos paradigmas impostos. Contudo, esse novo modelo neoliberal globalizado afasta-se de todos os tipos tradicionais de ordem social, de um modo sem precedentes em toda a história da humanidade, alterando todos os tipos de vida, pois afeta o indivíduo como um todo.

Para isso evidenciamos dois planos que estão intimamente ligados ao neoliberalismo e à globalização: a extensividade e a intensidade.

[...] No plano da extensividade, serviram para estabelecer formas de interligação social à escala do globo; em termos de intensividade, vieram alterar algumas das características mais íntimas e pessoais da nossa existência cotidiana [...]. (FERREIRA, 2001, p. 1228).

Às maneiras de interligação, destaca-se a tecnologia eletrônica de comunicação de massa (satélite e fibra ótica), a qual assinala a ultrapassagem de todas as fronteiras, impondo o espacial e dominando o imaginário da humanidade, ou seja, a terra está unificada eletronicamente.

Esse recurso oferece um mundo sedutor e fascinante, mascarando a verdadeira realidade entre um “[...] mundo hegemônico constituído de uma minoria de poderosos e o resto do mundo tratado como resto, como descartável, como sobra humana coisificada” (FERREIRA, 2001, p. 1229).

Nesta direção, evidencia-se que a maioria da população mundial, ainda, não tem acesso a esses instrumentos tecnológicos, porque não dispõe de recursos financeiros nem para manter as necessidades de subsistência, como a Conferência de Belgrado relatou que há um grande número de países em extrema pobreza e um pequeno número que dispõe do poder econômico, repetindo mais uma vez a dicotomia centro e periferia.

Além disso, verifica-se que esses “meios de comunicação de massa”, a indústria cultural, as corporações da mídia são veículos de informações que influenciam significativamente os modos de pensar, sentir e agir da sociedade do globo, como podemos observar na seguinte reflexão:

[...] Em diferentes gradações, a mídia difunde, reitera ou altera quadros mentais de referência de indivíduos e coletividades em todo mundo, tanto abrindo como delimitando horizontes, tanto fertilizando inquietações como influenciando suas expressões, podendo ser elemento ativo das diversidades e mudanças em todos os níveis da sociedade [...] (FERREIRA, 2001, p. 1232)

Dessa maneira, compreende-se que o neoliberalismo e a globalização modificam a economia, a cultura e as maneiras de pensar e agir das pessoas, isto é, mudanças em todos os setores da organização social. Assim, como na maioria dos países, o Brasil, a partir de 1964, teve que se adaptar às novas exigências do capital internacional segundo as Diretrizes Norte-Americanas, financiadas pelo Banco Mundial. Dalarosa (2001).

No caso da educação não só a Reforma Universitária, mas também as políticas educacionais para os Ensinos Fundamental e Médio sofreram influência norte-americana. Como exemplo, o convênio entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Como o fator econômico é

determinante na organização da vida social, é a partir dele que se delineiam as políticas públicas¹⁶ e educacionais do Brasil.

Dessa maneira, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, os governantes procuram alinhar toda a política educacional mediante ao viés do neoliberalismo e da globalização. A partir deles são editadas normas e propostas para a educação nacional, assim

[...] os governos federal, estaduais e municipais editam propostas, prometem mudanças, elaboram diretrizes e parâmetros, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) [...]. (DALAROSA, 2001, p. 204).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais contêm os temas transversais, os quais aparecem como um complemento das disciplinas curriculares tradicionais, propondo temas de caráter social, entre eles, a Educação Ambiental como instrumento de conscientizar os alunos para a preservação da natureza.

A Conferência de Belgrado, além de propor a Educação Ambiental, aponta, para todos os segmentos da sociedade mundial, a necessidade de se promover atitudes e comportamentos capazes de assegurar modalidades de desenvolvimento racional, entre outras, a reutilização de materiais, o desenvolvimento de tecnologia que permita a preservação ambiental, a redução dos orçamentos militares e da fabricação de armamento militares. Idéia de se preservar a vida e o Planeta.

Embora a Conferência de Belgrado tenha proposto a Educação Ambiental, esta só se tornou realidade, em alguns países, entre eles o Brasil, a partir das recomendações da Conferência Internacional de Tbilisi, a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, convocada pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em cooperação com o Programa das nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Evento realizado em Tbilisi, na Geórgia, ex-URSS, de 14 a 26 de outubro de 1977. A Conferência de Tbilisi

[...] definiu a educação ambiental como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática de educação, orientada para resolução dos problemas concretos do ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade [...] (SILVA, 2004, p. 24).

¹⁶ Empiricamente falando, “as políticas públicas correspondem ao que os governos decidem fazer ou não”, in LANDRY, Jean (org.). Introduction à l'Analyse des Politiques, Québec, Lês Presses de l' Université Laval, 1980, p.3.

Nesta direção percebe-se que a orientação de se trabalhar a Educação Ambiental, no currículo escolar, não é como uma disciplina, mas “integrada” a cada uma. Dessa maneira exige-se, dos envolvidos na educação, a criação de novos conceitos, metodologias e posturas capazes de construir um processo educativo comprometido com a preservação da natureza e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Outra contribuição dessa Conferência foi a de considerar o meio ambiente como “O conjunto de sistemas naturais e sociais em que vivem o homem e os demais organismos e de onde obtêm sua subsistência” (UNESCO-PNUMA, 1978, p. 19). Assim o conceito de meio ambiente engloba os aspectos naturais do planeta e aqueles decorrentes da ação do homem.

As recomendações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental aos países, em número de 41, representam uma importante fonte de ação para Educação Ambiental e

[...] reafirmam as posições tomadas em Belgrado e evoluem na direção de capacitar indivíduos, no que se refere à função, objetivos e princípios diretores para gerenciar a questão da qualidade do meio ambiente [...]” (ARAUJO, apud, SILVA, 2006, p. 75).

Dez anos depois dessa Conferência, realizou-se em Moscou, ex - URSS, em 1987, outra, denominada Congresso Internacional de Educação e Formação Ambiental, cujo objetivo foi avaliar o desenvolvimento da Educação Ambiental nos últimos dez anos e, a partir desta, apontar prioridades de ação para a década de 90. Evento, também, promovido pela UNESCO/UNEP/IEEPB, o qual reuniu educadores de cem países.

Ao discutirem a necessidade de mudanças no âmbito cognitivo e afetivo dos discentes, apontaram ser necessária uma nova orientação no processo educativo (conteúdo, metodologia, organização institucional, formação de pessoal). Por isso, entre as prioridades de ação, destaca-se a formação e capacitação de profissionais, desenvolvimento de novos recursos instrucionais, criação de um modelo curricular, promoção de avaliação de currículos e o intercâmbio de informações ambientais Dias (1994).

Em relação aos novos recursos instrucionais, estabelece que

[...] Os materiais convencionais devem continuar sendo utilizados e desenvolvidos, mas há a necessidade de novos recursos capazes de organizar os conhecimentos de modo que sejam mais representativos das questões ambientais reais. Neste caso, os jogos e as simulações que tenham como tema o ambiente, tornaram-se importantes para acentuar o papel dos conhecimentos científicos junto às funções a serem desempenhadas pela tecnologia e o lugar dos valores éticos, na tomada de

complexas decisões e preparação de medidas para a resolução de problemas ambientais (Anais da Conferência de Moscou, 1987, p. 17).

Com base nessas prioridades, observa-se que a Conferência de Moscou reforçou o que tinha sido recomendado pela Conferência de Tbilisi no que diz respeito aos princípios da Educação Ambiental, contudo de maneira mais técnica e operacional para torná-la mais efetiva em todas as sociedades do planeta. Nesta direção

[...] a Conferência de Tbilisi não contemplou as demandas pedagógicas emergentes internacionalmente. Apenas a Conferência de Moscou, onde educadores não-governamentais participaram sem amarras formais (sic) é que em conjunto com as anteriores, criou um arcabouço teórico-metodológico aperfeiçoado [...] (PEDRINI, 1998, p. 28-9).

No que diz respeito à avaliação de atuação dos países membros sobre o desenvolvimento de Educação Ambiental, alguns não a desenvolveram eficazmente, entre eles, o Brasil que apresentou pequenas ações das instituições governamentais, em contraposição aos trabalhos mais consistentes apresentados por alguns setores da sociedade civil e Organizações não Governamentais (ONG's), evidenciando assim a pouca atenção que o governo dava ao assunto. Dias (1992).

Depois da Conferência de Belgrado, no decorrer de cinco anos, que antecederam a próxima, vários encontros setoriais foram realizados pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, coordenados pela primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brudtland com recomendações e subsídios teóricos e metodológicos para a realização da Conferência das Nações Unidas, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD), isto é, a Conferência RIO 92.

Desse encontro foi formulado um relatório, denominado com o sobrenome da ministra (Relatório Brudtland), o qual definiu desenvolvimento sustentável “[...] como um novo caminho de progresso social e econômico que procura atender às aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro [...]” (ARAÚJO, apud, SILVA, 2006).

É válido ressaltar que a noção de sustentabilidade surgiu junto com a de “maestria”, expressão que compreende a teoria de Francis Bacon (maestria da natureza), mencionada no início do capítulo I desse trabalho. Neste contexto, os primeiros defensores do desenvolvimento sustentável, como John Evelyn, em defesa das florestas em *Sylva*¹⁷ (1964),

¹⁷. O pensador John Evelyn, ao compor a obra *Fumifugium* (1661), fez a maior crítica materialista sobre a poluição atmosférica. Seus estudos foram significativos para os defensores do desenvolvimento sustentável.

atacou, através de duras críticas, à poluição do ar da época. Assim, o autor concebe sustentabilidade como meio de preservação.

Além daquela definição, este relatório apresenta uma contradição ao propor, como solução para os problemas da pobreza, da desigualdade social e de deterioração do estoque e da qualidade ambiental, o alcance do crescimento econômico pelos países subdesenvolvidos como fizeram os países desenvolvidos. Reigota (1999). A contradição está em se propor, como receita para mudança do estado de destruição, a mesma estratégia que a provoca e sustenta-na.

Compreende-se o referido relatório, de acordo com a posição do autor acima, como uma ideologia capitalista ou uma falácia sobre o desenvolvimento sustentável, uma vez que os países, considerados os mais desenvolvidos economicamente (G-7), implicitamente, entendem como utópico imaginar uma sociedade igualitária.

É exatamente a desigualdade a força motriz de umas sociedades e de subdesenvolvimento de outras. A própria idéia de globalização é construída sobre uma desigualdade desigual. Esta é evidenciada através, entre outras, da exploração da mão de obra barata de pessoas dos países pobres e da exploração de seus recursos naturais para atender a lógica do capital (sistema econômico mantenedor dos países ricos) que visa maior lucro em menor tempo possível.

A lógica mencionada gerou, durante décadas, diversos problemas ambientais e, para "atenuar" esta situação, surgem algumas idéias, como a do desenvolvimento sustentável. Sobre esta abordagem fica claro que

[...] o capitalismo global, em sua forma atual, é manifestamente insustentável e teria de ser reestruturado desde as bases. Essa reestruturação é defendida até mesmo por alguns 'capitalistas esclarecidos', que, depois de ganhar rios de dinheiro, começam agora a se preocupar com a natureza altamente imprevisível e o enorme potencial autodestrutivo do atual sistema [...]. (CAPRA, 2002, p. 167).

Dessa maneira, entende-se que a globalização atual, em longo prazo, é extremamente perigoso à humanidade, no que se refere a fatores econômicos, ecológicos e sociais. Econômicos porque agrava mais as desigualdades entre países como já foi mencionado, favorecendo, entre outros, conflitos culturais. Ecológicos porque acelera a deterioração do planeta através do processo de capitação de capital e ecológico por contribuir para a desestabilização da natureza em escala mundial.

A partir dessas abordagens, entende-se que há uma ambigüidade na interpretação do conceito de desenvolvimento sustentável. Apesar disto, este desenvolvimento integrado é a

nova unanimidade global. É o que pode ser confirmado no informe preparatório da Conferência do Rio 92:

O desenvolvimento não é simplesmente, em prol da proteção ambiental, implica um novo conceito de crescimento econômico, um conceito que oferece justiça e oportunidades a todos povos do mundo. (p. 3)

Nesta direção, a segunda Conferência Mundial do Rio ou Rio 92, denominada conferência de Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, utiliza o Desenvolvimento Sustentável como novo padrão de desenvolvimento. Aquela denominação justifica-se por acreditar que a superação da crise ambiental é um desafio a ser alcançado a partir de novas relações cooperativas entre os Estados Nacionais.

Para atender este desafio foram assinados cinco acordos internacionais: Declaração do Rio sobre meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável; Declaração de Florestas; Convenção sobre Diversidades Biológicas; Agenda 21. Deste último acordo global, destaca-se que “[...] a EA está presente em quase todos os 39 capítulos do documento, prevendo ações até o século XXI [...]” (DIAS, 1994, p. 110).

A Educação Ambiental é entendida como uma proposta pedagógica para implementação do Desenvolvimento Sustentável. Esta nova idéia ampliou a visão ecológica presente na primeira versão do conceito da década de 60, e avançou incluindo aspectos culturais e políticos, além de corroborar com as recomendações da Conferência de Tbilisi através do capítulo 4, Seção IV da Agenda -21.

Outra contribuição da Conferência Rio - 92 foi endossar as recomendações da Conferência sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien (1990), Tailândia que inclui o tratamento da questão do analfabetismo ambiental. Este tipo de analfabetismo foi classificado como sendo o mais cruel, pernicioso e letal para a perda contínua e progressiva da qualidade de vida no planeta. Dias (1994).

Reconhece-se que a Rio-92 aponta a necessidade de educar os analfabetos ambientais, mas não destaca os outros grupos da sociedade que contribuem para destruição do meio ambiente natural. A respeito daqueles analfabetos, sabe-se que contêm grupos indígenas, alguns descendentes de tribos antigas, as quais, antes do processo de colonização européia e do sistema econômico atual, não prejudicavam a natureza, pois retiravam dela apenas o necessário para sobrevivência.

Sobre essa abordagem a

[...] expansão acelerada dos povos europeus através do globo, múltiplas ondas humanas se sucederam na conquista das riquezas mundiais, cada uma delas trazendo novos contingentes de colonos, decididos a explorar a todo o custo as terras virgens ou imperfeitamente aproveitadas. O teatro dessa expansão foi inicialmente a América do Norte, em seguida a Austrália e a África, que, com a América do Sul, constitui o continente mais recentemente devastado [...]. (DORST, 1973, p. 30).

Considerando a América do Sul, especificamente a Amazônia, percebe-se que ela desperta o interesse para exploração não somente nacional, mas também internacional. Trata-se de uma região que, pela sua biodiversidade, tem um papel estratégico na divisão nacional e internacional do trabalho, na condição de fornecer matéria-prima, mão-de-obra barata e farta e conter uma vasta área territorial oferecida à instalação de empresas transnacionais com incentivos fiscais.

A possibilidade de um desenvolvimento sustentável, mediante a Educação Ambiental, só será viável superando as contradições apontadas, no momento em que exista uma decisão efetiva de mudar o estilo de desenvolvimento dominante, ou seja, com a superação do modo social e histórico de produção capitalista, construindo uma nova modalidade de produção, organização e distribuição dos bens socialmente produzidos.

Posterior à Rio – 92, que apontaram diretrizes para a EA, menciona-se, ainda, a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para Sustentabilidade, realizada em Tessalonik (Tessalonica), entre os dias 8 e 12 de dezembro, organizada pela UNESCO e pelo governo grego, em 1997.

Deste evento resultou a Declaração de Tessalonk, a qual reafirmou a Educação Ambiental como fundamento da sustentabilidade, aliada à legislação, economia e tecnologia. Esta Declaração ocorreu a partir da reafirmação da importância da EA e da conscientização pública para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável e da declaração de que se devem considerar os pilares da sustentabilidade (legislação, economia e tecnologia).

Além disso, essa Conferência assinalou, em suas considerações, que “[...] as recomendações e planos de ações que da Conferência de Belgrado em EA (1975) e Tbilisi (1977), Moscou e Toronto (1992) são todavia válidas e ainda não totalmente exploradas [...]” (CZAPSKI, 1977, p. 31).

A Conferência de Tessalonica corroborou com a anterior, pois, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, ampliou sua dimensão, propondo um atrelamento mais consistente aos segmentos que regulam e mantêm uma sociedade. Assim os países – membros, do consenso de preservação do planeta, adotaram estratégias de ação, como é o

caso do Brasil que, em sua conferência de 2008, trabalhou o tema que contribui para a redução de gases de efeito estufa.

Frente a esta necessidade, para o eixo da EA, também nessa Conferência Nacional, seguiu-se a mesma recomendação do desenvolvimento sustentável (Rio 92), deliberando o que é necessário. Assim para a Educação Ambiental de toda sociedade foi proposta, entre outras, “[...] a criação e fortalecimento de grupos, coletivos e estruturas formadoras, políticas e institucionais adequadas para o enfrentamento das mudanças do clima [...]” (BRASIL, 2008, p. 84).

Nessa perspectiva registra-se que as autoridades brasileiras estão considerando recomendações das conferências internacionais acima, pelo menos nos tipos de eventos mencionados, todavia a oficialização de se trabalhar a Educação Ambiental, proposta desde a Conferência de Estocolmo em 1972, ocorreu somente na década de 90, ano significativo para o início do desenvolvimento deste tipo de educação no país.

1.3 Educação Ambiental na Legislação Brasileira

Educação Ambiental começou a ser incorporada ao Sistema de Educação em diversos países a partir das recomendações da Conferência de Tbilisi na Geórgia (ex-URSS), em 1977. Propõe, a exemplo da maioria das Conferências Internacionais sobre meio ambiente humano, a organização de currículos transversais.

A educação ambiental não deve ser uma matéria a mais que se acrescente aos programas escolares, mas deve, sim, incorporar-se aos programas dedicados a todos os estudantes, seja qual for sua idade [...] Esta tarefa exige a aplicação de novos conceitos, métodos e técnicas no programa de um esforço global que se encaixe no papel social desenhado pelas instituições educativas, bem como a criação de novas relações entre todos os participantes do processo educativo (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais Renováveis. (1997, p. 53) .

A influência da Conferência de Tbilisi contribuiu para que o Brasil, como já foi mencionado anteriormente, promulgasse lei referindo-se à Educação Ambiental, como a Constituição estabelece: “Cabe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente”. (Constituição Brasileira de 1988, capítulo VI, Art. 255, parágrafo 1º, capítulo VI do Meio Ambiente).

Nesse sentido, ressalta-se que compete ao Poder Público brasileiro realizar ações concretas para tornar real o trabalho de EA a fim de melhorar a qualidade de vida, preservando ecossistemas. Entende-se por Poder Público [...] “o conjunto de órgãos investidos de poder e autoridade para realizar os objetivos do Estado Brasileiro [...]”. (ARAÚJO, apud, SILVA, 2006, p. 82).

Essa conferência, ao propor a Educação Ambiental a partir de uma perspectiva interdisciplinar, torna evidente a dimensão da política global na educação, porque o mundo desta política impôs mudanças em todos os âmbitos das relações sociais, inclusive na educação, como se registrou na segunda parte do primeiro capítulo. Elas se tornaram fecundas a partir dos anos de 1990.

Período em que a política da globalização e do “neoliberalismo”, no mundo da produção e circulação de mercadorias, exigiu “[...] um novo padrão de trabalhador: de disciplinado e especializado, típico do período anterior dos anos de 1970, a multifuncional, criativo, irrequieto (que não tem descanso) e pesquisador [...]”. (LYOTARD, apud DALAROSA 2001, p. 205).

Em outras palavras, a qualidade da educação deve está centrada na produtividade, da qual o produto final é mais importante que o processo. Isto reflete a lógica do mercado aplicada à educação. O que a política desse período quer é um Estado comprometido com as garantias da produção, evitando gastar recursos com as políticas sociais.

A reflexão acima remete ao postulado do Liberalismo, filosofia política que, entre outros, defende os princípios do modo de produção capitalista, estruturado no Estado moderno, o qual defende a lógica de que o mercado deve gerenciar todos os setores da sociedade, entre eles, a educação. Para esta utiliza a estratégia da qualidade total.

Nesta tese se viabiliza produzir cada vez mais, com custos cada vez menores (mínimo) para agradar o cliente. Assim não se considera a dignidade e os valores dos seres humanos, a não ser para aumentar a produtividade e a lucratividade (produção de mais-valia). Esta ideologia foi aproveitada pelos neoliberais.

Em torno disso “[...] são muitas e evidentes as interpretações, as proposta e reivindicações que sintetizam na ideologia neoliberal: reforma do Estado, desestabilização da economia, privatização de empresas produtivas e lucrativas governamentais, abertura dos mercados, redução de encargos sociais [...]” (IANNI, apud BEZERRA, 2004. p. 7-8).

Diante disso a escola, do final do século XX, procura definir sua função, buscando meios para apontar demandas reais, numa sociedade em constante mutação. Por esta razão ocorreram reformas educacionais, quase que ao mesmo tempo, em diversos países.

Nas reformas, alguns países priorizaram a formação para o mercado de trabalho, outros, a formação moral, como é o caso da reforma espanhola, implantada a partir de 1987. Esta priorizou “[...] a escola aberta, fortemente vinculada à comunidade em que está inserida e que privilegia a formação moral em detrimento da formação para o mercado de trabalho [...]”. (RICCI, 1999, p. 4).

Da reforma espanhola, o Brasil emprestou, para reorganizar seu sistema educacional, a idéia dos temas transversais. Então, em 1996, dando continuidade à política educacional a ser implementada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o governo, por intermédio do Ministério da Educação, divulgou a proposta que seria para a organização do ensino no país, usando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Assim na nova LDB (Lei Federal nº 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, é reforçada

[...] a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, incumbência que, nos termos do art. 9º, inciso IV, é remetida para a União. Para dar conta desse amplo objetivo, a LDB consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio da base nacional comum (Parâmetros Curriculares Nacionais), a ser complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da Constituição Federal [...] (PCNs, 1997, p. 15-16).

Vê-se diante disso que os PCNs têm a finalidade de “resolver” os problemas que afetam a educação brasileira, como a erradicação do analfabetismo, a redução da evasão e repetência e a eliminação da reprovação nas escolas de Educação Básica. Eles surgem para qualificar o ensino no Brasil.

Além disso, os PCNs veiculam uma educação para a cidadania, a qual requer questões sociais porque compreende “[...] um conjunto articulado e aberto a novos temas, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais [...]” (PCNs, p. 29).

Nesta direção, o currículo escolar torna-se flexível a esses temas, os quais podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as realidades locais e regionais, podendo receber novos temas. A este conjunto de temas denominou-se de Temas Transversais.

Os temas transversais, conforme mencionado anteriormente, componente curricular dos PCNs, figuram como um complemento das disciplinas curriculares tradicionais da Educação Básica. Por serem questões sociais, os temas transversais têm natureza diferente das

áreas convencionais, dão a idéia de que é necessário levar em conta as questões sociais ao ensinar as “ciências” na escola.

De acordo com isso, “[...] tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano [...]” (PCNs, p. 26). Destes processos têm-se os problemas relativos ao meio ambiente.

Por isso, entre os temas transversais propostos pelos PCNs, têm-se o de meio ambiente, o qual será desenvolvido, no próximo capítulo desse trabalho, como Educação Ambiental, pois trata-se de uma proposta irrevogável e de extrema importância para ser trabalhada na Educação de Jovens e Adultos de Escolas Campesinas do Baixo Amazonas.

CAPÍTULO II

2 A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS CAMPESINAS DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ.

[...] para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos, a Educação Ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza [...] (LOUREIRO apud BAETA, 2000, p. 51).

Nesta parte da dissertação, estudamos o contexto geopolítico da área das escolas pesquisadas, os habitantes e a Educação Ambiental numa perspectiva libertadora. Esta não é uma proposta nova, mas, ao longo dos anos, teve contribuições significativas para tirar cidadãos, de diferentes sociedades, não só do analfabetismo, como também da inércia dos processos culturais, sociais, políticos e econômicos. Ela é uma proposta comprometida com a conscientização ativa do aluno.

2.1 Cenário das Escolas do PNJ

O Parque Nacional do Jaú, como registramos no capítulo I deste trabalho, é uma Unidade de Conservação, o qual foi decretado na década de 80. Por ter esta característica, é uma área de domínio do Poder Público, de uso indireto¹⁸ e de proteção integral. De acordo com a lei 9.985, de 18 de julho de 2000, entende-se por unidade de conservação:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção [...]. (ROCCO, 2002, p. 166).

Diante deste conceito, percebe-se que o PNJ contém as dimensões descritas acima. Em outras palavras, ele possui uma área rica em recursos naturais, potencial hídrico e diversidade de espécies (entre outras, animais e vegetais), os quais contribuem para exuberante beleza do local. Estas peculiaridades despertaram a atenção do Poder Público em gerenciá-lo. Nesta direção

¹⁸ Aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Por esta compreensão não pode haver moradores (humanos) no PNJ.

[...] O Parque Nacional tem como objetivo básico à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico [...]. (ROCCO, 2002, p. 172).

Considerando a realização de turismo ecológico, subtende-se que a área em estudo está à mercê da frequência de visitantes de diferentes nacionalidades e interesses, os quais têm passaporte legal de registrar, através de fotografia ou filmagem, o espaço físico da área em questão e manter contato com os habitantes.

A proposta, para decretação como parque,

[...] foi feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com apoio de estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA), que considerou a área valiosa para preservação de recursos genéticos.[...]”.(Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/unidade/parques/reuc/1022htm>. Acesso em: 10 nov. 2001).

Embora esteja registrado que foi o IBAMA que propôs a criação do parque em estudo, convém ressaltar, que nesse período, este instituto não tinha sido criado, mas o órgão que realizava esse tipo de atribuição era o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), como evidencia a FVA (1998).

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis foi criado em 1989, como uma agência do antigo Ministério do Interior (MINTER), incorporando, entre outras, as atribuições dos extintos: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), do Ministério da Agricultura e da Secretaria Meio Ambiente (SEMA), do MINTER.

Ressalta-se, ainda, que o parque em estudo foi

Proposto pelo Plano do Sistema de Unidade de Conservação do Brasil e sendo precedido de estudos efetivados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em conjunto com o governo do Estado do Amazonas e entidades científicas, em especial o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). (PÁDUA, 1983, p. 56)

O PNJ, até a primeira metade dos anos noventas, foi considerado o maior do Brasil. A partir desse período, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1º mandato 1998), criou-se o Parque Nacional do Tumucumaque. Esta criação surgiu em resposta feita por aquele presidente “[...] à Campanha ‘Terra Viva 2000’ do WWF (World Wildlife Fund – Fundo

Mundial da Natureza)¹⁹, que propunha a meta de 10% para a proteção de todas as florestas do mundo [...]” (www.falacriança.Org.br/ambiente_informe_degradação.htm).

O Parque Nacional do Tumucumaque é a maior unidade de conservação do mundo em área de floresta tropical, contendo 38.867 Km² (ou 3,8 milhões de hectares). Ele é 60% maior que o PNJ e está situado no extremo norte do Brasil, na região noroeste do estado do Amapá, na fronteira da Guiana Francesa e o Suriname, abrangendo uma pequena parte do Estado do Pará.

No contexto internacional, o PNJ foi reconhecido como sítio do Patrimônio Mundial Natural e Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em virtude do discurso dele conter área de grande relevância para história do planeta ou para cultura da humanidade, no ano de 2000.

Diante desse reconhecimento, percebe-se que ocorre um paradoxo em relação à Carta Magna do Brasil, porque “[...] A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional [...]”. (VADE MECUM JURÍDICO, 2006, p. 509).

O conceito de Patrimônio Mundial Natural foi veiculado a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, evento mencionado no primeiro capítulo desse trabalho, através da junção da UNESCO com a União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN). Esta aliança propiciou a estimulação de países a indicarem, em suas áreas territoriais, sítios que possuam grande valor natural para serem considerados patrimônios mundiais, como o PNJ.

Em 2003, “[...] as unidades de conservação limítrofes ao PNJ, Reservas de desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amaná e Estação Ecológica Anavilhanas²⁰, foram agregadas, também, pela UNESCO para formar o ‘Sítio Complexo de Conservação da Amazônia Central’ com 5.323.018 hectares [...]” (whc.unesco.org/em/list/998/documents), a maior extensão em área protegida contínua da bacia amazônica.

No que se refere aos Patrimônios Naturais, a UNESCO almeja sensibilizar organizações e governos de todos os países, atuando como catalisadora de movimentos de ajuda técnica e financeira para preservação deles. Em outras palavras, essa comunidade

¹⁹ .Uma organização de conservação global, da qual o Brasil integrou-se em 1996 (governo de Fernando Henrique Cardoso). A partir desta integração, ficou intitulada, em nível nacional, como WWF-Brasil. Sua sede localiza-se em Brasília. A WWF-Brasil é uma organização não governamental dedicada à conservação da natureza com os objetivos de harmonizar a atividade humana com a biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício de todos os cidadãos. Essa organização continua desenvolvendo suas atividades no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

²⁰ .A Estação Ecológica de Anavilhanas, no mês de novembro de 2008, foi transformada em Parque Nacional através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

internacional dispõe de poder e dinheiro (fundo de investimento) para atuar em todos os países associados, como o Brasil.

Este fato é preocupante, pois, através desse tipo de “contrato”, o Brasil possibilita aos gestores, do tipo de organização supracitada, injetarem recursos em suas áreas verdes, com discurso de preservação e do desenvolvimento, acarretando, entre outros, o direito deles interferirem na política nacional e alterar o modo de vida de várias pessoas das localidades consideradas “Patrimônios Mundiais”, tendo em vista que elas são obrigadas a deixar esses tipos de áreas.

Mas por qual (ais) motivo (s) as Organizações internacionais investem recursos nos países que, ainda, possuem potenciais naturais (ecossistemas), minerais e hídricos (potável), como no Brasil, utilizando o discurso da preservação e do desenvolvimento econômico?

Considerando Dorst (1973), o fato da constante deterioração da natureza para obtenção de capital, principalmente, realizadas nos períodos da colonização e Revoluções Industriais, acarretou o desaparecimento de grandes reservas de espécies e florestas em continentes. Entre eles, o europeu, parte do africano e o norte do americano. Assim, a humanidade passou a sofrer constantes problemas pela ausência de um ambiente equilibrado, entre outros, diversas doenças, fome e o grau elevado de miséria.

Diante desse fato, registra-se, então, que restaram apenas algumas áreas do continente americano (especial do sul), parte da África (como a do Congo) e algumas dos demais continentes. Por isso, os maiores Parques Nacionais do Mundo estão localizados na América do Sul, como o do PNJ.

Principalmente, após os eventos realizados pelas Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente Saudável, alertando sobre a necessidade de preservação da natureza do que resta do planeta, conforme foi estudado no início desse trabalho, grupos de diferentes instituições e interesses procuraram meios para atuar nas áreas que contêm potencial natural, como as Organizações Não Governamentais (ONGs).

Apesar de ser registrada a necessidade acima, uma das conferências, a de Belgrado, apontou, entre outros, como um dos principais responsáveis pela destruição do ambiente físico natural do planeta e a elevação da pobreza em escala mundial, o sistema econômico capitalista, como outrora mencionamos.

Embora as Conferências tenham despertado o interesse de tais movimentos organizacionais, principalmente, a partir da década de 70, os quais, geralmente, fornecem recursos para áreas consideradas patrimônio mundial. No Brasil, a injeção de cifras do capital estrangeiro, configurando, em especial a internacionalização da Amazônia brasileira, e,

segundo Barreto (1999), o impulso na criação de Unidades de Conservação, consolidou-se nos governos da Ditadura Militar (1964-1978). Período de desenvolvimento extensivo do capitalismo.

Nessa direção “[...] a ditadura de 1964 planejou a expansão do capital nacional e internacional na Amazônia, tornando a última fronteira muito mais integrada ao mercado mundial e pouco ao mercado interno [...]” (PICOLI, 2006, p. 46). Dessa maneira, essa área, importante do Brasil, sofreu profundas transformações cujos efeitos manifestam-se atualmente, entre outros, as contradições sociais e o desaparecimento de imensas áreas florestais e de grande quantidade de minerais.

Para causar as transformações mencionadas, o governo da ditadura criou, entre outros órgãos, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA). Esses órgãos dinamizaram a política econômica, favorecendo a expansão do capitalismo na região, os quais beneficiaram, principalmente, as empresas privadas, através de incentivos fiscais e creditícios.

Em outras palavras, ainda,

[...] pode-se dizer que os projetos Sudam e Basa, criados em 1996, marcaram o início de uma nova fase de desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia. Efetuou-se a estratégia de internacionalização da Amazônia, ocorrendo, na prática, a expansão capitalista com recursos provenientes do Estado Brasileiro através de incentivos fiscais [...] (PICOLI, 2006, p. 44).

Com essas estratégias, foram construídas várias empresas na Amazônia, principalmente estrangeiras, que alteraram, de maneira radical, a paisagem natural e a vida dos habitantes locais. Alguns deles foram aproveitados pelos capitalistas para produzir mais valia, principalmente, nas indústrias.

A mudança desses habitantes, de maneira geral, ocorreu porque

[...] os índios, os caboclos amazonenses e os posseiros eram pressionados e expulsos de suas terras pelos grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários, que chegavam com a proteção econômica e política do poder estatal [...]. (IANNI, 1986, p. 78).

A política militar, diante desses fatos, abriu a Amazônia e o resto do Brasil ao mercado dos grandes capitais internacionais e, ao mesmo tempo, fechou-se ao mercado interno de pequenos capitais e à população brasileira. A Amazônia, neste contexto, passou a

fazer parte do mercado mundial e enquadrou-se na lógica do capital expansionista para acumulação.

Esta situação, apesar de ter sido consolidada no período da Ditadura Militar e acarretado vários problemas internos e a destruição da natureza de extensas áreas da Amazônia, continua presente na contemporaneidade com outras conotações, pois, o Poder Público, seguindo a lógica do Neoliberalismo e da Globalização, capta recursos do capital estrangeiro e facilita o acesso de organismo internacionais, como das ONGs internacionais, em seu território.

Convém mencionar, ainda, que a política de integração da Amazônia brasileira, a qual passou a ser uma mercadoria²¹, ao Mercado Mundial (“política da colonização capitalista”), sem considerar a preservação de ecossistemas, as identidades regionais e a paisagem natural da Amazônia, corrobora com a classe que representa o Capitalismo, isto é,

[...] a burguesia, durante o seu governo de não mais que um século, criou forças produtivas mais maciças e mais colossais que todas as gerações precedentes, em conjunto. Sujeição das forças da natureza ao homem, maquinário, aplicação química à indústria e à agricultura, navegação a vapor, ferrovias, telégrafos elétricos, abertura de continentes inteiros para o cultivo, canalização de rios, populações inteiras escorraçadas do solo [...]. (MARX, 1971, p. 134,).

Todas essas operações, realizadas pela burguesia, geraram a alienação da humanidade em relação à natureza, porque modificaram, em grande parte, o equilíbrio natural, acarretando, como mencionamos anteriormente nesse trabalho, problemas gravíssimos, os quais ameaçam todos os seres vivos.

Nesse sentido, as ações do capitalismo, em particular, “investindo recursos” em países periféricos, no Brasil, consolidadas nos governos da Ditadura Militar, serviram para o aumento do poder e a acumulação de riquezas dos capitalistas em detrimento de não só empobrecimento de diferentes grupos étnicos, mas também alterar o meio físico natural de extensas áreas da Amazônia brasileira.

Essas alterações e de outras áreas do planeta foram conseqüências herdadas do projeto de desenvolvimento avassalador do Capitalismo. A partir delas, identificou-se o desequilíbrio em nível planetário do meio ambiente, por isto houve

[...] a difusão do fato de que os sistemas naturais são interligados em escala planetária, e de que o bem-estar e a sobrevivência dos habitantes da Terra dependem de um

²¹ . A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo que serve para compra e venda. Ela é uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, o origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.

equilíbrio, reabre as questões da soberania, do desenvolvimento sustentável, do zoneamento ecológico e do futuro do planeta [...]. (SILVA, 1999, p. 11).

Nessa perspectiva, a Amazônia brasileira constituiu-se um cenário bastante cobiçado por conter, ainda, apesar de anos de exploração e deterioração, recursos naturais essenciais à manutenção da vida de diferentes ecossistemas. Assim o Poder Público, em parceria com organizações internacionais, tratou de criar áreas de zoneamento. Em outras palavras as Estações Ecológicas²², entre elas, os Parques Nacionais, como o estudado nesse trabalho.

E para fazer cumprir as determinações do Poder Público, foi encarregado o IBAMA para exercer aquela função. Nesta direção:

[...] caberá ao Ministério do Interior, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e recursos Naturais Renováveis _ IBAMA, zelar pelo cumprimento da destinação das estações Ecológicas, manter organizado o cadastro das que forem criadas e promover a realização de reuniões científicas, visando à elaboração de planos e trabalhos a serem nelas desenvolvidos [...]. (ROCCO, 2002, p. 164).

Seguindo essa determinação, O IBAMA, no Parque Nacional do Jaú, é o responsável pela execução da política nacional, desenvolvendo atividades de preservação, conservação e fiscalização do uso de seus recursos. Desta maneira, este Instituto atua como gestor legal do PNJ. A Base daquele instituto está instalada na foz do rio Jaú.



Foto da autora - 2008

²². De acordo com a Legislação Brasileira do Meio Ambiente, Lei 6.902/81, as Estações Ecológicas são áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação preservacionista.

O IBAMA, considerando que, até o presente momento, os habitantes tradicionais do PNJ não tenham sido indenizados ou reassentados, em conformidade com a lei²³, criou o Conselho Consultivo e o Termo de Compromisso²⁴ a fim de “[...] buscar a compatibilização dos interesses das populações tradicionais e do IBAMA [...]” (IBAMA, 2006, p. 1).

A partir de 2002, o Conselho Consultivo foi integrado à pauta de todos os trabalhos e reuniões realizadas com os comunitários do PNJ. Neste tipo de evento é tratado, entre outros assuntos, o Plano de Manejo, reassentamento, caça e pesca, Turismo, Leis Ambientais, problemas das comunidades e levantamento de sugestões dos que fazem parte do conselho (representantes dos comunitários e das instituições governamentais e não-governamentais²⁵).

Em 2008, as comunidades do PNJ que fazem parte desse conselho são: Seringalzinho, Patauí, Lázaro, Tambor, Lago das Pedras, Terra Nova, Tapiíra, Manapana, Lago das Pombas, Floresta, Vista Alegre, Vila Nunes, e Democracia. Apesar de somente estas fazerem parte do Conselho Consultivo, existem outras comunidades. Entre outros motivos, aquelas não aderiram ao conselho devido à falta de representante comunitário.

As comunidades, que fazem parte do Conselho Consultivo, estão distribuídas ao longo dos dois rios principais do PNJ: Jaú e Unini, conforme o mapa abaixo:

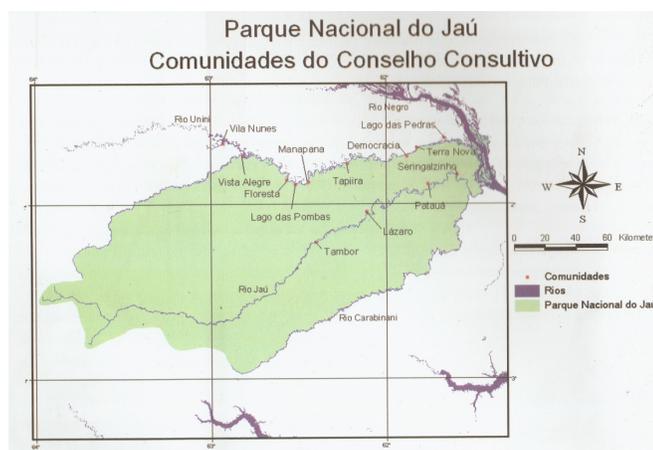


Foto: IBAMA: As treze comunidades que fazem parte do Conselho Consultivo

²³ . De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2002, Art. 36, as populações tradicionais, residentes na unidade no momento da criação da UC, terão direito ao reassentamento.

²⁴ .Na Lei nº 9.985, Art. 39, também, determina que, enquanto as populações tradicionais de UCs (proteção integral) não forem reassentadas, o órgão gestor destas unidades deve estabelecer negociações com aquelas populações através do Termo de Compromisso e do Conselho da Unidade de Conservação.

²⁵ . Governamentais: Dois Vereadores de Barcelos, o Delegado de Novo Airão, representante da Empresa Estadual de Turismo _ AMAZONASTUR , IBAMA, Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS). Não Governamentais: Fundação Vitória Amazônica – FVA, representante do Conselho Nacional dos Seringueiros_ CNS, Instituto de Pesquisas Ecológicas _ IPÊ, Instituto Socioambiental _ ISA e do transporte fluvial turístico.

Entre os representantes do Conselho Consultivo, encontra-se a Fundação Vitória Amazônica (FVA). Uma organização não-governamental que elaborou o Plano de Manejo²⁶ do PNJ em 1993, conforme registramos no início desse trabalho, a partir da assinatura de um convênio de “co-gestão” com o IBAMA “[...] visando consolidar a implementação do Parque [...]” (BARRETO FILHO, 1997, p. 3). Aquela entidade foi criada no final do Workshop 90²⁷.

O convênio entre o IBAMA e a FVA “[...] foi assinado no dia 11 de novembro de 1993, sob o nº 30/93, com vigência de três anos, podendo ser prorrogado e/ou alterado. O convênio tinha como objeto o apoio às ações de vigilância, fiscalização, administração, pesquisa, educação ambiental e manejo do Parque Nacional do Jaú [...] (FVA, 1998, p. 6)”.

Considerando o prazo do convênio acima, é relevante registrar que a FVA até o final de 2008, ainda não tinha renovado o convênio com o IBAMA nem atualizado o Plano de Manejo do PNJ. Essa situação compromete a autorização para aquela ONG atuar no parque, pois o prazo já expirou.

A partir do convênio, a FVA passou a atuar “legalmente” no Parque. Antes do convênio aquela fundação já realizava atividades no referido local. Nesta direção “[...] tendo em vista que a FVA já desenvolvia atividades no PNJ desde 1990 e se posicionou pró-ativamente naquele contexto, demonstrando ao IBAMA a sua experiência naquela UC, formalizou-se a parceria (FVA, 1998. p. 6).

Dito de outro modo, a Fundação Vitória Amazônica, utilizou-se dos conhecimentos adquiridos sobre o PNJ e o tempo que atuava para conquistar a atenção do IBAMA e finalmente obter amparo legal para transitar e desenvolver diversas atividades. Diante disto, essa ONG passou realizar operações com autonomia no parque amazônico, a qual se coaduna, entre outros, com seus pares, pois

[...] As ONGs e as empresas servem para exemplificar, mesmo que precariamente, as entidades potenciais de aglutinação e de articulação de relações globais, econômicas, políticas e culturais, operando em qualquer parte do planeta Terra, com autonomia diante poderes locais, nacionais e internacionais, para a realização de objetivos globais e imediatos [...]” (FREITAS e SILVA, 2000, p. 120)

Atualmente, a Fundação Vitória Amazônica tem como financiadores a Fundação Moore, Projeto Corredores Ecológicos e a Agência Implementadora o Ministério do Meio

²⁶ . O Plano de Manejo é um documento que trata, entre outros, do levantamento da área da UC (diagnóstico), da população e dos ecossistemas. Ele deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data da criação da UC.

²⁷ . Evento internacional, realizado no Rio de Janeiro, em 1990, que teve como prioridade: definir as áreas de conservação da biodiversidade da Amazônia brasileira, entre elas, a do PNJ. Ele reuniu aproximadamente cem cientistas, especializados em assuntos referentes à Amazônia.

Ambiente (MMA). A Fundação Moore é uma instituição inglesa, que por meio de recursos financeiros e cooperação técnica, estabelece negociação com organizações não-governamental e governamental para o desenvolvimento, implementação e criação de unidades de conservação da biodiversidade brasileira.

Em 2004, a Fundação Moore²⁸ aprovou o projeto do governo do Amazonas, Eduardo Braga, destinando US\$ 4 milhões. Este governo utilizou, naquele projeto, o discurso de investir a quantia na conservação ambiental da floresta amazônica e no desenvolvimento sustentável. Essa negociação é inédita no cenário político do Estado porque aquela Fundação havia estabelecido, anteriormente, negócios com ONGs, como a FVA. Nesta direção os doadores Fundação Moore

[...] vêm apostando na conservação da biodiversidade brasileira na última década, apoiando o trabalho de várias organizações não-governamentais, mas esta é a primeira vez que o dinheiro será destinado (sic) diretamente (sic) a um projeto liderado por um Governo Estadual [...]. (www.conservation.org.br/noticias.php)

De outro modo, a Fundação Moore tem realizado negociação com o governo estadual e com a FVA, dispondo recursos financeiros para investimento em áreas consideradas de grande valor natural. Aquela, entre outros, utiliza o recurso para realizar atividades exploratórias no Parque Nacional do Jaú. Este, de acordo com o que veicula nos meios de comunicação, para realizar o Desenvolvimento Sustentável no Amazonas, como a do Projeto PROSAMIM²⁹.

A proposta de Desenvolvimento Sustentável foi discutida na Conferência Rio-92, evento mencionado no capítulo anterior. Ela faz parte do acordo estabelecido entre nações, como o Brasil, para a busca da superação da crise ambiental. Superação, na ótica do governo amazonense, permeada pelo capital internacional.

O Projeto Corredores Ecológicos³⁰ é de origem nacional, um projeto do Ministério do Meio Ambiente, o qual recebe recursos financeiros e técnicos do capital internacional. Ele seleciona subprojetos de

²⁸ A Fundação Moore, ou Gordon and Betty Moore Foundation investe recursos financeiros, entre outros, em projetos cujas atividades tratem da conservação de ecossistemas marinhos e florestais e da conservação da mata na Amazônia. Essa instituição pertence ao presidente emérito da Intel, empresa líder no mercado de microprocessadores.

²⁹ Programa de Reurbanização de Manaus.

³⁰ Projeto Corredores Ecológicos (PN 1999.2067.7) foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso (1996). Através de um acordo feito com o governo da Alemanha, em 18 de outubro de 2002, passou a captar recursos financeiro, material e humano para investir na conservação sustentável da biodiversidade em florestas tropicais da Amazônia e da Mata Atlântica. A quantia estipulada no acordo, pelo governo alemão para esse projeto, foi de até EUR 225.991,01 (duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e noventa e um euro centavo. Assim como outras

[...] instituições pertencentes à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal direta ou indireta com atribuição ambiental e desenvolvimento sustentável (sic) (estabelecimento de parcerias com organizações sem fins lucrativos da sociedade civil brasileira são recomendadas). (sic) [...]
<http://khronopediaje.incubadora.fapesp.br/portal/khronopress/engag/copy-of-bru>).

Entre as ONGS, a FVA. Outra financiadora desta fundação é a Agência Implementadora MMA³¹, trata-se do Ministério do Meio Ambiente brasileiro, que, entre outras competências, estabelece negociação com diferentes segmentos da sociedade civil, os quais possuam programas ambientais, entre eles, para a Amazônia Legal.

Entre as atividades da Fundação Vitória Amazônica, realizadas no PNJ, uma não está prevista no acordo estabelecido com o IBAMA: a de realizar atividade direta com a população local. Este fato foi registrado em um documento por técnicos da Diretoria de Ecossistemas (DIREC) e pelo chefe do órgão gestor do Parque daquela época, três anos depois do acordo. Nessa direção:

[...] Alguns técnicos envolvidos no processo (sic) têm procurado trabalhar com as populações residentes no interior do Parque, no sentido de criar condições para que as mesmas se sintam cada vez mais incentivadas a permanecer na área, apesar de a mesma constituir-se em Unidade de Conservação de uso indireto [...]. (FVA, 1998, p. 7).

Diante dessa evidência, percebe-se que a FVA, embora ilegalmente, articula atividades com a população do PNJ. População cujos sujeitos foram envolvidos em diferentes políticas e problemas, depois da área, em que vivem, ser transformada em uma Unidade de Conservação. Passando a conviverem sob uma máquina de controle, vigilância e disciplina. Assim tiveram que modificar todas suas estruturas de vida. Dessa maneira, o ambiente do parque tornou-se hostil.

unidades de conservação, o Parque Nacional do Jaú faz parte daquele projeto, através do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) que foi elaborado por José Márcio Corrêa Ayres e colaboradores. Este programa conta com o apoio técnico e financeiro do IBAMA, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) e Bancos Mundial e Nacional.

³¹. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi criado em Novembro de 1992. Ele tem como meta promover a adoção de princípios e estratégias para proteger e recuperar o meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de maneira transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias do governo e sociedade. O MMA teve sua estrutura regimental regulamentada pelo Decreto nº 6101, em 26 de abril de 2007.

2.2 Sujeitos do Parque Nacional do Jaú

Os habitantes do PNJ, denominados pela FVA como população tradicional, grupos domésticos e ribeirinhos, estão distribuídos nas margens dos rios: Jaú, Carabinani, Unini e Paunini. O termo ribeirinho foi registrado nos primeiros documentos produzidos sobre o parque, entre eles, no documento fundamental da ação desta ONG ao longo da década de noventa, “[...] o The Rio Negro Program Basin ³²[...]” (FVA, 1991, p. 2).

As denominação supracitadas, oriundas de uma ONG, refletem uma instituição de caráter universal, que nomeia os habitantes, considerando o homem espécie do PNJ, que, de acordo com Foucault (1979), é produzido no âmbito do bio-poder. “Ribeirinhos”, “populações humanas ou tradicionais” e “grupos domésticos” são as maneiras de identificar o homem espécie do Jaú.

Nesse entendimento, os habitantes do PNJ foram taquigrafados, segundo uma categoria construída de fora, como grupos sociais vivendo em espaços geográficos diferentes e distantes na área do Parque, os quais são reduzidos às formas classificatórias homogeneizantes³³.

Em outros termos, considerando a classificação supracitada (invenção do bio-poder), manifestação do capitalismo global, outrora mencionado no capítulo anterior, desconsidera as diferenças étnicas da população do Jaú, reduzindo suas especificidades.

Essa visão não contribui para a emancipação dessa população, pois ela é formada, entre outros, por índios destribalizados, representados, em parte, pela Associação Indígena de Barcelos (ASIBA)³⁴, caboclos, alguns, descendentes dos nordestinos “[...] que ficaram no parque após a crise da borracha [...]” (LEONARDI, 1999, p. 199). Entre os nordestinos, negros vindos do Maranhão.

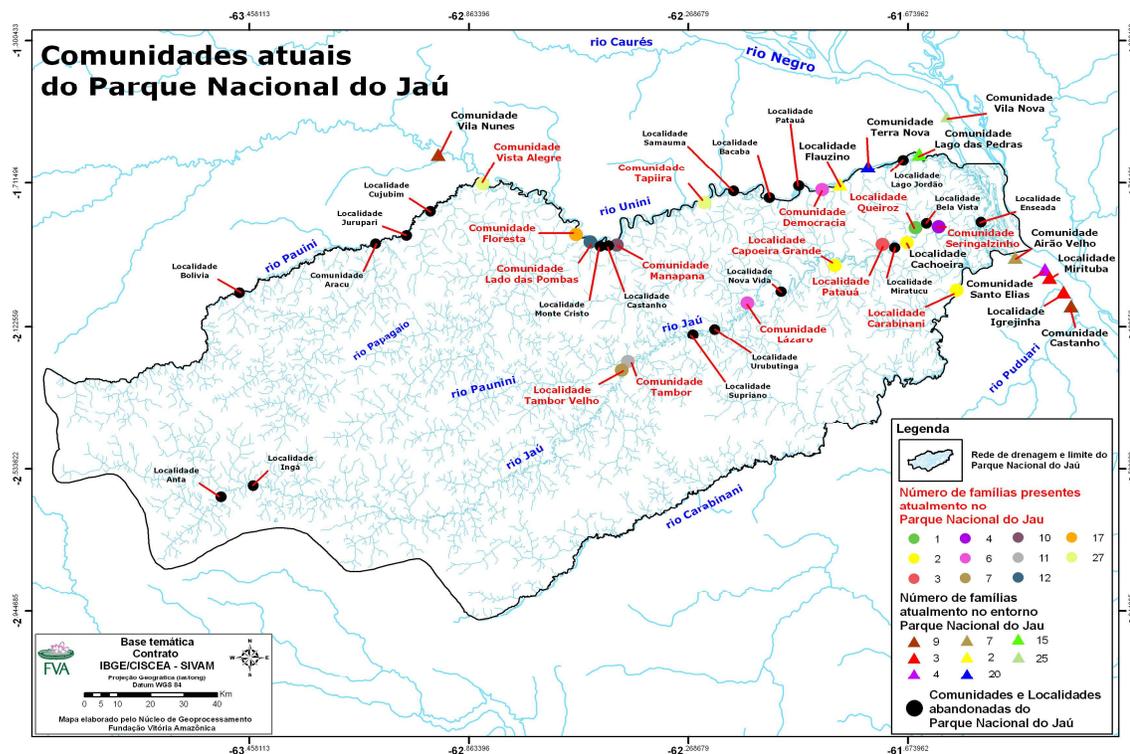
Os moradores do Jaú vivem agrupados em comunidades (tipo de organização produzida pela FVA, durante a criação do Plano de Manejo do Parque), isto é, em aglomerados residenciais. Nessa direção Lazzarini (2003) postula que esse padrão de ocupação, entre outros, pode ser um indicador da boa qualidade ambiental.

³² . No The Rio Negro Basin Program, a FVA propunha a “busca de soluções administrativas criativas” para o Parque Nacional do Jaú de modo a, também, integrar os grupos sociais locais em seus objetivos de conservação.

³³ . Trata-se de uma ação que se desenvolve na contramão da existência humana: Nenhuma ser é igual. Mesmo gêmeos da mesma placenta têm impressão digital diferentes, são seres únicos, indivisíveis.

³⁴ . Representante da sociedade civil no Conselho Consultivo do Parna Jaú. A ASIBA é uma associação que representa os indígenas do município de Barcelos e possui apoio financeiro e técnico de uma organização não governamental espanhola, a Caldes Solidária. Entre os indígenas desse Município, registram-se Bares, Baniwas, Yanomami, Desanas, Tukanos, Pira- Tapyuas, Arapasos,, Macuxis, Tikunas.

Qualidade que se materializa em diferentes recursos para atender as necessidades dos comunitários dos rios do Parque Nacional do Jaú, de acordo com os ciclos da natureza, como a vazante e enchente dos rios. Fenômenos que modificam a maneira de vida de cada habitante do Parque.



Fundação Vitória Amazônica

Entre os recursos usufruídos pelas comunidades, têm-se a utilização dos rios para locomoção, pesca de peixes, realização de trabalhos domésticos (como a lavagem de louças, roupas), negociação (aviamento³⁵), higiene pessoal (banhos), deixar de molho euforbiáceas (mandioca, macaxeira), coleta de quelônios.

Além de tirar recursos dos rios, os moradores retiram, também, da floresta, entre outros, látex da seringueira, óleo de copaíba, cipó-titica, castanha, palha para cobertura de moradias ou casas para produção de farinha, algumas espécies de animais.

³⁵ O sistema de aviamento é a base principal de comercialização realizada pelos moradores do Jaú. Ele corresponde ao regime de crédito informal. Para o economista Roberto Santos, o aviamento era um sistema de crédito, um crédito sem dinheiro. Caracterizava-se pela troca que se faziam entre as casas aviadoras, responsáveis pelo abastecimento dos seringais e as casas exportadoras. Na Amazônia, a expressão aviar significa fornecer mercadorias a crédito.

Dispondo desses recursos naturais, “[...] Os que ficaram no parque até hoje dedicam-se ao extrativismo vegetal – cipó-titica, cipó-de-timbó-açu, borracha, castanha, sorva, óleo de copaíba e madeiras, principalmente itaúba e acaricoara – , ao extrativismo animal – bichos de casco e peixes ornamentais – à caça, à pesca e à produção de farinha de mandioca [...]” (LEONARDI, 1999, p. 201).

Dito de outro modo, os moradores exploram os recursos naturais renováveis, dessa área de conservação, a fim de manterem as necessidades de subsistência. Esse tipo de atividade configura o conhecimento daqueles moradores sobre a natureza e os ecossistemas do PNJ.

Nessa direção, “[...] A forma como os moradores do Parque se relacionam com a natureza imprime singularidades a seu modo de vida, o que os caracteriza como populações tradicionais. A utilização dos recursos naturais disponíveis no PNJ pela população tradicional está vinculada à necessidade de subsistência do grupo doméstico [...]” (FVA, 1998, p. 43).

Esse tipo de utilização demonstra que os ribeirinhos têm afinidade com a natureza, a qual pode ser traduzida como conhecimento (senso comum). Conhecimento que a FVA percebeu e, através de negociação com os moradores, passou a explorar a área e, desta maneira, adquiriu informações sobre a flora, a fauna e a geografia do PNJ, dados significativos para elaboração do Plano de Manejo.

Nesse entendimento, influenciada pelas mudanças de orientação e abordagem do conservacionismo internacional, a FVA (1993), desde cedo, manifestou preocupação em estabelecer uma maneira criativa de administrar o PNJ, envolvendo as populações ribeirinhas tradicionais locais no Plano de Manejo, FVA (1991).

O envolvimento supracitado constou no projeto “Desenvolvimento Comunitário no Parque Nacional do Jaú”, no qual a FVA objetivou investir na organização dos moradores do parque a fim de que tivessem condições de participar do Plano de Manejo, FVA, 1995.

Para cumprir aquela meta, a ONG propôs aos moradores uma série de ações a serem desenvolvidas: a parte mais intensiva numa área denominada de Seringalzinho (nome de uma das comunidades do PNJ) e a outra com o restante dos grupos residentes na UC. Entre as ações a serem realizadas pela FVA, têm-se:

[...] construir e equipar um Centro Comunitário, realizar atividades lúdicas para propagar e fixar informações, implantar um programa de alfabetização de adultos e crianças, fazer hortas comunitárias, formar agentes de saúde, viabilizar campanhas de saúde básica (vacinação e verminose), implantar cursos de formação técnica, instalação de um programa de rádio comunitário, saúde da mulher, organização comunitária, treinar professores, resgatar utilização de plantas medicinais, instalar

sistema de saneamento, associação de moradores funcionando, impactos ambientais minimizados [...] (FVA, 1995, p. 2-5).

Esse tipo de estratégia, desenvolvida por essa ONG, assemelha-se, em parte, com a utilizada pelos “missionários” ocidentais do período da colonização no Brasil. Estes produziram meios para obter a “atenção” dos índios e extrair-lhes conhecimentos sobre a colônia e prestação de diferentes serviços.

Enquanto a FVA vê a população como elemento significativo para atender seus objetivos no PNJ, entre eles, a produção de pesquisas científicas a respeito desse trecho da Amazônia; o IBAMA dificulta a permanência dela na UC, pois, a partir da instalação da sua Base, na foz do rio Jaú, houve uma intervenção na vida dos habitantes.

Intervenção que se materializou, entre outros, na proibição da entrada de regatões³⁶ no Jaú, restrição das atividades de pesca, caça e plantação de roça e impedimento da coleta de quelônios. Nesse sentido, o gestor reduziu as principais fontes de renda dos moradores do Parque, que, também, no início de sua criação, “[...] sequer sabiam que moravam numa área decretada como Unidade de Conservação [...]”. (REBELO apud BARRETO, 1999, p. 70). Fato que gerou, nas primeiras duas décadas de criação, conflitos entre o IBAMA e a população local.

Além disso, o IBAMA, geralmente, não interage com os moradores, uma vez que realiza abordagem de revista e, quando necessário, apreensão, entre outros, de materiais, equipamentos e quelônios. Nesse entendimento, a relação do gestor do Parque com os moradores é problemática e conflituosa, pois aquele busca realizar o trabalho de fiscalização da UC.

³⁶ . Aqueles que compram em grosso para vender a retalho (FERREIRA, 1999, p. 1730). Geralmente, os regatões, que realizavam atividades comerciais no Parque Nacional do Jaú, eram dos municípios de Novo Airão e Barcelos.



Foto da Autora - 2008



Foto da Autora



Foto da Autora - 2008



Foto da Autora - 2008

Através desses fatos, piorou, significativamente, a situação financeira, social e econômica dos moradores do PNJ. Por isso, entre outros motivos, algumas famílias foram

retiradas desse local. Aquelas, depois de terem sido alojadas em lugares impróprios, buscaram “auxílio junto às autoridades”. Assim:

[...] A juíza da 3ª Vara Civil do Amazonas, Maria Lúcia Gomes de Souza, acatou o pedido do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF/AM) de reparação de danos morais e materiais às famílias que foram remanejadas do PNJ (Parna Jaú), local entre os municípios de Novo Airão e Barcelos (220 Km de Mao), e àqueles que ainda permanecem na reserva.

A sentença judicial fixou R\$ 5 mil por família, o valor a ser pago por danos morais. O valor em relação aos danos materiais ainda não foi calculado. Da decisão cabe recurso.

A Ação Civil Pública (ACP) foi ajuizada pelo MPF contra a União e o IBAMA em 2004. O pedido foi baseado na Lei nº 9.985 que determina a indenização e realocação pelo Poder Público das populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida, como é o caso do Parna Jaú.

Após a criação do Parque, em 1980, o IBAMA retirou as famílias que habitavam o local, mas as instalou em local inadequado, causando transtorno para os moradores. Algumas famílias ainda permanecem morando no Parna Jaú [...] (Portal Amazônico, 2008, p.1-2).

Diante dos fatos elencados, entende-se que os sujeitos, residentes no Parque Nacional do Jaú, lutam para sobreviver e permanecer na UC, porque enfrentam dificuldades, provocadas, principalmente, pelo Poder Público, que, utilizando alguns dispositivos legais, em nome da preservação ambiental, reprime-os. Dessa maneira configura-se uma piora na qualidade de vida daquela pequena população amazônica, ou seja, contribui-se para perda da humanidade.

Humanidade que pode ser conquistada através da Educação Ambiental, a qual, na perspectiva da Dialética Materialista Histórica, construída por (D. SAVIANI, 2000, p. 17), é

[...] o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado, e, concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

De acordo com entendimento desse sociólogo, pode-se compreender que a tarefa social e política das escolas campesinas do Jaú é elaborar um “referencial teórico-metodológico”, no dizer de Bachelard (1996), uma epistemologia viva, o dínamo que produz o movimento em direção à compreensão crítica da realidade local e global, oportunizando a inclusão emancipada dos educandos no resultado da produção coletiva que, no modo social e histórico de produção capitalista, é apropriado por uma minoria.

Nesse sentido, estimulam-se os adolescentes, os jovens e os adultos a exercitar o abandono de sua condição de cidadãos que não são capacitados pela escola, devido, entre outros fatores, à organização de conteúdos que não refletem o conhecimento do sujeito do Parque e a realidade local, para desenvolver expectativas de libertação da opressão.

2.3 Educação Ambiental numa perspectiva libertadora

A EA, embora tenha surgido como uma proposta para minimizar os problemas de ordem ambiental no Planeta, em um momento histórico conflituoso, devido ao modo de vida da “Pós-Modernidade” não apresentar sinais que sustentem um futuro de felicidade, progresso e desenvolvimento para humanidade, pode, também, permeada por uma concepção libertadora, ser um instrumento que possibilite aos educandos, da EJA do PNJ – AM, de participarem do processo civilizatório e serem responsáveis por lavá-lo a diante.

Nesse entendimento, a EA assume um compromisso de desenvolver a consciência crítica dos educandos do Parque em detrimento de uma consciência ingênua. Para a construção dela, destaca-se Paulo Freire, um dos fundadores da Educação numa perspectiva libertadora.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife no dia 19 de setembro de 1921 e faleceu em São Paulo no dia 02 de maio de 1997. Aos 15 anos era considerado um estudante atrasado que escrevia errado, mas depois de lutar contra diferentes adversidades, como a perda dos pais, a fome e a pobreza, conseguiu forma-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco aos vinte e dois anos. Em 1959 obteve o título de Doutor em Filosofia e História da Educação, com a tese Educação e Atualidade Brasileira.

Foi Livre-Docente da cadeira de Filosofia e História da Educação na Escola de Belas Artes do Recife. Desistindo da carreira jurídica, dedicou o maior tempo de sua vida à educação, especialmente a de Jovens e Adultos das camadas populares das regiões do Brasil. Um dos pontos marcantes de suas produções foi a construção de uma proposta pedagógica em 1961, a qual lhe rendeu satisfação, crescimento pessoal e profissional e problemas provocados pelo Poder Público da época. Este o levou ao exílio por 16 anos.

O Poder Público brasileiro, orientado pelas classes hegemônicas que, em diferentes fases da nossa história, no processo de Alfabetização de Jovens e Adultos, adotou diferentes posturas, as quais contribuíram mais para a exclusão do que para emancipação de milhares de brasileiros.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos surgiu paralelo ao crescimento econômico e social do Brasil na metade do século XX, a partir da organização de grupos, representando diferentes ideologias, “identidades políticas” e interesses econômicos. Gadotti (1996).

Contudo na catequese, realizada pelos jesuítas, no século XVI, período da colonização, esse interesse já era manifestado, pois eles com o discurso de catequizar as crianças indígenas atingiram também os pais em diferentes áreas do país. Pode-se dizer, então, que o período desse tipo de ensino dos jesuítas é o marco inicial da intromissão estrangeira na educação de jovens e adultos, fato que ocorre desde a *Ratio Studiorum*³⁷ até hoje, mas de maneira diferenciada. Segundo Freitag (1986)

No Brasil Colônia a função das escolas dos Jesuítas era fornecer os quadros dirigentes e servir como centros de inculcação do cristianismo e da cultura européia, adaptando os índios e os escravos a relações comerciais vigentes. Os Jesuítas, além de alfabetizar os adultos, repassavam normas de comportamento e ensinavam o ofício necessário ao funcionamento da colônia. (p. 17)

Esta modalidade de ensino, na realidade, desenvolvida pelos jesuítas para o índio, naquele período, era o de catequização e domesticação e não de desenvolver um projeto educativo, principalmente comprometido com a libertação do domínio estrangeiro, o que não era do interesse do colonizador europeu. Trata-se de um projeto educativo que merecia de Descartes (1973) a seguinte observação “Tudo me leva a crer que posso confiar inteiramente nas idéias claras e distintas, não acreditando nas idéias obscuras e confusas” (p. 45-6).

Nesse sentido denota-se que o colonizador, através desse ensino, buscava o seu próprio interesse e da coroa portuguesa, o qual representou, no decorrer da história, entre outros, a desintegração da cultura indígena, pois o índio primitivo possui hábitos, língua e valores diferentes do invasor estrangeiro.

Depois da consolidação dessa colônia, a coroa portuguesa objetivando combater o poder dos religiosos na região, entre estes os franciscanos, designa o Marquês de Pombal e, através de suas reformas, considerou perniciosos e funestos os efeitos materializados na *Ratio Studiorum*, normatizador do método educativo proposto pelos jesuítas. Determinou, assim, a

³⁷. A *Ratio Studiorum* é o primeiro documento que elabora um Plano de Educação completo que se tem conhecimento. Trata não só dos aspectos pedagógicos, mas também administrativos. A maioria das Universidades brasileiras ainda hoje segue esse padrão de organização. Foi elaborado por Inácio de Loyola, em 1532, e Nadal foi encarregado de fazer a difusão em todos os países onde existiam escolas jesuítas

expulsão dos Jesuítas não somente da colônia do Brasil, mas também de todos os demais domínios portugueses.

A partir desse fato, o trabalho educativo para adultos na colônia é praticamente inexistente. Com a vinda da Família Real em 1808 para a colônia, os monarcas priorizaram o “Ensino Superior”, para o qual mandaram construir instituições a fim de atender as necessidades do momento: formar quadros para a Guarda Nacional, engenheiros, médicos, entre outros, e abrir cursos de curta duração, para atender necessidades de ordem prática, como ensina Descartes (1973).

Após a Independência Política, surgem poucas contribuições ao ensino popular, principalmente à Educação de Jovens e Adultos. Diante deste descaso, a população iletrada no Brasil era de 85%, de acordo com dados apontados por Costa (1986), a partir do 1º censo em 1872, o qual mostrava a existência de 8.363.937 analfabetos em um total de 9.930.478 habitantes.

Em 1890, este percentual permaneceu estável, considerando que de 14.433.915 habitantes, 12.213.356 eram analfabetos. Esses dados acentuavam nos censos de 1900 e 1920, nos quais se apontaram 65% e 64% de analfabetos na população maior de quinze anos, percentual diferenciado apenas na virada do século XX. Costa (1986).

Somente a partir da década de 20, inicia-se uma expressiva campanha contra o analfabetismo. Todo este redimensionamento dos problemas educacionais observados nos últimos quinze anos da Primeira República está ligado às transformações que se operaram nos setores econômico, social e político.

Porém, foi concentrada a atenção para a “minimização” desses problemas nas regiões urbanas dos estados mais desenvolvidos economicamente, ou seja, aqueles que representavam os interesses da República Oligárquica, ficando dessa maneira vários grupos sociais do país sem educação, como os moradores do interior do Amazonas.

Como nota Gadotti (1996) em 1947, período da 2ª República, surge o trabalho inicial da Campanha Nacional de Educação de Adultos, movimento nacional em favor da educação de jovens e adultos analfabetos, cuja concepção de educação, por parte do governo, já começava a ser pensada sob a ótica econômica, isto é, enquanto condição “indispensável” para a continuidade do desenvolvimento do país.

A partir disso, em 1948, assinam-se os Acordos Especiais que obrigavam os Estados e Territórios a instalar cursos preferencialmente nas áreas rurais, nas escolas construídas e mantidas através dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, confirma Gadotti (1996). Essa faceta ficou denominada de “Missões Rurais de Educação de Adultos”.

Embora os interesses das classes dirigentes no Brasil, do período populista, “[...] sejam econômicos, políticos, ideológicos e de poder, utilizam um discurso semelhante ao religioso como Missão, por exemplo, a fim de esconder os reais objetivos”. (ALTHUSSER, 1985, p. 71). Por outro lado, Cunha (1998) explica que o período de 1958-1964 representa um marco histórico na Educação de Jovens e Adultos, iniciando-se a evolução para a Educação Popular. “Esta sofre o seu primeiro ataque frontal no dia 1º de abril de 1964, quando ocorre o Golpe Militar.”

Essa evolução se evidenciou, entre outros, a partir das práticas pedagógicas dos educadores quando deixam de utilizar conteúdos desvinculados dos meios populares, configurando dessa maneira uma mudança qualitativa. Qualitativa porque uma das práticas pedagógicas usadas, nessa época, refletia a proposta pedagógica de um dos maiores expoentes da Educação Popular, o educador Paulo Freire.

A *Educação Popular* é mais abrangente do que a *Educação de adultos*: alfabetização, educação de base em profissionalização ou em saúde. A Educação Popular une ciência e técnica vinculadas aos interesses dos trabalhadores. A Educação de Adultos busca a técnica vinculada aos interesses dos empresários.

A Educação Popular transformou-se em um ato político, ou seja, transmitir conteúdos que viabilizem a conscientização. Nesse sentido, a educação deixa de ser burocratizada e *bancária*³⁸ e passa a ser progressista e democrática. Deixa de ser conservadora e neoconservadora para ser libertadora

Dessa maneira passa a transmitir conteúdos do interesse e importância dos grupos populares, como dos ribeirinhos do PNJ. Contribui no processo de superação da condição de massa de manobra para a condição de povo organizado que pode se libertar da dominação cultural, política, ideológica e econômica.

Nessa direção, a proposta pedagógica, elaborada por Paulo Freire e sua equipe da Universidade do Recife, é fundamental na superação da prática pedagógica com a ausência de interação entre os conteúdos pedagógicos, as questões ambientais e os conhecimentos possuídos pelos educandos. O substantivo feminino interação é “[...] ação que se exerce mutuamente entre duas ou mais coisas [...]” (AURÉLIO, 1999, p. 1123).

Concebendo a proposta freireana não como uma panacéia, mas como um vigoroso instrumento de superação da dicotomia entre sujeito, conhecimento e realidade, pensamos que

³⁸ . É como na relação entre o correntista que deposita e o banco que recebe. No caso do educando só pode ser dele retirado aquele conhecimento que foi depositado, negando a experiência anterior que cada educando traz consigo antes de vir para a escola.

se estabeleceria uma atitude de rompimento e de construção da reciprocidade entre o sujeito, o conhecimento e a realidade, isto é, o homem, o mundo e o conhecimento. A partir dessa direção específica, no conteúdo, no sujeito e no meio social, superamos o senso comum no contexto campesino do PNJ.

Em outros termos, os conteúdos críticos da *Educação Popular* ajudam o educando a superar o seu saber anterior, feito de pura experiência. É uma passagem do senso comum, de um estado de ingenuidade, para a consciência filosófica, um estágio de maturidade onde o *ser* busca ser mais livre, mais cidadão e, sobretudo, mais feliz.

A Educação Popular é preocupada, primeiro, com a leitura crítica do mundo, mesmo que as pessoas não façam a leitura da palavra. O senso comum só se supera a partir da leitura crítica e não com o desprezo arrogante dos elitistas por este tipo de informação que é do interesse de todos.

Além disso, ela não aceita a neutralidade política. A *Educação de Jovens e Adultos* trabalha com essa ideologia. A *Educação Popular* respeita os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos, crianças, jovens ou adultos. A *Educação Popular* promete fantasias.

Para isso, na perspectiva dessa Educação, deve-se adotar um método ativo, crítico, dialógico e com a mudança do conteúdo da educação. Para isso os educadores devem ter uma alta responsabilidade na criação de uma nova atitude, uma atitude dialogal. O educador precisa transformar-se para poder fazer educação crítica e não domesticação.

Fazer educação crítica e não domesticação significa o adulto entender criticamente e não mecanicamente, através de uma **palavra geradora**, o mecanismo da formação vocabular, do sistema de sinais e de gráficos. Assim o adulto começa cada vez mais rápido e com maior facilidade, no primeiro dia que luta para alfabetizar-se, a construção de palavras com combinações fonéticas e faz a decomposição ou decodificação.

Os educadores populares têm, nos sonhos, um ponto de partida e não um ponto de chegada. É uma busca da utopia não como uma coisa impossível, como o irrealizável, mas como um projeto muito difícil, mas que pode ser conquistado coletivamente através de uma direção libertadora.

Como leciona Freire (1992, p. 67) “É possível vida sem sonho, mas não existência humana e histórica sem sonho”. Ensina, ainda, que o sonho precisa ser sonhado coletivamente e não individualmente. Pensa que o sonho sonhado sozinho é sonho e que o sonho sonhado coletivamente torna-se realidade.

A proposta de alfabetização de adultos sistematizada por esse educador pernambucano tem como pressupostos filosóficos: a ontologia, a gnosiologia, a estética e a ética. A ontologia é materializada no processo de libertação do ser da opressão.

Para Freire (1979) a ação educativa não deve apenas preparar o homem para o trabalho, deve buscar a **vocação ontológica**. Precisa partir de uma reflexão sobre o homem e suas condições culturais. Para que o homem não seja simples espectador e faça uma intervenção na realidade, deve ser levado a refletir e agir criticamente, desenvolvendo a sua **vocação ontológica**, de **ser**, e não de objeto.

Ensina que as relações do homem se aperfeiçoam quando ele se faz crítico e assim torna-se consciente de sua realidade. Cria-se e recria-se nas condições de seu contexto, recriando as condições e o contexto. É um ato de transformação. O homem deve conhecer os problemas de sua época para entender as suas tarefas concretas e poder criar, decidir e participar para conquistar melhores resultados no trabalho de conscientização e transformação social.

Defende que a nova sociedade brasileira deve se opor à exigência da velha sociedade que assegura privilégios contrários aos interesses do homem brasileiro. A velha sociedade brasileira assegura privilégios para a minoria e nega direito a todos. A lógica referida por Freire (1979) manifesta-se principalmente, embora que não unicamente, na zona rural das grandes metrópoles onde a justiça se faz ausente e prevalece a lei do mais forte.

Pode-se dizer, então, que a proposta de Paulo Freire é uma ontologia da educação de adultos. Uma educação que vai além da preparação do homo economicus, mas que busca a construção do homo sapiens. Na explicação de (GRAMSCI, 1978, p. 14) “É a superação da condição do homo-faber para o nível de homo sapiens”.

A gnosiologia ganha corpo nos conteúdos históricos e políticos, não neutros, transmitidos aos seres, ou seja, conteúdos que podem ser aprendidos e que estejam ligados ao mundo do educando. É o aprendizado da palavramundo que não é leitura de qualquer palavra, mas de um signo que esteja vinculado, por exemplo, à cultura campesina.

A estética é fundada no *oeder*, a arte que estuda o belo. A ética tem como fundamento não fugir da moral, dos princípios de não transgressão. Diferencia-se, portanto, do plano cartesiano³⁹.

³⁹ . Postura que tem uma resposta pronta e acabada para todas as dúvidas. Afirmção sem nenhuma dúvida. Resposta sem reflexão porque já está feita, não é construída na relação educador/educando.

Essa proposta pedagógica foi muito produtiva, pois em quarenta e cinco dias, Freire alfabetizou trezentos trabalhadores. Tal resultado impressionou profundamente a opinião pública da época. Mais interessante, ainda, é que em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963, onde a proposta foi colocada pela primeira vez, os trabalhadores começavam a lutar por seus direitos básicos como habitação, transporte, alimentação, educação e saúde.

São várias as contribuições de Paulo Freire à educação dos oprimidos no Brasil e em outras partes do mundo, entre elas, sendo um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife. Através da cultura popular, suas concepções de educador popular influenciaram a Campanha “De pés no Chão Também se Aprende”, realizada em Natal, Rio Grande do Norte.

Paulo Freire ficou mais conhecido nacionalmente com a Campanha de Alfabetização de Angicos, também no Rio Grande do Norte. Ele coordenou o Programa Nacional de Alfabetização pelo chamado “Método Paulo Freire” no governo de João Goulart.

Com a utilização deste “método”, as camadas populares seriam desafiadas a perceberem as injustiças que as oprimiam e a necessidade de lutar por mudanças a fim de conquistarem a cidadania emancipada. Gadotti (1996). A força motivadora desse processo de conscientização era a utilização da palavramundo. Primeiro propunha o conhecimento do mundo, depois da palavra que dizia respeito ao mundo em que o educando estava profundamente inserido. Freire (1987).

As palavras geradoras, como dissemos, são escolhidas após pesquisa no meio ambiente do educando. Assim, por exemplo, comunidades que vivem em uma UC, como as do PNJ, a palavra RABETA é geradora porque, evidentemente, está associada às necessidades fundamentais dos moradores, tais como: alimentação, transporte, saúde, educação e lazer.

Se houver possibilidade de utilizar um cartaz, mostra-se a palavra RABETA e, logo em seguida a sua separação em sílabas: RA-BE-TA. O educador passa, então, a pronunciar as sílabas em voz alta, o que é repetido, várias vezes, pelos educandos.

Em seguida, apresenta-se a palavra dividida em sílabas, na posição vertical:

RA

BE

TA

completando o quadro com os respectivos fonemas:

RA

RE

RI

RO

RU

| | | | | |
|----|----|----|----|----|
| BA | BE | BI | BO | BU |
| TA | TE | TI | TO | TU |

A partir daí, o grupo passa a criar outras palavras, como BEBO, BOTO, BOBO, RABO, RATO, TATU.

Outro exemplo, adaptável ao meio ambiente, é a palavra TRABALHO.

| | | | | |
|-----|-----|-----|-----|-----|
| TRA | TRE | TRI | TRO | TRU |
| BA | BE | BI | BO | BU |
| LHA | LHE | LHI | LHO | LHU |

E assim por diante, vai-se fazendo, também, a formação de palavras com fonemas já usados em palavras apresentadas anteriormente. Essas palavras constituem o que se chama FICHAS DE CULTURA, as quais podem ser acompanhadas de desenhos respectivos. Por exemplo: RIO



Rio Jaú – Amazonas (Foto feita pela autora)

As palavras geradoras não precisam ser muitas: de 16 a 23 é o bastante. No conjunto, elas devem atender a três critérios básicos de escolha: a riqueza fonêmica da palavra geradora;

as dificuldades fonéticas da língua; e o sentido pragmático dos exercícios. (Freire, 1980, p. 43.

Na medida em que o aprendizado vai se desenvolvendo, forma-se um “circuito de cultura” entre educadores e educandos, possibilitando a colocação de temas geradores para discussão através do diálogo.

Dessa maneira, o objetivo da alfabetização de adultos vai levando o educando à conscientização dos problemas que o cercam, à compreensão do mundo e ao conhecimento da realidade social. Fica claro, então, que a alfabetização é o início do programa de Educação Ambiental no PNJ.

Uma idéia, desse contexto, pode ser visualizada na discussão da palavra geradora PRESERVAÇÃO. Vejamos:

1) Idéias para discussão:

- O que significa viver em uma área de proteção integral?
- Por que não se pode poluir ou consumir animais silvestres do Jaú?
- Como é a convivência com os agentes de fiscalização no parque?
- Que atividades são realizadas para manter o sustento da família?
- O que fazer para resolver os problemas?

2) Finalidade da conversa:

- discutir a situação da preservação da natureza no Parque Nacional do Jaú;
- despertar nos grupos o conhecimento das leis ambientais e os direitos dos moradores de uma UC;
- levar os grupos a exigir do Poder Público seus direitos de cidadania.

Diante disso, fica evidente o sentido pedagógico da proposta pedagógica de Paulo Freire: a politização do trabalhador campesino, sendo o único meio de fortalecer a classe dos oprimidos moradores do Jaú e dar-lhes armas para lutar pela revolução social, contra as desigualdades e a favor da liberdade.

Além do MCP, tivemos outros movimentos que materializaram a cultura popular, entre outros, o Movimento de Educação de Base. Este movimento articulado à CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - uma ação da Igreja Católica, oficializada através da celebração de convênio entre a União e a CNBB em 1961.

As ações iniciais se desenvolveram em Natal e Aracaju por intermédio das escolas radiofônicas e foram estendidas às regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Na primeira região, tal modalidade de ensino se desenvolveu em Manaus em 1965. A idéia de utilização

do rádio, como instrumento de transmissão do conhecimento, ocorreu devido à popularidade do veículo entre os estudantes, trabalhadores e a população de maneira geral.

As iniciativas dos movimentos de Educação Popular no Brasil, Freire (1997), (1987), diferentes do governo, Althusser (1985), buscaram a construção do processo de conscientização popular, Freire (1997), (1987), e não de sua dominação. Althusser (1985). Através da prisão, tortura, perseguição e exílio dos líderes do programa de educação popular, as forças repressivas forjadas no golpe militar de 1964 desarticulam, pelo menos parcialmente, esses movimentos de conscientização popular, considerados subversivos.

Contudo, permaneceu os Movimentos de Educação de Base, os quais reduzem suas atividades e alteram a orientação dos trabalhos educativos. O primeiro governo militar, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, criticou o analfabetismo, afirmando que o país possuía mais de trinta milhões de analfabetos, a partir disto, propiciou espaço para a criação da Cruzada ABC.

Essa era vinculada ao Colégio Evangélico Agnes Erskine, de Pernambuco. Seu trabalho foi iniciado em Pernambuco, junto às populações pobres do Recife, sendo estendida aos estados da Paraíba, Sergipe e Alagoas. Descaracterizado, porém, a iniciativa não produziu os resultados esperados, do ponto de vista da população, entretanto, do ponto de vista do Governo Militar, que representava as elites econômicas nacionais e internacionais, pode ser considerado exitoso.

As atividades escolares da Cruzada se firmavam no uso da Cartilha ABC, elaborada em 1961 por uma comissão de professores reunidos na Universidade Mackenzie em São Paulo, patrocinados pela Confederação Evangélica do Brasil. Mas, em decorrência do distanciamento entre as realidades regionais e o conteúdo da cartilha, ela foi, várias vezes, reformulada.

No governo do general Arthur da Costa e Silva foi criada a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL – (Programa de Alfabetização de Massas), cujo “objetivo prioritário era a alfabetização da população urbana analfabeta de 15 a 35 anos”. (BEZERRA, 2003, p. 70.), configurando desta maneira a primeira iniciativa do governo militar nessa modalidade de ensino.

A proposta pedagógica do MOBRAL continha princípios opostos aos de Freire (1997), (1987), isto é, da Educação Popular, entendida como uma educação libertadora (conscientizadora), além disto, não era direcionada à população iletrada da zona rural, como as dos moradores do baixo Amazonas.

A Lei nº 5.692/71, que reformulou o ensino de primeiro e segundo graus, atribuiu um capítulo para outra modalidade de ensino, que atende a educação de analfabetos adultos, a do Ensino Supletivo. Ele era desenvolvido à distância, com utilização de blocos integrados de trabalho.

Como leciona Gadotti (1996) o Ensino Supletivo baseava-se no princípio do ensino personalizado, através de estudo dirigido, da orientação individual e em grupo, da TV e do rádio, das séries metódicas e dos multimeios. Tudo se organizava por meio de módulos. “Em 1983, registrou-se a existência de 80 centros de Estudos Supletivos em todo país”. (p. 391).

Em 1985, o MOBREAL é substituído pela Fundação Nacional para Educação – Fundação Educar –, através do Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985, cuja finalidade era fomentar programas destinados àqueles que não tiveram acesso à escola ou que dela foram expulsos.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo das Disposições Gerais e Transitórias, o Governo Federal e toda sociedade civil se encarregariam de unir esforços para erradicar o analfabetismo no país em dez anos. Em complemento à Carta Magna, elaborou-se o Plano Decenal de Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais e outras propostas para a qualificação/certificação dos professores em âmbito geral e do EJA em âmbito particular.

A Fundação Educar era a principal responsável pela coordenação dessa tarefa, a qual junto com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1989, convocaram uma comissão composta por especialistas que desenvolveram ou vinham desenvolvendo trabalhos/pesquisas na área do EJA, para que discutisse a preparação do Ano Internacional de Alfabetização, definido pela UNESCO.

Essa comissão é desarticulada por causa da extinção da Fundação Educar, em março de 1990, por Fernando Collor de Melo, cujo grupo político acreditava que a referida medida era necessária, tendo como pretexto a política de enxugar a máquina administrativa para as demandas sociais, proporcionando a sobra de recursos para financiar a reestruturação produtiva.

Tal medida causou retrocesso ao processo de políticas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos, que passou a sofrer as pressões do Banco Mundial e outros financiadores que “orientam” o Governo Federal para que priorize o Ensino Fundamental e transfira as responsabilidades do EJA para empresas e Organizações Não-Governamentais, utilizando-se do discurso da parceria, vinculando seus objetivos ao atendimento exclusivo das exigências do mercado.

Todavia, nesse governo, as políticas educacionais foram construídas a partir de programas e projetos elaborados, principalmente, pelo MEC, para a modalidade de ensino em questão foi criado o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PANAC).

Através desse plano almejava-se, num prazo de quatro anos, reduzir em 70% o número de analfabetos. Porém, os resultados “[...] mostraram-se, na realidade, insuficientes para transformar o cenário que se formou ao longo dessas duas décadas: uma escola excludente e fortemente marcada pelo insucesso escolar”. (BEZERRA, 2003, p. 88).

O período 1994-1998 é marcado pela utilização da mídia para divulgação de campanhas educativas. Por isto, dizemos que é um período no qual a imagem, ou seja, a propaganda substitui as práticas reais de educação, sobretudo da modalidade de Educação Popular que passa a ser trocada pela entrega de certificados.

Essa realidade é perceptível quando as políticas educacionais redefinem os rumos da EJA. A partir da criação da nova LDB, Lei 9.394/96 e outros instrumentos legais, essa modalidade de ensino passa ser desenvolvida em duas etapas da Educação Básica: Ensino Fundamental e Médio.

Além disso, a nova LDB incorporou uma mudança conceitual ao substituir a denominação Ensino Supletivo por Educação de Jovens e Adultos. Nessa direção: “[...] A mudança de ensino supletivo para educação de Jovens e adultos não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo ‘ensino’ se restringe à mera instrução, o termo ‘educação’ é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação [...]” (SOARES, 2002, p. 12)

Entretanto, no artigo 38 da supracitada lei, contém, no corpo do texto, a referência a “cursos” e ênfase a “exames supletivos (semelhante à Lei 5.692/71)”, corroborando, ainda, a concepção de suplência, de correção de fluxo escolar e de compensação. Nesse entendimento, “[...] a ênfase dos cursos para exames abre-se mão daquilo que a pedagogia consagrou como bases necessárias para a aquisição dos conhecimentos: os professores, o currículo, os materiais didáticos, as metodologias etc. Garantida apenas a avaliação do produto, o Estado joga para o mercado da educação as responsabilidades pelo processo educacional. Ou seja, o Estado abre mão de sua responsabilidade de formação, garantindo apenas os mecanismos de creditação e certificação.

O período que compreende o primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), a EJA recebeu um destaque acentuado de “valorização”, por isso, pode-se dizer que ela é marcada por um conjunto de iniciativas mais notáveis do que de outras gestões

anteriores ao período denominado de “Abertura Política”. Entre outras ações daquele governo, estaca-se o Programa Brasil Alfabetizando⁴⁰ e o Fazendo Escola⁴¹, ambos implementados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade⁴² (SECAD).

A SECAD foi criada pelo Poder Público em 2004, para realizar, entre outros, ações a fim de erradicar o analfabetismo em dez anos (Requisito do Plano Decenal de Educação). Aquela meta, também, aparece nos PCNs, conforme mencionamos no 1º capítulo desse trabalho.

Contudo, as ações, desse Governo Federal, não foram suficientes para a erradicação do analfabetismo no Brasil, pois o número de analfabetos no país está estimado em 16 milhões. No Estado do Amazonas, o quantitativo é de 266 mil analfabetos e 554 mil analfabetos funcionais⁴³. Desse montante, o município de Barcelos contém um dos piores índices, o percentual de analfabetos é de 47, 6% de uma população de 24.197, sendo que 7.954 estão residindo na área urbana e 16.243 na campesina. (www.terra.com.br/noticias)

Enquanto que no município de Novo Airão, a população analfabeta, com menos de quatro anos de estudo, é de 38,8% do total de 9.651 habitantes. Sendo que desse número, 6.984 se encontram na cidade e 2.667 na área campesina (www.seplam.am.gov.br).

Além disso, é válido ressaltar que as políticas adotadas para EJA representam rearranjos da mesma lógica que sempre presidiu as políticas para a educação no Brasil, a qual consiste em atender às necessidades de sociabilidade do próprio capital.

Considerando o número significativo de analfabetos no cenário amazonense, particularmente nos municípios de Barcelos e Novo Airão, os quais estão inseridos na lógica do capital, no último capítulo de nosso trabalho, elaborou-se uma reflexão sobre a construção de uma prática educativa vinculada à realidade dos moradores da área campesina.

⁴⁰. O Programa Brasil Alfabetizado foi implementado em 2003 para erradicar o analfabetismo no Brasil. Ele tem por finalidade capacitar cidadãos com 15 anos ou mais que não tiveram oportunidade ou foram excluídos da escola antes de aprender a ler e escrever (www.mec.gov.br).

⁴¹. O Fazendo Escola é um programa de apoio aos Sistemas de Ensino para atendimento à Educação de Jovens e Adultos. Ele foi instituído em 2003, tendo como objetivo contribuir para enfrentar o analfabetismo e a baixa escolaridade em bolsões de pobreza do país onde se concentra a maior parte da população de jovens e adultos que não completou o Ensino Fundamental. Os recursos são destinados ao Distrito Federal, Estados e Municípios que registraram alunos matriculados na EJA no Censo Escolar de 2005. Com orçamento de R\$ 460 milhões em 2005, o programa serve para a formação continuada de professores, aquisição, impressão ou produção de livro didático, remuneração de professores e aquisição de gêneros alimentícios para atendimento exclusivo da alimentação escolar dos alunos que freqüentam a sala de aula do EJA-Fazendo Escola. (<http://portal.mec.gov.br>)

⁴². O objetivo da SECAD consiste em “contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação” (www.mec.gov.br/secad, 2009).

⁴³. Denominação usada para pessoas que possuem menos de quatro anos de estudo.

CAPÍTULO III

3 O IMPACTO DA CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA ARTICULADA COM A REALIDADE DO ALUNO E DA COMUNIDADE DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ.

[...] não podemos chegar aos operários, urbanos ou camponeses, estes, de modo geral, imersos num contexto colonial, quase umbilicalmente ligados ao mundo da natureza de que se sentem mais partes que transformadores, para, à maneira da concepção ‘bancária’, entregar-lhes ‘conhecimento’ ou impor-lhes um modelo de bom homem, contido no programa cujo conteúdo nós mesmos organizamos. [...] (FREIRE, 1982, p. 99).

O presente capítulo tratou da Educação Ambiental na ótica da sociedade Pós-Moderna, a qual faz parte do cenário de algumas escolas da sociedade brasileira, da descrição do homem campesino do jaú e de suas experiências como instrumento para ser trabalhado no contexto escolar.

3.1 Visão da Educação Ambiental

Desde as Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente Saudável é que, como relatamos no capítulo 1, as sociedades de diferentes nações trataram de desenvolver a EA, como instrumento de preservação da natureza, contudo, reconhece-se que ela não é o único meio para conscientização da população para a questão preservacionista.

Em se tratando do Brasil, o desenvolvimento da Educação Ambiental tem recebido críticas devido à falta de consciência de muitas práticas, orientadas por uma concepção de meio ambiente⁴⁴ – seu objeto – reducionista, cuja ênfase recai apenas na dimensão ecológica, como registram Layrargues (2002), Pedrini (1998) e Leonardi (1997). A concepção de meio ambiente tem orientado os conceitos de EA, os quais refletem em sua prática.

⁴⁴ A interpretação da expressão Meio Ambiente ao longo dos anos sofreu várias alterações. A princípio compreendia uma concepção biofísica, que até hoje é mais comum na prática dos indivíduos. Recentemente o conceito passou a considerar os aspectos ecológicos, econômicos e políticos como constituintes do Meio Ambiente. Os documentos oficiais procuram enfatizar a presença de novos componentes ambientais na definição do complexo conceito atual. Ressaltam a interdependência entre os meios físico, biológico e social, no sentido de destacar a presença do homem como parte integrante do Meio Ambiente. A dificuldade em definir Meio Ambiente reside na confusão entre a concepção de ambiente funcional e de ambiente como sistema complexo. Ambiente funcional – conjunto de relações entre seres vivos e o meio, caracteriza-se pela dicotomia homem x ambiente natural. Ambiente como sistema – pressupõe a interligação entre os elementos na construção de “todo” organizado e interdependente (paradigma holístico). Além disso, a partir da etimologia dos termos meio e ambiente, feita por Coimbra (2002), percebe-se que existe a redundância daquelas expressões, pois “ambiente” já inclui a noção de “meio”.

Dessa maneira, percebe-se que ocorre uma contradição em relação aos objetivos da EA estabelecido pela Conferência de Tbilisi em 1997, a qual destacou a necessidade de compreender o meio ambiente em seus múltiplos aspectos, isto é, biológicos, físicos, sociais e culturais. A contradição está presente nas políticas brasileiras de Educação Ambiental.

Nesse entendimento, compreende-se que a alusão formal dada à EA, primeiramente, foi feita na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) aprovada em 1981. Em um dos princípios de sua política, Art. 2º, Inciso X, orienta a inserção da “[...] educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente [...]” (ROCCO, 2002, p. 86). Assim, o conceito de “meio ambiente” é concebido como objeto de proteção em seus múltiplos aspectos.

Entretanto, o princípio supracitado foi drasticamente reduzido no Decreto nº 99.274 de 1990, o qual regulamentou a política outrora mencionada. Naquele, o legislador menciona que o Poder Público, na execução da PNMA, Art. inciso VII, deve: “[...] orientar a educação, em todos os níveis, para participação ativa do cidadão e da comunidade na defesa do meio ambiente, cuidando para que os currículos escolares das diversas matérias obrigatórias contemplem o estudo da ecologia [...]” (ROCCO, 2002, p. 111).

Em outros termos, enquanto a PNMA traz uma concepção abrangente da Educação Ambiental, o decreto registrado reduz o ambiental a conteúdos ecológicos, desconsiderando toda a discussão feita nas conferências internacionais e na própria Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, conforme registramos no capítulo 1 dessa Dissertação.

A concepção ecológico-naturalista na EA não é recente. A partir da década de 70, havia uma educação denominada conservacionista que tratava das questões ambientais. Ela era desenvolvida por educadores que defendiam a conservação da natureza, tendo como foco a dimensão biológica do meio ambiente, cuja pretensão máxima era de conscientizar o cidadão a fim de modificar comportamentos, como se a superação da crise ambiental fosse possível somente pela mudança de atitude de cada indivíduo e não da lógica capitalista. Layrargues (2002).

Dito de outro modo, desenvolver EA, considerando apenas um de seus aspectos – o ecológico – é adotar uma prática pedagógica ingênua e descomprometida com as razões que acarretam as mazelas na natureza, as quais estão situadas, em grande parte, pelos modelos de desenvolvimento adotados sob a tutela dos credores internacionais. Nesse modelo de ensino, ao educando não é permitido o desenvolvimento de uma consciência crítica, pois o educador não lhe possibilita a compreensão dos diversos aspectos de uma dada questão ambiental.

A esse tipo de educação, Paulo Freire, conforme mencionamos no início desse capítulo, denomina-a de Bancária. Nessa perspectiva de ensino, a Fundação Vitória Amazônica vem realizando atividades de Educação Ambiental, orientando professores do Município de Novo Pasto, onde se localiza parte do PNJ, para ensinarem aos alunos assuntos sobre o Turismo Ecológico (Relatório 1, em anexo). Em outras expressões, aquela ONG, através dessas atividades, tem como objetivo dispor de pessoas (professores, alunos) “capacitadas” para lidar com turistas.

Desenvolver a Educação Ambiental nessa concepção, também, contradiz a definição atribuída pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o qual “[...] definiu a EA como um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental [...]” (DIAS, 1998, p. 27).

Além disso, ressalta-se que o desenvolvimento da EA numa perspectiva do Turismo Ecológico, como mencionamos outrora, é estratégico para atender as necessidades de orientação de algumas comunidades estrangeiras que vem ao Amazonas com o pretexto de conhecer a fauna e a flora, entre outras áreas, a do PNJ e potencializarem “regras” para ONGs pelo fato de manterem-nas financeiramente, como é o caso da FVA.

Esse fato foi registrado no período em que ocorreu o Seminário sobre o Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú, realizado em Manaus, no mês de dezembro de 1996, ocasião em que o zoneamento dele ainda não estava definido. Nesse evento, uma representante do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), um dos principais mantenedores da FVA, mencionado no 2º capítulo desse trabalho, deixou clara sua posição em relação aos moradores:

[...] eu queria falar de zoneamento em relação à população dentro do Parque. Eu não sou a favor de tirar todo mundo do Parque, eu acho que tem que ter um consenso de como é que vai ser trabalhado (sic) a população dentro do parque. Não estou dizendo que eles devem sair de lá, mas a gente não pode perder a idéia de que essa é uma área de preservação, conservação ambiental, (sic) em primeiro lugar. Então, se for identificado uma área de extrema importância pra (sic) conservação, não interessa se é a praia do seu Maurício, que tá lá há cinqüenta anos explorando, vai ter que ser uma área intangível; ele não vai poder explorar mais. A gente não pode perder isso de vista. Vai ter que se limitar o uso dos recursos pra (sic) certas áreas, pra (sic) que haja uma conservação do ambiente e de uso sustentável da comunidade [...] (FVA, 1996, p. 19)

No discurso acima, fica clara a preocupação do mantenedor estrangeiro em opinar sobre as mudanças que deveriam ocorrer no Jaú e como deveria ser o tratamento com os habitantes que possuísse áreas, consideradas de grande valor natural. Atualmente, como foi

demonstrado no capítulo anterior, o PNJ é um espaço cobiçado por estrangeiros, os quais, amparados pela legislação brasileira, realizam o “Turismo Ecológico”.

As iniciativas para a superação da ênfase ecológica na Educação Ambiental, no nível discursivo Layrargues (2002), começaram a aparecer na década de 90, precisamente a partir de 1987, ano em que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) emitiu o Parecer 226, enfatizando a natureza interdisciplinar da EA e recomendando a sua inclusão dentre os conteúdos a serem explorados nos níveis de ensino. Pedrini (1998)

O termo interdisciplinaridade, apesar de ser muito utilizado em diferentes discursos, ainda é um campo em construção. Trata-se de um conceito complexo que impõe dificuldades não só na sua conceituação teórica, como também para implementação de projetos e práticas pedagógicas que visem a um conhecimento amplo dos problemas relacionados ao meio ambiente.

Ele constitui uma possibilidade de uma nova organização do trabalho pedagógico e científico, que permita a uma nova apreensão/construção de saberes, não mais pela fragmentação de disciplinas, mas permitindo uma comunicação entre os compartimentos disciplinares. De acordo com Gallo (2008), a interdisciplinaridade aponta para a possibilidade de produção de saberes em grupos formados por especialistas de diferentes áreas. Constituí-se em um trabalho no qual as diferentes áreas planejam e executam ações conjuntas sobre o mesmo assunto.

A EA numa perspectiva interdisciplinar, objeto Parecer 226, foi aprovado às pressas em virtude do país ter que apresentar resposta concreta sobre a diretriz de EA na II Conferência Internacional de Educação Ambiental, realizada em Moscou, em 1997. Dessa maneira, o Parecer 226 se constituiu o marco da EA no órgão educacional federal. Antes dele, as orientações estavam voltadas para a inclusão de temas ecológicos na educação.

Após 14 anos da Conferência de Tbilisi, mencionada no 1º Capítulo dessa Dissertação, em 1991, segundo Dias (1992) foi que o governo brasileiro fez seu primeiro pronunciamento a respeito da Educação Ambiental no Brasil, através do Projeto de Informações sobre Educação Ambiental IBAMA – MEC, divulgado em um encarte da revista Nova Escola para professores e público em geral.

Nesse ano, foram criados pelo Poder Executivo: o Grupo de educação Ambiental do MEC, o qual, em 1993, foi transformado na Coordenação Geral de Trabalho de Educação Ambiental (COEA/MEC) e a Divisão de Educação Ambiental do IBAMA. Este responsável pela institucionalização das políticas de Educação Ambiental no Brasil. Em se tratando de

área de proteção integral, como a do Parque Nacional do Jaú, o IBAMA, tem deixado o desenvolvimento da EA ser realizado por instituição que elaborou o Plano de Manejo da UC.

Na área em questão, EA devendo ser desenvolvida pela Fundação Vitória Amazônica. ONG, que atualmente realiza aquela atividade na cidade de Novo Pasto. Área distante do PNJ, conforme mencionamos no capítulo 2 dessa Dissertação. O IBAMA encarrega-se de gerenciar a fiscalização e vigilância da UC.

A parceria entre o Poder Público e Organizações Não-governamentais, em reservas ecológicas, no Brasil, acentuou-se nos anos 90, devido “[...] às dificuldades encontradas pelo sistema público na criação e manejo de unidades de conservação [...]” (ROCHA, 1997, p. 237)

Considerando o dispositivo prescrito na Constituição Federal sobre a EA e compromissos assumidos na Rio-92, mencionadas no 1º Capítulo desse trabalho, em 1994, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA⁴⁵). Este abrangia as linhas de ações da EA a partir de três componentes: capacitação de gestores e educadores, desenvolvimento de ações educativas e o desenvolvimento de instrumentos e metodologias. (ProNEA. www.scribd.com)

No ano de 1996, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) formou o grupo de Trabalho de Educação Ambiental. Entre suas ações, em 1997, coordenou 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental realizada em Brasília. Neste evento foi gerada a Declaração de Brasília para EA. Documento que foi apresentado na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, realizada em Tessaloniki, Grécia, também em 1997.

Durante o desenvolvimento das ações da MMA, no órgão educacional, MEC, são divulgados os PCNs. Tendo como eixo norteador: a transversalidade, assunto mencionado no 1º capítulo dessa Dissertação, aquela diretriz educacional apresenta os seguintes temas transversais: Ética, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Saúde, Meio Ambiente e Temas Locais (PCNs, 1997, p. 31-35)

Desses temas, destaca-se o de Meio Ambiente, temática necessária no cenário educacional brasileiro em virtude do futuro da humanidade depender das relações estabelecidas entre o homem e uso que ele faz da natureza. Essa relação implica, entre outros, a mudança de comportamento, a qual é permeada pela educação, nesse contexto, entendida como Educação Ambiental, elemento indispensável nos currículos escolares para a transformação da consciência ambiental.

⁴⁵ A sigla PRONEA refere-se ao programa estabelecido em 1994, enquanto ProNEA estabelecido em 1999.

De acordo com os PCNs, a Educação Ambiental deve ser desenvolvida na perspectiva transdisciplinar. Visão que consiste na “[...] possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender na realidade e da realidade) [...]”. (PCNs, 1997, p. 40).

Embora, na presente Dissertação, elegeu-se trabalhar a Educação Ambiental numa perspectiva libertadora para a Educação de Jovens e Adultos, assunto desenvolvido no Capítulo anterior, é válido ter feito uma reflexão sobre as visões, em outros termos, perspectivas de desenvolver a EA no Brasil.

Da perspectiva transdisciplinar, emprestamos o termo realidade. Realidade do Ser no contexto do Parque Nacional do Jaú, entendido não como ser da ótica do capital, mas do ser enquanto ser, elemento significativo para o desenvolvimento de nossa proposta pedagógica.

3.2 Ontologia do homem campesino do Jaú

Para compreender a realidade do habitante do Parque Nacional do Jaú, é necessária uma reflexão dele como ser humano desprovido de estereótipos produzidos pelo modelo histórico capitalista de produção ao longo dos anos, ou seja, escravo, servo, cliente. Nesse entendimento, numa perspectiva ontológica. A vocação ontológica é defendida por Paulo Freire, ocupando a posição de categoria central de sua obra educativa, a qual foi mencionada no 2º Capítulo dessa Dissertação.

Conforme (AURÉLIO, 1999, p. 1447) “[...] ontologia é a parte da filosofia que trata do ser enquanto ser, i. é, do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres [...]”. Considerando que "onto", do grego, vem a significar indivíduo ou ser, e "logia", que comumente significa estudo, tem-se que "ontologia" vem a ser o estudo investigativo e comparativo do indivíduo na natureza.

Nessa perspectiva freireana, ontologia – estudo do *ser*. É a preocupação com o *ser*. Tem como fundamento o *ser-mais*. É a passagem da situação de escravo, servo, cliente, para a situação de cidadão. É a não aceitação do retorno de cidadão para cliente – escravo, servo –. É não aceitar que direitos conquistados sejam colocados no mercado para compra e venda.

Nela não tem lugar para escravos. Só tem lugar para homens e mulheres livres, para a cidadania plena, ou seja, quando o *ser* tem satisfeita todas as suas necessidades vitais, sem as quais morrerá. De outra maneira, evidencia-se uma preocupação com a emancipação do ser, a qual é manifestada por Lessa (2002). Este autor, ao fazer uma reflexão sobre a ontologia em

Lukács, expressa que o problema da não emancipação humana é permeado pelo processo das alienações provenientes da exploração do homem pelo homem.

Realidade que, ainda, no século XXI, é vivida pelos homens camponeses do Jaú, também, conhecido como caboclos ou ribeirinhos, depois que a área do parque foi transformada em UC, conforme mencionamos no Capítulo anterior. Os ribeirinhos têm sido definidos a partir da categoria social de camponato na perspectiva de Chayanov (1981) em virtude de viverem em uma unidade camponesa, a qual caracteriza o camponês, simultaneamente, enquanto um agente econômico e responsável pelo sustento de sua família.

Nessa direção, Wolf (1970), menciona que a unidade camponesa não é somente uma organização produtiva formada por um determinado número de mãos aptas ao trabalho rural, mas também uma unidade de consumo, pois, na medida em que essa unidade dispõe de seu próprio agregado familiar para trabalhar, necessita, porém, satisfazer suas necessidades básicas de consumo.

Nesse entendimento, pode-se dizer que a população do Jaú está agrupada em unidades, ou seja, no contexto da UC, comunidades como vimos no capítulo anterior. Essa espécie de unidade (tipologia) feita pelo órgão gerenciador, o IBAMA, em parceria com a Fundação Vitória Amazônica, possibilitou a inserção dos moradores em um banco de dados.

Além disso, o banco de dados foi estratégico, entre outras ações, para determinar o controle das atividades dos habitantes do Jaú e realizar o mapeamento do local, contribuindo para a desumanização deles. A partir desse documento foi feito o censo em 1992, período anterior a criação do Plano de Manejo do PNJ. A imagem numérica mostrou que, na área, existia 1.030 moradores, correspondendo a 167 grupos domésticos. Desse total, 54% era de homens e 46% de mulheres. Rebêlo (1993).

Depois desse censo, foi realizado um estudo pela FVA e o Programa de Manejo de Ecossistemas e Recursos com Ênfase em Gênero (MERG), coordenado pela Universidade da Flórida, que descreveu o cotidiano de uma família, residente no interior da Unidade de Conservação.

Essa família tem oito membros: o homem, a mulher (grávida) e seis filhos (dois meninos com idades de 11 a 14 anos, e quatro meninas com idades de 8 a 2 anos). A família vive à beira do rio Jaú e possui seis áreas de roçados diferentes anos. O menino de 11 anos é responsável por pescar, descascar cipó, cuidar da roça e dos irmãos menores. A menina de 8 anos é responsável pelo cuidado dos irmãos menores, além de fazer o fogo para cozinhar, limpar o peixe, descascar cipó, capinar a roça e o quintal, cuidar das galinhas, etc.

Às 6 horas da manhã o homem sai para pescar, acompanhado do filho maior. A mulher vai para a beira do rio lavar roupa e a filha maior fica cuidando dos outros irmãos menores (um menino e três meninas). A mulher retorna da lavagem, estende a roupa e vai para roça junto com os outros filhos, para fazerem a capina. Eles

trabalham até 11 horas, retornam à casa e esperam o retorno do homem e do filho maior. Comem alguma fruta do quintal e a mulher vai preparar sua caieira (local onde preparam o carvão): com o auxílio dos outros filhos, ela coleta alguns paus e troncos espalhados pela proximidade da casa, cava com enxada em buraco raso e retangular, de aproximadamente 2 x 1m, arruma todos os paus coletados, atea fogo e cobre com terra. Depois vai capinar o quintal com ajuda dos outros filhos. As crianças ficam pelo quintal comendo alguma fruta ou farinha.

Entre as 15 horas, o homem e o filho maior retornam da pescaria, a mulher e a filha maior vão para a beira do rio limpar o produto da pesca, salgar o que será utilizado para o almoço e iniciar o preparo do fogo, no fogão à lenha. O peixe é preparado cozido com caldo e temperado com sal e cebolinha do canteiro. Se tiver arroz ou feijão, também (sic) são preparados, e toda família se reúne para o almoço. Em geral, almoçam sentados no chão da cozinha onde as panelas e pratos são colocados. Após o almoço, a mulher ou a filha maior varrem (sic) o chão, juntam as louças em uma bacia ou balde, e levam tudo na beira do rio. Isto muitas vezes implica em desce (sic) e subir rampas escorregadias carregando bacias e baldes cheios.

À tarde, a mulher, o homem e os filhos maiores vão desfiar cipó, ou vão para a roça capinar, onde ficam até as 16 horas. No início do entardecer todos banham-se (sic) e carregam água para a cãs (tarefa realizada pela mulher e filho (sic) maiores). Entre 18 e as 19 horas o jantar é preparado e servido pela mulher, com a ajuda da filha. Todos jantam, e a mulher e filha mais velha varrem o local, juntam os utensílios (sic) que serão lavados no dia seguinte, e às 20 horas as crianças se recolhem para dormir. O homem, a mulher e os filhos maiores desfiam cipó até as (sic) 22 horas, quando também se recolhem. (OLIVEIRA e CABEZAS, 1995, p. 9)

Essa descrição evidencia, que o homem campesino do PNJ não é uma ameaça para a natureza conforme o Poder Público e alguns segmentos não governamentais proliferam no período da consolidação em UC, mas homens, mulheres e crianças que viviam em um ambiente de raríssima beleza e dele retiravam o necessário para subsistência. Essa “ameaça” foi uma invenção criada para expulsá-los da terra. Assim se manifesta um processo de desumanização, isto é, a inviabilidade ontológica dos homens desse parque.

A inviabilidade ontológica foi provocada pela política pública, aqui denominada de opressores, posta em prática no Parque Nacional do Jaú, acarretando aos homens desse lugar o ser menos. Os opressores oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder. Freire (1982). Nesse entendimento:

[...] no momento em que a Fundação Vitória Amazônica estava realizando a exposição do que vem realizando no Parque, o presidente da comunidade de São Félix interrompeu o discurso do apresentador e exclamou, de maneira indignada (pouco alcoolizado), que a FVA não conhece o que realmente contém o PNJ, mas somente quem mora nele. Além disso, o presidente disse que, depois que a FVA e o IBAMA assumiram a direção do Parque, a vida dos moradores piorou. Logo, aquele foi interrompido por uma funcionária do IBAMA, a qual pediu que deixasse o representante da ONG falar.

Mas depois, de outras interpelações do presidente do São Félix, o Gestor do IBAMA pediu que aquele se retirasse. Antes de sua retirada, o Sr. gritou que queria ver a

professora (eu) falasse sobre seu projeto, pois o Jaú precisava de Educação para as crianças e os adultos [...]”. (Relatório 3, em anexo)

A ação tomada pelo Poder Pública manifesta-se como barreira, impedindo esse ser (presidente comunitário) de manifestar suas angústias, prejuízos, desalento, sonho, ou seja, impossibilita a realização da humanização e a concretização do *ser-mais*. Por isso que é necessário superar os obstáculos. Sem vencer as dificuldades não tem saída da opressão. Não tem libertação. O *ser* do Jaú continuará na escravidão pós-moderna.

Para entendermos a gênese da política pública posta em prática no Parque Nacional do Jaú é necessário considerarmos as três estratégias para as reflexões sobre as questões ambientais no planejamento econômico global: 1 a Estagnação, 2 O Desenvolvimento Sustentável e 3 O Ecodesenvolvimento.

A Estagnação é uma estratégia de preservação ambiental abordada no Primeiro Mundo. O Desenvolvimento Sustentável é uma estratégia abordada no Terceiro Mundo. O ecodesenvolvimento predomina nas regiões rurais da Ásia, África e América Latina, portanto, também, em regiões do Terceiro Mundo.

Em 1983, foi criada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU – a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD –, presidida, inicialmente, por Gro Harlem Brundtland, na oportunidade em que era primeira-ministra da Noruega, citada no 1º Capítulo dessa Dissertação. A referida Comissão tinha como objetivo explícito elaborar propostas realistas para reexaminar questões críticas do meio ambiente e de desenvolvimento, com uma visão inovadora.

Em outras expressões, a Comissão deveria sugerir normas de cooperação internacional para dar norte às políticas e ações internacionais com força material para orientar políticas e ações internacionais objetivando a elaboração de uma direção nas mudanças necessárias. Surge do trabalho dessa Comissão, o texto *Nosso Futuro Comum*⁴⁶, indicando o desenvolvimento sustentável, da maneira como foi explicitado por Allen (1980)⁴⁷, para aprimorar as relações entre a humanidade e a biosfera.

Por motivos econômicos, ou seja, devido ao fato de as ONGs, as instituições públicas e até mesmo o Governo Federal e Estadual receberem financiamento estrangeiro,

⁴⁶. O texto *Nosso Futuro Comum* forneceu as bases para a elaboração da Agenda 21.

⁴⁷. ALLEN, Robert. *The World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable development*, publicado em 1980, que pela primeira vez, portanto, antes do relatório Brundtland, trata do tema desenvolvimento sustentável, definindo-o como sendo o desenvolvimento necessário para obter a satisfação duradoura das necessidades humanas e o crescimento (melhoria) da qualidade de vida.

principalmente europeu, como é caso da FVA e o governador Eduardo Braga, mencionados no Capítulo 2 desse trabalho, o projeto de desenvolvimento posto em prática no Parque Nacional do Jaú é fundado na Estagnação.

Embora seja uma perspectiva do Primeiro Mundo, particularmente européia, diferente das duas outras propostas do Terceiro Mundo, desenvolvimento sustentável e o ecodesenvolvimento, o Jaú ficou Estagnado.

Pelo fato de a Educação Ambiental ainda não possuir um estatuto epistemológico próprio, ou seja, a condição de uma ciência autônoma foi emprestada o termo estagnação, utilizado no campo econômico, ou seja, estagnação econômica, para impor, verticalmente, ao Parque Nacional do Jaú, a concepção de Educação Ambiental para atender aos interesses, aos anseios e aos desejos dos financiadores e não do Brasil, que é o país onde o Parque está situado, nem o povo brasileiro desse lugar.

A discussão sobre a Estagnação nas Ciências Econômicas surge, exatamente, há 50 anos atrás, em 1929, quando a *cyclical downturn* (baixa econômica cíclica) estava aproximando-se do epicentro da crise, o que ocorreu em 1933, com elevada taxa de desemprego: 1929 – 23,6%, 1933 – 24,9%, respectivamente. Não obstante os arroubos de Alvin Hansen e Joseph Schumpeter, os dois mais salientes economistas de Harvard, na década de 30, a *General Theory* (Teoria Geral) de Keynes foi o principal suporte.

Em outras expressões, quem mais aprofundadamente estudou a Estagnação foi John Maynard Keynes, economista inglês que publicou sua obra-prima, Teoria Geral, em 1936⁴⁸, que lhe rendeu grande prestígio. E o que é Estagnação? Para Keynes é rendimento rebaixado, desemprego em massa e depressão crônica. O que produz a Estagnação? Para Keynes é a maneira como o capitalismo distribui sua renda de maneira desigual entre as pessoas.

Reconhece que, devido ao sistema de exploração e à estrutura cooperativa que a economia capitalista desenvolveu uma enorme capacidade para poupar, porém, faltava na década de 30: 1 uma estrutura de investimento com lucro desejável, o que não permitiu a formação real de capital com crescimento sustentado. 2 Baixa capacidade de poupar, pequeno lucro na poupança e 3 falta de uma estratégia que sustente o crescimento, foram, também, entre outros, o que o economista inglês indicou como gerador da Estagnação.

Ao lado destes três fatores apontados acima, indica outros três que ajudam a entender a Estagnação: 1 fim da expansão geográfica, também entendida como fechamento de

⁴⁸ . KEYNES, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Londres: Macmillan Cambridge University Press, for Royal Economic Society in 1936. Professor, consta nas referências! Eu acho que devemos deletar.

fronteiras; 2 declínio na taxa de crescimento populacional e 3 menor utilização de capital na tecnologia do que em outros estágios do desenvolvimento capitalista. Os seis fatores apontados por Keynes, diferente de produzir uma capacidade para poupar, criou a Estagnação não permitindo um rápido crescimento econômico.

Certamente que a crise atual do modo social e histórico de produção capitalista não tem as mesmas características da crise que se iniciou em 1929 e que perdurou por toda a década de 30. Porém, em duas situações se assemelham. Voltamos a repetir, não são as mesmas, apenas se assemelham: 1 uma estrutura de investimento com lucro desejável, o que não permitiu a formação real de capital com crescimento sustentado e 2 fim da expansão geográfica, também entendida como fechamento de fronteiras. Onde podemos ver a semelhança.

Observem bem! Com os financiamentos europeus no Parque Nacional do Jaú, o capital ameniza um de seus problemas: ter na Amazônia Legal um de seus paraísos fiscais, com todas as belezas, facilidades legais e segurança econômica para a formação real de capital e em crescimento sustentado, desenvolvendo toda a sua capacidade de poupança, sem risco de rebaixamento, ou seja, com segurança de lucro garantido e sempre em escala elevada.

Com o outro braço do Leviatã⁴⁹, ou seja, com a presença dos europeus no Parque Nacional do Jaú, através dos seus representantes, na figura das Ongs, das instituições e do próprio Estado Brasileiro, a Europa produz um novo rompimento nas fronteiras do Brasil, acobertada pelas Emendas à Constituição Brasileira de 1988 que foram maquinadas para mudar o conceito de Território Nacional e Capital Nacional para legalizar, nunca legitimar, este neocolonialismo.

O que justifica, portanto, a presença internacional no Parque Nacional do Jaú? A imposição de uma proposta de desenvolvimento fundada na Estagnação, destinada para os brasileiros que residem no Parque, o que lhes exige um enorme sacrifício, por um lado e, por outro lado, os benefícios em termos de multiplicação ampliada do capital especulativo e da terra, que ainda é um importante fator de capital, a terra para especulação, para os Europeus que aqui aportaram como novos colonizadores.

O que existe, para os brasileiros, no Parque Nacional do Jaú? Estagnação! E quem formulou para eles a Estagnação? Os Europeus que financiam o Parque! Vamos pedir auxílio, novamente, a Keynes. Nunca é demais pedir auxílio para um economista inglês: Keynes o que

⁴⁹ . Leviatã. Mostro de sete braços e de sete pernas que é referido no livro de Jô como o símbolo do poder, mas também como algo muito difícil de ser decifrado.

é Estagnação? É rendimento rebaixado, desemprego em massa e depressão crônica. Como exemplo de Estagnação no PNJ, destacamos:

[...] Ao conversar com o professor, convidamo-lo a participar de nossa pesquisa e ele aceitou. Ele entrou em uma canoa⁵⁰ a fim de facilitar o diálogo. Durante a conversa, em frente à Base Taaracá, o professor nos deu algumas informações sobre a escola. Entre elas, mencionou que a escola, construída de madeira, foi reformada recentemente, por isto ela está sem a placa de identificação, contém 18 alunos na turma de Educação de Jovens e Adultos, mas que, no início do ano, foram matriculados vinte e sete.

Para essa situação, declarou que o número de evasão se justifica porque os alunos, inseridos neste contexto, abandonaram a escola, entre outros, devido ao excesso de cansaço, trabalharem muito e não terem disposição para estudar e outros por preferirem ficar à frente da televisão, assistindo às novelas, as quais são transmitidas no horário da aula.

Diante desse fato, o professor do Tambo enfatizou a necessidade de tirar a televisão da comunidade porque ela contribui para evasão escolar. Além destas informações, acrescentou que a escola não tem gestor, pedagogo nem foi visitada pelo Secretário de Educação Municipal. Depois destes relatos, o professor respondeu nosso questionário e doamo-lhe livros didáticos, conforme tínhamos combinado na reunião do Conselho Consultivo.

Despedimo-nos do professor e retornamos à Base Taaracá. Depois de alguns minutos, um funcionário da Fundação Vitória Verde chegou e chamou alguns moradores do Parque. Para cada um deu funções. Entre elas, conduzir seus pesquisadores para algumas comunidades, como a Tombo (a mais distante do Parque), abrir picadas na mata a fim de que uma pesquisadora e seu acompanhante fossem tirar fotografias de mamíferos, indicação de lugares para capturar borboletas e passarinhos, manobrar canoas e fazer limpeza da Base.

No dia seguinte, um dos moradores, que recebeu designação de atividade, saiu com dois pesquisadores às 5h e retornou com eles às 18h30. Na manhã do outro dia, o funcionário da FVV apareceu na Base para fazer pagamento pelo dia trabalhado dos moradores “contratados”. Aquele, que saiu às cinco horas da madrugada, recebeu, como pagamento pelo serviço realizado R\$ 30,00 e outro que trabalhou das 06h às 16h, abrindo picadas na mata, R\$ 20,00 [...] (Relatório 4, em anexo).

Assim se verifica mais uma vez a evidência do processo de desumanização no segundo maior Parque Nacional do país em extensão e o primeiro do mundo em floresta tropical úmida contínua e intacta. Em oposição a esse processo recorreremos à outra categoria de Paulo Freire. Ela contribui para o “resgate” da ontologia do homem dessa Unidade de Conservação, o Inédito-viável.

“Inédito-viável” é uma categoria pouco estudada na obra de Paulo Freire, mas que revela toda a importância e esperança deste educador. Dialeticamente é a capacidade de sonhar e amar, por um lado, e se indignar e lutar, por outro lado. Quando o *ser* perde a capacidade de indignação algo muito grave está acontecendo.

⁵⁰ . Canoa. Trata-se de um meio de transporte, em geral de pequeno porte. Não possui cobertura. Na maioria das vezes é movida à remo, embora algumas vezes por motor de 15 HPs.

Fala das barreiras que precisam ser vencidas. A essas Barreiras ele chama de “situações limites”. As define como algo que as pessoas não conseguem ou não querem transpor, ou que querem transpor e se empenham na sua superação, no entanto encontram muita dificuldade.

Os que querem transpor as barreiras perceberam criticamente o seu processo histórico de construção e por isso sentem-se desafiados em superar os problemas da sociedade em que vivem. Por isso lutam, por exemplo, como os Sem Terra para poderem conquistar um mínimo de dignidade.

Eles conheceram em sua profundidade, em sua essência, na sua alma, aquilo que os incomodava, o problema da vida cotidiana que precisa ser superado. Uns entendem o problema como algo insuperável, intransponível, que não podem resolver. Como um determinante histórico, como um destino do qual não podem libertar-se.

Outros se sentem desafiados a descobrirem o “Inédito-viável”, ou seja, os obstáculos e as barreiras que, no processo de sonho coletivo, que é a luta coletiva, de organização das massas, podem ser superadas. Negam o destino manifesto e empenham-se na construção do futuro com suas próprias mãos e capacidade.

É a superação da fronteira entre o *ser* e o ser-mais através da ação pela reflexão. A ação refletida, ação e reflexão juntas que significa *práxis* na linguagem filosófica. Os trabalhadores Sem Terra são um exemplo para nós porque eles se negaram a disputar a sua alimentação com os ratos, nos lixos das grandes cidades.

O “Inédito-viável” é algo de novo que existe, mas que só pode ser conquistado pela *práxis* libertadora e ação dialógica. Em outras palavras, tem que ser uma ação não só pensada, mas também com vistas à saída da opressão. Uma saída construída em comunhão entre os seres. Nesse entendimento “[...] Ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão. (FREIRE, 1982, p. 27)

Quando os seres conscientes querem, em conjunto, refletem e agem para derrubar as “situações-limites” negando a condição de ser-menos, inicia-se o processo de libertação coletiva, o projeto de construção de uma classe de trabalhadores livres e senhores dos seus próprios atos.

O “Inédito-viável” não é mais ele mesmo, mas a conscientização dele no que ele tinha antes de inviável. É uma conquista solidária da liberdade, cujo contrário é a opressão dos “salários irrisórios”, como os pagos pela ONG aos moradores do Jaú, da longa jornada de trabalho, da separação entre pensar e fazer. A opressão coisifica o ser, a libertação constrói o

ser-mais. Em busca do ser-mais, é imprescindível por em prática, na sala de aula, as experiências do homem campesino do Jaú.

3.3 Vida campesina na sala de aula

Para a construção de um projeto de Educação Ambiental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva libertadora deve-se considerar no lugar trabalhado a realidade local. Esta precisa ser desenvolvida pelos educadores do lugar em função da prática social que se dá nele. Nesse sentido, o conhecimento dessa realidade deve ser aprendido por quem ensina por meio de quem aprende, ou seja, o educador aproveita as experiências dos educandos em sala de aula e delas faz a recriação ou re-invenção.

Nesse entendimento, “[...] foi aprendendo com eles, com os trabalhadores dos campos e das fábricas que nos foi possível ensinar também [...]” (FREIRE, 1978, p. 16). Assim se evidencia que não se devem abandonar as experiências dos educandos, mas partir delas para construção de uma prática pedagógica preocupada com ato de conhecer demandada de seus sujeitos. Dito de outra maneira, não se separa o aprender do ensinar, o educador aprende e ensina com os educandos, os quais tornam-se sujeitos do ato de aprender. Ensinar e aprender em comunhão.

Além disso, o educador para trabalhar o conhecimento em sala de aula precisa seguir uma opção política, nesse sentido “[...] o que se coloca a tal educador é a procura dos melhores caminhos, das melhores ajudas que possibilitem ao alfabetizando exercer o papel de sujeito de conhecimento no processo de sua alfabetização [...]” (FREIRE, 1978, p. 17). No Jaú, poder-se-ia considerar o “ponto vista político” de um educando a fim de selecionar o caminho.

Depois desse informe, apresentamos nosso projeto, o qual foi aprovado pelos participantes do evento e considerado de grande relevância para os moradores. Dessa maneira, estávamos autorizados a realizar nossa pesquisa de campo. Nesse ínterim, o gestor do IBAMA sugeriu que doasse livros para a criação da Biblioteca Comunitária do Jaú. Diante dessa sugestão, comprometemo-nos em ajudar. Essa solicitação foi reiterada pelo presidente da Comunidade Girassol, o qual fez reclamações aos presentes. Entre elas, declarou que a comunidade está desamparada e praticamente abandonada, pois a merenda escolar recebida não é suficiente para o mês todo; que a escola ainda não tinha identificação por falta de recursos; as pessoas que ficam doentes de malária, geralmente, não realizam lâmina por falta de combustível para transportar o agente de saúde; para construir a escola teve que retirar parte da madeira de sua casa; alguns alunos da EJA faltam porque não tem combustível para transportá-los até a escola e que o professor fica muitos dias sem ministrar aulas porque precisa viajar para Barcelos a fim de receber o pagamento. (Relatório 3, em anexo)

Um trabalho educativo pautado nessa direção torna o processo ensino-aprendizagem dinâmico, pois a informação é precedida de certa problematização. Sem ela, a informação deixa de ser um momento fundamental do ato do conhecimento, porque apresenta um caráter doador, oferecendo aos alfabetizados algumas oportunidades para eles criarem palavras e pequenos textos. Em lugar de estimular a curiosidade, esse tipo de informação, geralmente, contido nos livros didáticos, reforça, nos educandos, a atitude passiva, receptiva e ideológica do dominador. FREIRE (1978).

Ideologia que predomina em vários segmentos do Brasil, entre eles, nas salas de aula do PNJ, afetando diretamente os educandos, trabalhadores camponeses, cujo propósito é de manter os interesses da classe dominante, seja ela representada na figura do Poder Público ou de Organizações não governamentais. Nesse entendimento:

As classes possuidoras da propriedade privada dominaram o Estado, que mantém uma força armada para garantir seu poder, estabelecer instituições que lhes assegurem não somente a propriedade, mas o gozo tranqüilo dela e sua continuidade eterna. Instituíram um código moral, um regulamento civil, não só para fazer predominar suas idéias e suas instituições, mas para corromper o homem sem propriedade, mantê-lo na ignorância, aliená-lo. (BASBAUM, 1977, p. 117).

Como foi discutido nos capítulos anteriores dessa Dissertação, confirma-se a predominância do interesse da classe dominante, ou seja, os detentores do capital, no Parque em estudo, e, conseqüentemente em sala de aula, arrematando mais trabalhadores para corresponder a demanda daqueles. Isto se percebeu na seguinte descrição:

Depois de alguns minutos, um funcionário da Fundação Vitória Verde chegou e chamou alguns moradores do Parque. Para cada um deu funções. Entre elas, conduzir seus pesquisadores para algumas comunidades, como a Tombo (a mais distante do Parque), abrir picadas na mata a fim de que uma pesquisadora e seu acompanhante fossem tirar fotografias de mamíferos, indicação de lugares para capturar borboletas e passarinhos, manobrar canoas e fazer limpeza da Base

No dia seguinte, um dos moradores, que recebeu designação de atividade, saiu com dois pesquisadores às 5h e retornou com eles às 18h30. Na manhã do outro dia, o funcionário da FVV apareceu na Base para fazer pagamento pelo dia trabalhado dos moradores “contratados”. Aquele, que saiu às cinco horas da madrugada, recebeu, como pagamento pelo serviço realizado R\$ 30,00 e outro que trabalhou das 06h às 16h, abrindo picadas na mata, R\$ 20,00 (Relatório 4, em anexo)

Um pensador brasileiro, ao se referir à educação da empresa privada, destinada ao povo, nos remete à reflexão, sobre a ideologia do boi:

Recentemente apareceu um anúncio na Televisão do país, fazendo propaganda dos produtos de determinado frigorífico. Essa propaganda consistia em um desenho animado: um porquinho, pulando corda, dizia a um boi: preciso ficar forte e sadio: vou ser salsicha. E o boi respondia: Eu também, ora!

Se esse porco fosse um ser humano teríamos um exemplo típico de alienação absoluta: prepara-se para ser comida e, pelo que se vê no desenho, com muita satisfação, pois foi criado, alimentado, engordado, para o fim específico de ser comido, frito, assado ou como cachorro-quente.

O singular é que encontremos no mundo dos homens um grande número de criaturas, nas quais suponhamos – como homens que parecem ser – uma certa dose de consciência, que se deixam engordar para serem devoradas. (BASBAUM, 1977, p. 39)

Hoje, nas diferentes sociedades, os processos educacionais e os processos sociais de reprodução estão intimamente relacionados, por isto, não acreditamos nas boas intenções capitalistas, quando proclama transformações e melhorias na educação. Pois, mesmo na sociedade do PNJ, em que a educação indígena e de outras etnias, ainda se baseia no modelo de educação colonialista, com ênfase na alfabetização em Língua Portuguesa e a aprendizagem de noções básicas de Matemática, tem servido ao propósito de não só fornecer à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que “legitimam” os interesses dominantes.

Além disso, no Brasil, percebe-se que:

O Estado neoliberal é mínimo quando deve financiar a escola pública e máximo quando define a forma de centralizar o conhecimento oficial que deve circular pelos estabelecimentos educacionais, quando estabelece mecanismos verticalizados e antidemocráticos de avaliação do sistema e quando retira a autonomia pedagógicas das instituições e dos atores coletivos da escola, entre eles, principalmente, os professores. (GENTILI, 2004, p. 27).

Portanto, para pensarmos a educação pública, no PNJ ou fora dele, na perspectiva da luta emancipatória, não poderíamos deixar de restabelecer os vínculos entre educação e trabalho. Como bem afirma (MÉSZÁROS, 2005, p. 17): “digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação”. Numa sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que se universalize o trabalho, uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores, somente aí se universalizará à educação.

Atualmente, vivemos uma ordem social na qual, mesmo as necessidades essenciais para a sobrevivência, são insensivelmente negadas para a maioria das populações. Há uma

visível desigualdade social ocasionada pelo sistema de produção hegemônico. Pensando a realidade do PNJ refletimos, ainda, nos seguintes ensinamentos do filósofo de Budapeste:

Uma concepção oposta e efetivamente articulada numa educação para além do capital não pode ser confinada a um limitado número de anos na vida dos indivíduos, mas, devido a suas funções radicalmente mudadas, abarca-os a todos. A ‘auto-educação de iguais’ e a ‘autogestão da ordem social reprodutiva’ não podem ser separadas uma da outra. A autogestão - pelos produtores livremente associados - das funções vitais do processo metabólico social é um empreendimento progressivo - e inevitavelmente em mudança. O mesmo vale para as práticas educacionais que habilitem o indivíduo a realizar essas funções na medida em que sejam redefinidas por eles próprios, de acordo com os requisitos em mudança dos quais eles são agentes ativos. A educação, nesse sentido, é verdadeiramente uma educação continuada. Não pode ser ‘vocacional’ (o que em nossas sociedades significa o confinamento das pessoas envolvidas a funções utilitaristas estreitamente predeterminadas, privadas de qualquer poder decisório), tampouco ‘geral’ (que deve ensinar aos indivíduos, de forma paternalista, as ‘habilidades do pensamento’). Essas noções são arrogantes presunções de uma concepção baseada numa totalmente insustentável separação das dimensões prática e estratégica. Portanto, a ‘educação continuada’, como constituinte necessário dos princípios reguladores de uma sociedade para além do capital, é inseparável da prática significativa da autogestão. (MÉSZÁROS 2005, p. 74-75).

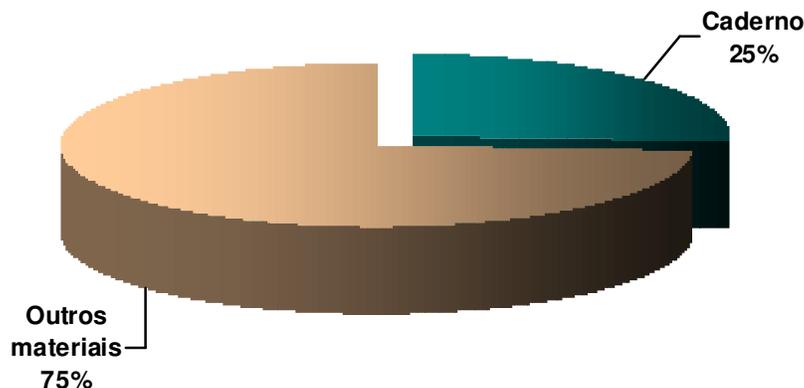
Acreditamos como Mészáros (2005), que a transformação da sociedade se dará pela luta de classe. E que a educação deve ser sempre continuada. Defendemos uma educação que permita aos educadores e educandos trabalharem para a construção de uma sociedade mais justa. Na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, como dos educandos do PNJ, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de dominar o homem. Enquanto que a educação libertadora tem como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e usa a palavra como arma para transformar o mundo.

Por isto, pensamos que a sociedade do PNJ que, por força das circunstâncias, se mantém isolada, necessita engajar-se nesta luta; pois: “[...] A solidariedade é a base da comunicação humana. Só existe comunicação com solidariedade. Sem a faculdade ou a possibilidade de comunicar-se com o outro, o homem está condenado à solidão. Se ele sobrevive a essa solidão, é porque deixou de ser homem[...]”. (BASBAUM, 1977, p. 116).

Para facilitar o processo de compreensão da realidade das Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, buscamos informações, além das referências consultadas, em questionários aplicados aos sujeitos que fazem parte do cenário dessas instituições de ensino.

Questionário dos Educandos

Gráfico 1 - Opinião dos alunos sobre o Material Didático utilizado na sala de aula



Em resposta a essa indagação obtivemos o seguinte: 25% responderam que o único material didático usado no processo de construção do conhecimento na modalidade Educação de Jovens e Adultos era o caderno. 75% responderam que além do caderno o aluno utiliza, também, outros materiais vindos de Manaus.

De acordo com os resultados obtidos, percebe-se que o projeto educativo no Parque Nacional do Jaú não conta somente com informações a respeito da Unidade de Conservação, mas também com outras informações que circulam fora desse espaço, as quais chegam ao conhecimento dos alunos do EJA matriculados nesse lugar estudado.

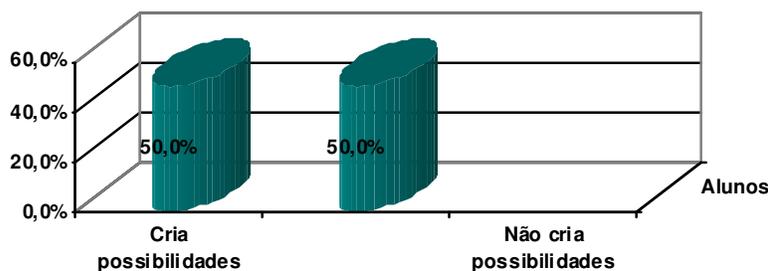
Porém, de acordo com as contradições apontadas nas respostas dadas ao primeiro questionamento feito aos alunos, percebe-se que nem todos têm acesso a outros materiais, recebendo informações apenas do material didático que, na maioria dos casos, é o que materializa o discurso dominante.

É, ainda, de acordo com a análise procedida, uma estratégia de distribuir, de acordo com os economistas positivistas, o capital humano, de maneira desigual. A distribuição desigual dos investimentos em educação e saúde é o que melhor caracteriza essa versão do capitalismo neoliberal e globalizado.

Dentro de um projeto de educação pública já bastante precarizado como um todo, temos, ainda, as melhores escolas, entre as piores, e as piores escolas, entre as piores. E educação melhor para uns e pior para outros não caracteriza um projeto de educação de qualidade. Só há qualidade dentro de uma totalidade.

E essa educação diferenciada, de acordo com a capacidade econômica do lugar e/ou dos indivíduos, infelizmente não é a realidade apenas das escolas do Parque Nacional do Jaú, mas do Amazonas e do Brasil. É um ranço histórico que se apresenta como um entrave para o desenvolvimento em âmbito geral.

Gráfico 2 - O professor cria possibilidades para o aluno expressar o próprio pensamento



Em resposta a esta indagação obtivemos o seguinte: 50% responderam que o professor não deixa os alunos expressarem os seus pensamentos. 50% responderam que o professor deixa os alunos expressarem o seu pensamento, viabilizando, assim, que os mesmos aprendem mais rápido do que os que têm o seu pensamento tolhido.

Percebe-se, tendo como ponto de partida os percentuais apontados no gráfico 2, que o projeto educativo fundado na ontologia, na gnosiologia, na ética e na estética, organizado por Paulo Freire, não predomina nas escolas de Educação de Jovens e Adultos no Parque Nacional do Jaú, necessitando de uma intervenção pedagógica libertadora.

É impressionante como, percorridos mais de 20 anos da Pedagogia do Oprimido, ainda encontramos professores entrincheirados em posições extremamente conservadoras, fortalecendo o projeto de classe dos grupos hegemônicos no poder e enfraquecendo o projeto (em construção) da classe dos trabalhadores.

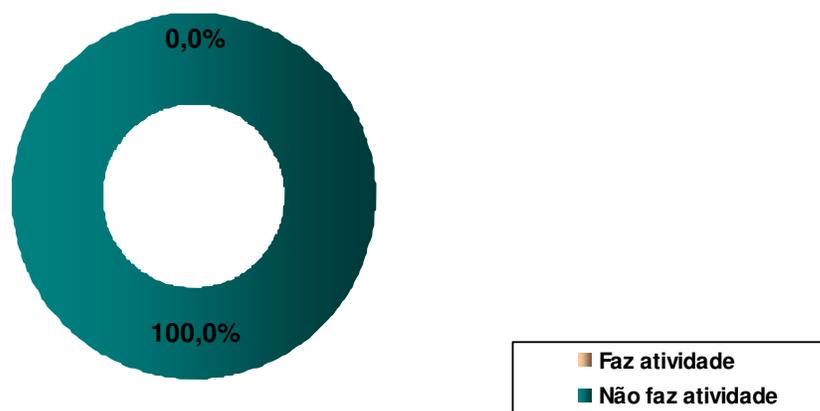
A Pedagogia do Oprimido, única teoria, favorável aos trabalhadores, que tem origem na América Latina, não pode ser abandonada por educadores, categoria mais abrangente do que professor. O professor é o que informa. O educador forma e informa, tem uma preocupação com o aspecto político do conteúdo.

A referida preocupação com o aspecto político do conteúdo coloca o educador na condição de intelectual vinculado organicamente aos interesses sociais, políticos e

econômicos com a comunidade em que ele deve não somente viver, mas, sobretudo conviver, participando da elevação cultural.

A elevação cultural das massas tira o povo da condição de massa de manobra transportando-lhe para a condição de povo organizado para construir seu projeto de cidadania emancipada. Isso viabiliza o rompimento no bloco histórico, entendido como a síntese entre o econômico e social. Trata-se de um projeto contra-hegemonico.

Gráfico 3 - O professor realiza atividades de Educação Ambiental em sala de aula



Quando foram perguntados se realizavam atividades de Educação Ambiental em sala de aula todos os alunos responderam que nunca haviam feito nenhum tipo de atividades de educação ambiental em sala de aula. Esse resultado obtido nas respostas dos alunos contrasta com as informações da Fundação Vitória Amazônica que desenvolveu o Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú que contempla atividades de educação ambiental nas escolas da UC, conforme foi mencionado no 2º capítulo dessa Dissertação.

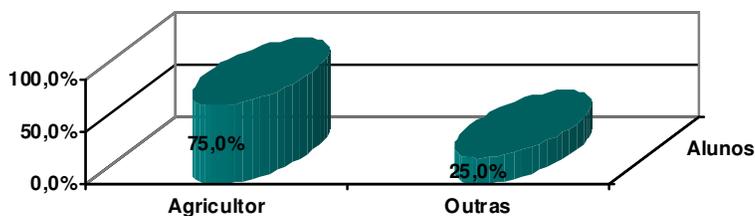
Essa informação construída com auxílio das respostas dos alunos, complementada pela observação empírica da pesquisadora, enriquecida pelas leituras, a fio e a cabo das referências publicadas em livros, revistas especializadas e em documentos, nos afastou da empiria cega e do trefismo quotidiano, permitindo enxergar que existe, no Parque Nacional do Jaú, uma enorme distância entre o dito e o feito, entre o que preconiza a lei, o que está escrito nos documentos e o que é realizado no lugar estudado.

Mesmo no mais puro estado de senso comum, os alunos do lugar percebem que não existe atividade de educação ambiental no sentido lato, ou melhor, dizendo, de acordo com o que preconiza as principais Conferências Internacionais sobre meio ambiente saudável, fundada numa postura transversal e não como um componente curricular isolado ou atividade improvisada. Embora não tendo clareza, no nível do senso comum, dos reais objetivos postos em prática, percebem que não se trata de educação ambiental.

Entende-se, porém, que esse senso comum, estágio de compreensão fragmentado, desarticulado, não pode ser descartado. Pelo contrário, no senso comum tem um núcleo aproveitável que é o bom senso. Deve-se, portanto, ao assumir a tarefa de intelectual vinculada organicamente aos interesses desse grupo de trabalhadores estudantes de EJA, participar do processo de superação do senso comum para uma consciência filosófica, estágio favorável para o processo de construção da consciência de classe.

É nesse processo que, além das respostas dos alunos, da observação empírica, Gramsci nos ajudou a compreender que, no lugar estudado existe um projeto educativo, em geral, e de educação ambiental, em particular, fundado em interesses de classe. Nas sociedades marcadas pelo modo histórico e social de produção capitalista, a classe hegemônica, aquele que exerce o poder político e econômico sobre a outra classe social, sempre consegue impor seu projeto educativo.

Ao contrário da existência de um projeto de educação ambiental no Parque Nacional do Jaú, imperativo da legislação, impera um projeto de treinamento dos trabalhadores do EJA para servirem como guia turístico, embora que a referida prática seja proibida. Trata-se de um projeto sem um mínimo de educativo. É um conjunto de repetição de tarefas para adestrar os seres ali existentes a mais um objeto de consumo dos turistas que ali aportam ávidos para satisfazer o desejo dos seus olhos.

Gráfico 4 – Profissão dos alunos

Em resposta a respeito da profissão, 75% dos alunos desenvolvem atividades na agricultura e 25% em outras áreas. A atividade de agricultura é de pequena escala devido às restrições estabelecidas pelo IBAMA. Os alunos, seguindo a tradição e costumes de seus antepassados, entre eles, alguns grupos indígenas, desenvolvem o sistema de cultivo agrícola, regionalmente conhecido como roça.

Em geral, as roças ficam perto das casas. Nelas, os alunos cultivam mandioca, banana, cana-de-açúcar, ananás, caju, milho, café, pimenta e tubérculos. As outras atividades, isto é, que representam os 25%, referem-se às de pesca e auxiliar da prefeitura. Diante daquelas atividades, percebe-se que há uma identidade cultural entre os alunos das Escolas do Jaú e dos seus antepassados, ela se manifesta em cada geração.

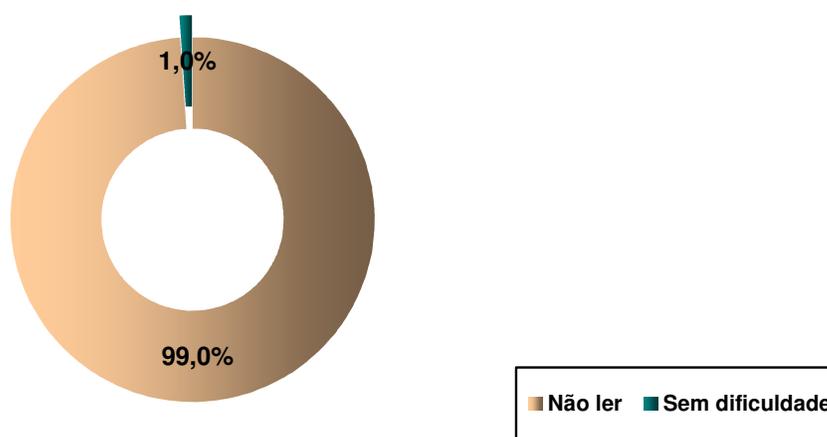
A profissão de agricultor é uma prática trabalhista que serve para garantir a subsistência dos alunos do PNJ e as informações sobre ela podem ser consideradas como instrumento pedagógico em sala de aula, pois facilita o processo-ensino-aprendizagem, tornando as atividades dinâmicas, contribuindo para que os discentes sintam-se sujeitos ativos em sala de aula.

Ao contrário de um projeto de educação libertadora como o indicado acima, a prática educacional no lugar estudado contribui melhor com a dominação. A educação libertadora, entre outras propostas, a de ligação profunda do ser com o meio em que não somente vive, mas também convive, torna-se significativa e útil. Significativa porque aumenta a auto-estima e útil porque ilumina o lugar onde o aluno está inserido.

A educação que tem como ponto de partida o conhecido afasta o estranhamento que produz a baixa estima e torna o ser um conhecedor da totalidade dos problemas do dia-a-dia, instrumentando-o a refletir sobre o mesmo e buscar a equalização. Nesse processo a vocação ontológica, a vontade que o ser tem de ser mais, é atendida devido o domínio do prático-utilitário, produzindo uma relação vertical entre o ser e a natureza.

A relação entre os seres deve ser uma relação horizontal. A relação entre os seres e a natureza deve ser vertical. O ser precisa ter o domínio da natureza para se afastar do seu estado natural. Assim, o ser pode extrair da natureza a sua existência sem comprometer a existência de outros seres dessa e de outras gerações. A Pedagogia Libertadora é, sobretudo, uma ontologia. Preocupa-se, também, com a gnosiologia, a ética e a estética. Categorias mencionadas no 2º Capítulo da Dissertação.

Gráfico 5 : Dificuldade do aluno na escola



Em resposta a essa indagação obtivemos o seguinte: 99% dos alunos responderam que a maior dificuldade é não saber ler corretamente. Esse percentual é alarmante, pois essa entrevista foi realizada no 2º semestre de 2008, faltando apenas alguns meses para encerrar o ano letivo. Diante desse fato, entende-se que esses alunos, provavelmente, aumentarão a taxa de analfabetos dos Municípios da Barcelos e Novo Airão. Aquele, que de acordo com o percentual registrado no final do 2º capítulo do presente trabalho, já é um dos maiores do Estado do Amazonas.

Diante desse percentual, é necessária uma proposta pedagógica numa perspectiva libertadora comprometida em reverter essa situação, contribuindo para a emancipação social, política e econômica dos seres aglomerados no lugar identificado como Parque Nacional do Jaú. Em oposição a essa problemática, 1% dos alunos dessas escolas responderam que não têm nenhuma dificuldade. Esse fato justifica-se porque os alunos entrevistados eram filhos de alguns professores do Jaú. Trata-se, portanto, de seres cuja ferramenta de maior vivência, é a utilizada na escola.

Ou, dizendo de outra maneira, os filhos de professores têm mais facilidade de transitar na escola tradicional e alienadora organizada para e pelos escribas do modo social e histórico de produção capitalista porque não somente as ferramentas, mas também a linguagem do meio em que eles vivem são as aceitas e postas em prática na escola. Para utilizar o velho modismo da década de cinquenta ressignificado, são as competências e habilidades que eles podem desenvolver porque estão ao alcance gnosiológico. Ou seja, é o que pode ser aprendido porque faz parte não só da essência, mas também da existência.

E o que podemos fazer com este e outros ensinamentos que construímos nesse árduo processo de estudo? Com a aprendizagem significativa, os alunos aprendem melhor e mais rápido? Nesse exemplo citado aqui no estudo ficou demonstrado que sim! Já não é tão escassa a literatura produzida sobre a aprendizagem significativa que é um dos pressupostos da Educação Libertadora. A maioria dos alunos matriculados na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA nas escolas do Parque Nacional do Jaú – PNJ trabalha no campo. Poderia se utilizar as palavras roça, plantar, colher, enxada ...

Uma coisa é um ser submetido a um processo de alfabetização com essa frase: Vovó viu a uva. Esta é uma frase utilizada em todo o mundo. Ocorre que nem todos os alunos do EJA ainda têm avó. Os alunos do PNJ nunca viram uma uva. Então, porque não alfabetizá-los com a seguinte frase: O homem plantou a roça. Para plantar e para colher usa a enxada. Todos os alunos do PNJ sabem disso. Assim fica mais fácil para eles escreverem e lerem sobre isso. Eles vão pensar sobre uma prática. Objetivar e subjetivar. Refletir, ou seja, pensar profundamente, o que é uma necessidade acadêmica e política.

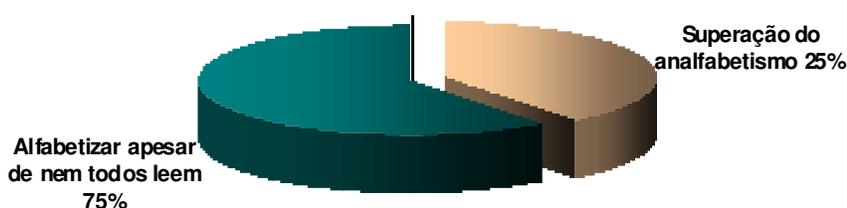
No final da análise das respostas elaboradas pelos alunos matriculados no EJA das escolas localizadas no PNJ, se fizermos um esforço coletivo para ler, além das linhas, as entrelinhas; para sair do texto aprofundando até o contexto; percebemos dois sentimentos, ambos, ainda, situados no senso comum: 1 o fato de não aprenderem a ler e a escrever é de sua inteira responsabilidade. 2. o fato de não aprenderem a ler e a escrever, em grande parte, é de responsabilidade das professoras. Essa é uma visão apenas parcial dentro de uma totalidade que é social, política, econômica, acadêmica e cultural.

Vejamos, agora, como o senso comum se manifesta nas respostas formuladas pelos professores que militam na modalidade EJA das escolas do PNJ. A exemplo dos alunos, suas respostas são fragmentadas, desarticuladas e não buscam a totalidade das partes que compõem a problemática educacional desse lugar estudado, que é uma decorrência da política educacional mais geral. A análise das respostas formuladas pelos Secretários de Educação

dos municípios que compõem o PNJ, dos Técnicos em Educação e Diretores de Escola do lugar, também, é de senso comum.

Passemos, atualmente, para a análise das cinco respostas elaboradas pelos professores que trabalham na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, lotados nas escolas situadas nos municípios que estão inseridos no Parque nacional do Jaú.

Gráfico 1: Principal atribuição do professor da escola campesina do PNJ na EJA



Em resposta a esta indagação obtivemos o seguinte: 75% responderam que a principal atribuição do professor da Escola Campesina do Jaú na modalidade de Educação de Jovens e Adultos é alfabetizar os alunos, embora nem todos tenham aprendido a ler. Esse fato é contraditório, pois é considerado alfabetizado o aluno que sabe ler pequenos textos e escrever seu nome. Estas operações simples emprestam ao trabalhador aluno do EJA a condição de cidadania burguesa uma vez que podem votar e até ser votado.

Para além dessa meia cidadania, o aluno, nessa situação de massa de manobra, estará, possivelmente, fadado ao fracasso na próxima etapa de ensino da modalidade em questão, porque naquela ele terá que aprender novos conteúdos para poder prosseguir os estudos. Esse fato causa, em muitos casos, frustração e desânimo, ocasionando a evasão escolar e o aumento do número de pessoas consideradas analfabetas funcionais, ou seja, lêem, porém, não conseguem decodificar, entender o que leram.

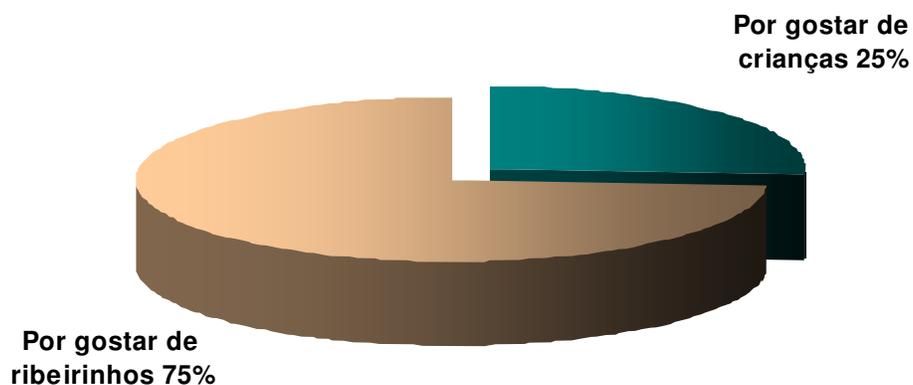
Por outro lado, 25% dos professores responderam que a principal atribuição do educador da escola campesina é contribuir para que o aluno supere a condição de analfabeto e passe a organizar o seu pensamento reflexivo, superando a compreensão mágica pela compreensão crítica. Nessa direção, esses professores demonstram a preocupação em mudar o processo ensino-aprendizagem mecânico, característico da educação bancária, em um projeto de educação libertadora.

Porém, o esforço coletivo desenvolvido por professores, alunos e comunidade, torna-se matéria inerte diante do olhar hipnotizador das pedagogias tradicionais, que entorpecem a todos envolvidos na intrincada malha da complexa rede de ensino. Fora da Pedagogia Libertadora, professores, alunos, comunidade tornam-se presa fácil da tessitura engendrada pelo capital, principalmente em sua manifestação neoliberal e globalizada, fundada na exploração da raça humana para a ampliação de seus ativos econômicos.

Uma outra manifestação do senso comum que, a partir dele e não do seu abandono, pode ser superado com os fundamentos da pedagogia libertadora, é a possibilidade da neutralidade científica. Os escribas da nova onda avassaladora da sociedade do conhecimento tem clareza que, para superar o senso comum, é necessário um método revolucionário, materializado na existência de educadores comprometidos com a libertação, sob a égide de um Estado que saia das trincheiras da opressão.

Portanto, a pedagogia libertadora depende de uma sólida formação filosófica e política, de uma formação ética sem transgressão e de um robusto comprometimento dos educadores com as classes economicamente fragilizadas, materializando, na teoria e na prática, o ensinamento de Freire: Aos esfarrapados do mundo, que com eles me identifico, mas, sobretudo, com eles luto. O domínio das técnicas de leitura é fundamental, mas o comprometimento político anterior e posterior à sua aquisição é fundamental.

Gráfico 2: Motivo pelo qual o professor está lotado em uma Escola Campesina do Jaú



Como resposta, obtivemos o seguinte: 75% responderam que o motivo por estarem lotados em uma Escola Campesina justifica-se por gostarem de trabalhar em comunidades ribeirinhas. Entre esses docentes, existem alguns que não residem no PNJ, como é o caso do professor da Comunidade Girassol. Ele usa a sala de aula como quarto (Relatório 3, em

anexo). O discurso oficial fundamenta-se na Qualidade Total, porém, a prática é de nenhuma qualidade ou pouca qualidade, inclusive de vida.

A outra quantidade de docentes, isto é, 25% escreveram que a principal razão para estarem lotados na escola campesina do Jaú é “porque gostam de trabalhar com crianças”. A presença de crianças, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, é comum em duas comunidades do Jaú, Girassol e Putuía. Para essa estratégia de EJA multisseriado o professor tem dois caminhos: 1 infantilizar os adultos, fazes a crianças queimarem etapas tornado-se adulto precoce. Pensamos que o segundo é o menos danoso.

Na comunidade Girassol porque o professor transferiu os alunos da tarde para o turno da manhã (Relatório 4, em anexo) e na comunidade Putuía porque a escola ficou sem funcionar alguns meses por falta de professor. Quando o município Peixe Dourado enviou outra professora só tinha 3 alunos, entre eles uma criança (Relatório 4, em anexo). Insistimos na temática porque a politização e a formação crítica poderão, inclusive, ajudar na organização coletiva para combater os excessos indicados acima.

Retomando a questão do senso comum, abordado no início das análises procedidas nesse bloco, entende-se que os professores lotadas nas escolas que oferecem a modalidade EJA no PNJ deveriam ter aceitado o desafio não somente porque gostam, mas principalmente porque se julgam habilitados, do ponto de vista político, acadêmico e de filiação à filosofia da Educação Libertadora, para a tarefa histórica de alfabetizar, com vistas à cidadania emancipada, os adultos trabalhadores que enriquecem o país.

Evidentemente que o caráter messiânico da educação em geral e da EJA em particular é uma construção histórica para oportunizar o descomprometimento das obrigações constitucionais (Constituição de 1988) por parte do Estado. Um exemplo ilustrado é a obrigação constitucional da formação continuada dos professores. O Estado nem oferece educação inicial e nem continuada. E para ofuscar o sofisma, ensina os alunos a chamarem os professores de tio e não de um profissional importante como é.

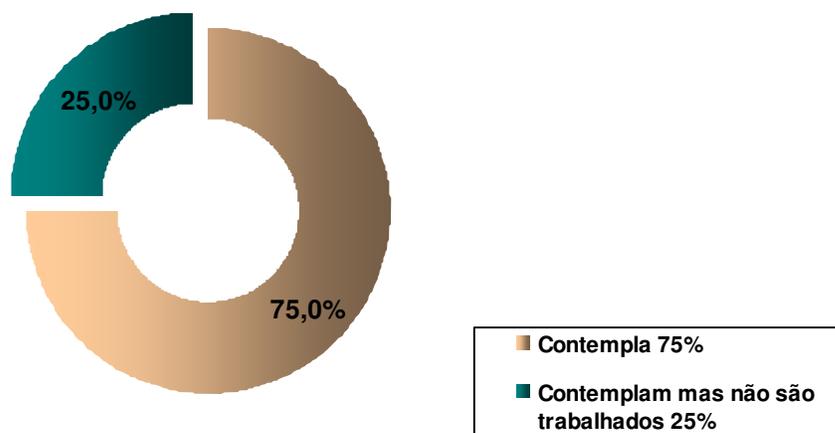
A tia é um membro da família que gosta de dar presente para os sobrinhos com o objetivo de conquistá-los. Coopita-os, também, encobrimdo as faltas graves que os mesmos cometem. Diferente da tia, os professores devem ter uma sólida formação acadêmica e política para iniciar o processo de revolução e ter, para cada segundo de suas necessidades, cada minuto de suas potencialidades, como pode ser aprendido nas lições de economia política, um pouco esquecida nessa aguda quadra da luta pela reprodução do capital.

Um projeto educativo libertador necessita de professores que se reconheçam como profissionais e que vejam no exercício do magistério um horizonte revelador de uma

sociedade fundada nos valores da solidariedade, liberdade, e na felicidade, na *polipoiésis* socialista que supera o *tripalium* escravo no qual sobre suas ruínas a burguesia fundou seus princípios de mercado, opressão e melancolia. Se a escola, sozinha não tem o poder transformador, sem ela esse poder opressor não se desmancha no ar.

Quando o corifeu da práxis pediu para que todos os proletários do mundo se unissem, nós, educadores daquela e dessa materialidade histórica também estávamos sendo convidados. A cada dia somos convidados para ir à mesa. Todos vão à mesa. Porém, nem todos, ao chegar à mesa, encontram o que comer. Os que tem o que comer estão organizados. Nós, professores, alunos, todos os trabalhadores, precisamos nos organizar para fortalecer o corpo com alimento e o espírito com teoria. Mas não é qualquer teoria.

Gráfico 3 – Os conteúdos ensinados contemplam a EA como Tema Transversal.



Em resposta à pergunta de número 3, 75% dos professores da EJA que estão lotados nas escolas dos municípios que compõem o PNJ responderam que os conteúdos ensinados em sala de aula contem a Educação Ambiental como tema transversal. Esses docentes, dessa maneira, “atendem” o que é proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais no que diz respeito ao tema do meio ambiente, no qual a EA está inserida. Este assunto foi tratado no 2º capítulo dessa Dissertação. Entretanto, a resposta desses professores não se coaduna com as respostas dos alunos, os quais disseram que nunca fizeram atividades de educação ambiental em sala de aula. Ver Gráfico 3, alunos e sua análise.

Todavia, 25% dos docentes que desenvolvem sua prática pedagógica nessas instituições de ensino que oferecem aos trabalhadores a modalidade EJA responderam que os conteúdos ensinados em sala de aula contemplam a EA como tema transversal, mas eles não têm tempo para trabalhar com os alunos. Diante dessa resposta, verifica-se que existe uma

contradição, pois na pergunta formulada referimo-nos a “conteúdos ensinados”. Como se ensina algo, se não se tem tempo? Além do senso comum que percebemos no campo político, agora ele se manifesta no campo didático, que também é político, não é neutro. Toda escolha didática, ou seja, de um método de ensino, é política.

Não se faz necessário que no horário escolar seja reservado um tempo para desenvolver conteúdos ou atividades de sala de aula na área de educação ambiental. Pelo contrário, as principais Conferências Internacionais sobre meio ambiente saudável, nas quais se amparou os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – entendem como transversalidade trabalhar os conteúdos de educação ambiental, no caso particular da EJA, nos componentes Ciências e Matemática, Estudos Sociais e Comunicação e Expressão. EX: O educador pode estudar, juntamente com os educandos, as classes de palavras em que trate das atividades do agricultor.

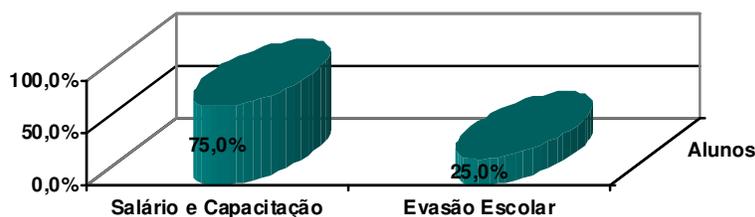
O exemplo referido acima, além de dar conta da questão da transversalidade – aprender as dez classes de palavras em um texto que tem como temática a existência do homem do campo – resolve, ainda a questão da dicotomia existente entre teoria e prática nos projetos de educação conservadora. Sendo a maioria dos alunos aqui estudado trabalhadores do campo, fica facilitada a tarefa do educador e do educando no processo de localização do sujeito no texto estudado. Aqui o sujeito é ele mesmo. Trata-se, pois, de um sujeito que o aluno não somente passa a conhecer mas que, também, reconhece como sujeito, tanto como sujeito gramatical como também sujeito social.

A Educação Libertadora usa a ontologia, a gnosiologia, a ética e a estética como uma metodologia, aqui entendida não apenas como caminho, mas também como epistemologia, para conquistar a práxis, no sentido de ação refletida, ação e reflexão juntas. Quando o aluno da EJA, ser da terra e profundamente vinculado a ela, porque desde a sua mais tenra existência nela trabalha, lê um texto sobre agricultura para nele encontrar o sujeito, uma das dez classes de palavras da língua nacional, trata-se de uma reflexão sobre a sua prática, trata-se, portanto, de um exercício fundado na práxis, porque é ação e reflexão juntas. É a reflexão de alguns minutos sobre uma prática de vários anos de uma vida.

Essa práxis referida acima faz com que, impulsionado pelo processo de ação refletida, o aluno da EJA desempenhe melhor as suas tarefas quotidianas no campo e passe, cada vez mais, a ser um leitor. E não é qualquer leitor. Trata-se da produção de um leitor profundamente enraizado com o seu meio ambiente. Produz-se, assim, com base nos fundamentos da Educação Libertadora, um ser capaz de ler não apenas as linhas, mas também as entrelinhas. Capaz de entender o texto e compreender o contexto social, político e

econômico onde o texto foi produzido. O domínio intelectual do contexto social, político e econômico são armas poderosas a luta pela libertação dos oprimidos.

Gráfico 4 – Principal dificuldade no processo ensino-aprendizagem da EJA



Em resposta a essa indagação obtivemos o seguinte: 75% dos professores responderam que a principal dificuldade no processo ensino-aprendizagem da EJA são o baixo salário e a falta de curso de capacitação. Aquele é um dos salários mais baixos dessa categoria trabalhista, pois eles possuem apenas o Ensino Médio (relatório 4, em anexo) e não são concursados pelos Municípios, ou seja, os professores são contratados, não têm estabilidade profissional, portanto, são trabalhadores precarizados.

Além disso, para receberem o baixo salário, os professores da EJA do Jaú precisam viajar para as cidades, cujas escolas pertençam (Novo Pasto ou Peixe Dourado). Quando isso ocorre, as escolas ficam sem funcionar por vários dias (relatório 3, em anexo), prejudicando os alunos e atrasando o término do ano letivo. Como nota Gramsci, o homem é um processo, precisamente o processo de seus atos. Como um trabalhador precarizado atuando em uma área vital para a sociedade pode ser senhor dos seus próprios atos?

Outro problema refere-se ao Secretário de Educação do município Peixe Dourado. Ele contratou o professor Fumaça para trabalhar em dois turnos na Escola da Comunidade Girassol, uma turma multiseriada e outra de EJA, mas aquele professor só recebia pagamento por um turno. Porém, em outra passagem Gramsci indaga, novamente: mas até que ponto o homem pode ser considerado senhor dos seus próprios atos? Gramsci analisou outro fascismo, desenvolvido entre 1914-1926.

A fim de resolver essa situação, o professor transferiu os alunos da EJA para o turno matutino (relatório 4, em anexo). Esse fato acarretou a evasão de alguns alunos e a lotação da sala de aula. A evasão justificou-se, entre outras razões, porque alguns alunos trabalham no período da manhã para sustentar a família. Essa é uma postura típica das pedagogias tradicionais que não levam em conta a situação social dos alunos.

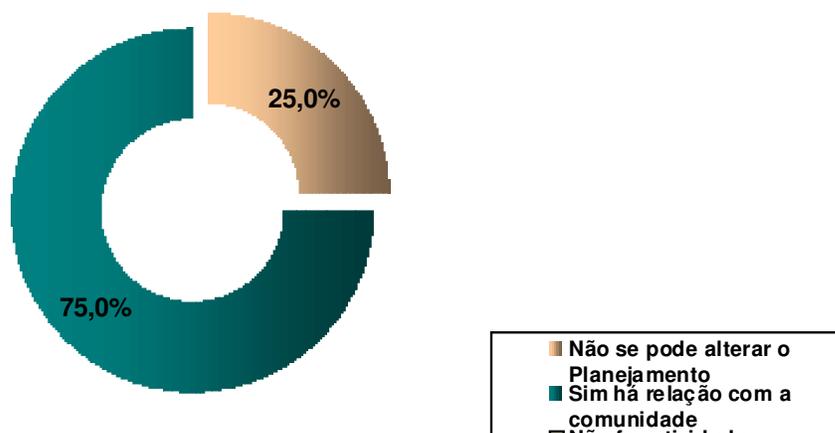
O problema da evasão foi respondido por 25% dos professores da EJA do Jaú como a principal dificuldade vivida por eles. Entre outras razões, alguns alunos abandonam as escolas porque precisam trabalhar, por isso não tem vigor físico e mental para estudar; por preferirem assistem aos telejornais e telenovelas, os quais são transmitidos no horário de aula (relatório 4, em anexo). Esse fato foi evidenciado na Comunidade do Tombo, única de nossa pesquisa que possui luz elétrica, gerada por um motor.

Sem dúvida que a instituição escola, além de enfrentar uma competição horrenda com o mercado de trabalho que acaba exaurindo a força do trabalhador, enfrenta, ainda, outra peleja com a televisão, os jogos eletrônicos, o cinema, o teatro o estádio e outros meios de diversão. É preciso entender, portanto, que se trata de um problema de construção social e coletiva e não pessoal e individual, de vontades isoladas. Nesse particular, também, entenderia Gramsci que o homem não é senhor dos seus próprios atos.

Em síntese, a referida competição é travada pela escola contra um gorila adestrado que é o capital. Este, por seu turno, dialeticamente precisa ser adestrado pela escola, porém, nos momentos de crise, precisa destruir a escola que aí está para, em suas ruínas, construir outra à sua imagem e semelhança, ou seja, para atender o capital, porém não mais com aspecto de escola, mas de gorila adestrado. E como o capital construiu uma escola feia, ruim de o aluno ficar nela, ele prefere ir para outro lugar.

E nós, os que estamos mesmo no chão da escola, ali, no dia-a-dia, vamos ter capacidade para nos organizarmos e fazer outra escola – construir a Educação Libertadora – com uma cara bonita, alegre, onde o aluno chegue mesmo a pensar que todo dia é dia de festa na escola e que por isso deseja permanecer nela? Repete-se, aqui, a mesma pergunta de Samora Mashel, organizador da luta na República do Congo: quem é o nosso inimigo comum. Para o oprimido se libertar do opressor e necessário conhecê-lo.

Gráfico 5 : Na prática pedagógica é articulado ao conteúdo a realidade do aluno e da comunidade



Em resposta a essa indagação obtivemos o seguinte: 75% responderam que os conteúdos ensinados em sala de aula estão relacionados com a comunidade do parque. Esta resposta é “ambígua” porque os alunos, que elaboraram as respostas para o questionário proposto para ser analisado nessa dissertação de Mestrado, responderam que parte dos professores, cerca de 50%, não permite que os alunos expressem os próprios conhecimentos, ou seja, a realidade da comunidade que eles pertencem.

Os outros professores, isto é, 25%, para pergunta acima, responderam que não se pode alterar o planejamento escolar. Ou seja, 25% responderam que o projeto educativo oferecido para os trabalhadores matriculados nas escolas do PNJ que oferecem a modalidade EJA é fundado numa pedagogia tradicional e que os dirigentes escolares não admitem a construção com outro viés. O projeto fracassou, do ponto de vista dos alunos, porque eles não conseguem aprender, evadem-se, porém não pode haver mudança.

O que podemos perceber é que a realidade educacional no PNJ, na modalidade EJA, é materializada pela resposta dos 25%, ou seja, trata-se de um projeto educativo fundado em uma pedagogia tradicional e existe uma forte fiscalização para inviabilizar a construção de uma proposta de Educação Libertadora que, entre outras medidas dentro do seu campo epistemológico, relacione os conteúdos ministrados relacionados com o meio e com a experiência que cada trabalhador/educando carrega consigo.

A contratação de professores em regime de precarização, além de ser uma estratégia de o Estado neoliberalizado não cumprir com suas obrigações constitucionais pagando férias, remunerando-os com décimo terceiro salário, entre outros, ainda deixa os professores de braços atados sem poder se organizar para buscar melhores condições de salário e da qualidade da educação, porque são substituídos por outros trabalhadores da educação, no mesmo regime precário, sem poder reivindicar.

Nas escolas e no PNJ como um todo, existe um processo de controle ideológico rígido onde ninguém pode discordar das ordens que emanam do poder central. Os contatos de todos os pesquisadores com os moradores do lugar sempre são acompanhados por olheiros que intimidam as pessoas não permitindo a circulação das informações que, para serem colhidas e organizadas, necessita da astúcia do pesquisador para perceber através do processo de observação.

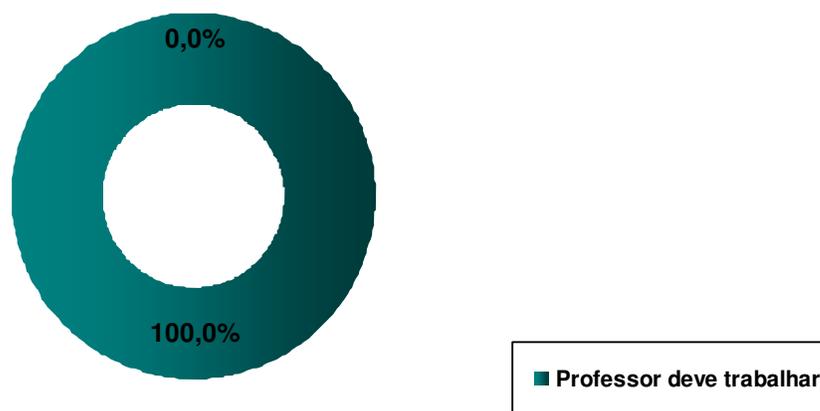
Em um dos encontros coletivos que participamos, ocasião em que apresentamos à comunidade do PNJ, às instituições e ONGs intrometidas no lugar, um habitante se manifestou, publicamente, apontando sua insatisfação, pessoal e coletiva, com alguns excessos praticados no lugar, foi “convidado” a se retirar de uma maneira, no mínimo não

muito convencional, se tratando de um lugar público. Esse é um dos motivos pelo qual aparece nas respostas formuladas, pelo menos pelos alunos e professores, as contradições.

Percebeu-se, assim, que as respostas formuladas pelos alunos e professores, além do estágio de senso comum em que as mesmas estão envolvidas são, também, uma consequência da violência simbólica que aproxima o PNJ a um panóptico. Trata-se de um lugar em que o homem é moldado, fisicamente, devido às atividades realizadas e mentalmente devido ao controle ideológico exercitado, como no sistema de satrápias, onde os sátrapas eram os olhos e os ouvidos do rei Dário II Nótus. (424 a.C-404 a.C).

Passemos, neste momento da Dissertação, para a análise das cinco respostas elaboradas pelos Secretários de Educação dos dois municípios que integram o PNJ que desenvolvem em suas escolas a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Gráfico 1: Sobre a orientação de trabalhar a EA na EJA



Em resposta a essa indagação obtivemos o seguinte: 100% dos secretários municipais entrevistados responderam, que apesar de a Educação Ambiental não constar no livro didático, todos os professores devem trabalhá-la em sala de aula. Essa resposta confirma, de certa maneira, que embora a EA esteja inserida nos PCNs para ser trabalhada em todos os níveis de ensino, conforme mencionamos no 2º Capítulo dessa Dissertação, nas Escolas do Jaú, na modalidade de Jovens e Adultos, os livros didáticos não a mencionam.

Em outras expressões, a EA, apesar de ser propalada nos discursos do Poder Público local, como necessária à Educação dos alunos dos municípios pesquisados, ainda, não se tornou realidade nas Escolas Municipais do Rio Jaú. Este fato é preocupante, pois, apesar de a EA ser importante para ser desenvolvida em outros segmentos da sociedade, conforme

orientações das Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente Saudável, discutidas no 1º Capítulo desse trabalho, em uma Unidade de Conservação, ela é extremamente necessária.

Extremamente necessária, porque uma UC é um dos poucos lugares do Planeta, ainda, que contém recursos naturais, os quais precisam ser preservados de maneira consciente cujos resultados contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do PNJ e de outras localidades. Diante disso, torna-se imprescindível uma proposta pedagógica para as Escolas do Rio Jaú que contemple a EA como ferramenta para a Educação de Jovens e Adultos. Por outro lado, os dirigentes sabem que discutir o ambiente baseado na Educação Libertadora começa a surgir resistência contra os objetivos do poder.

O cumprimento dos pressupostos da transversalidade presente nas Conferências e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a utilização da proposta de Educação Libertadora, com os estudos tendo como base a profunda relação entre o ser e o ambiente, despertaria o senso crítico entre os trabalhadores envolvidos na modalidade de ensino EJA, ou seja, desenvolveria uma visão de totalidade e, no âmbito dessa visão de totalidade, a compreensão de que o ser também faz parte do ecossistema e que, portanto, não pode morrer de fome em nome do mito da natureza intocada.

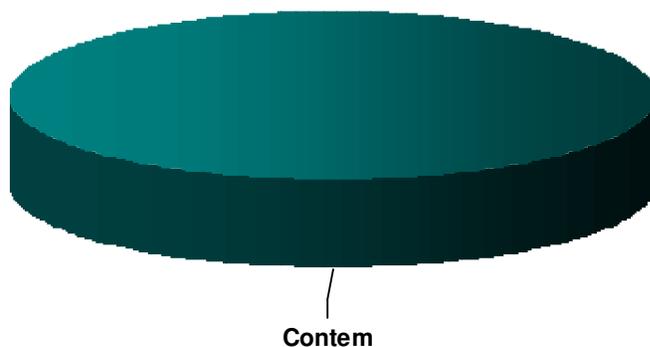
Em outras expressões, sugerimos para a construção de um projeto educativo na modalidade EJA no PNJ a Educação Libertadora como instrumento de libertação dos oprimidos pelas leis de texto fora do contexto, dos operadores e aplicadores das leis, dos sátrapas atuais que, no sistema administrativo das satrapias, fundado pelo imperador persa Dário II Nótus (424 a.C. 404 a.C), além de ser os olhos e os ouvidos do rei eram, também, os donos da terra e os que dirigiam o seu destino. A Educação Libertadora tem força material para ajudar na superação da origem lendária construída sobre a Amazônia.

A construção de um projeto de Educação Libertadora no Brasil historicamente, mas notadamente durante e após o regime militar, foi rechaçada. E Paulo Freire, particularmente, sempre foi encarado pelas elites quinhentistas brasileiras como um traidor de Cristo e da Pátria que queria transformar o Brasil num país Bolchevick. E assim como existe uma classe dominante, existe um pensamento dominante imposto por ela. Isso explica porque, trabalhadores da educação que assumem cargo de direção, do alto de sua alienação, passam a bombardear a construção da Educação Libertadora.

As contradições encontradas entre as respostas elaboradas pelos trabalhadores alunos da EJA e a dos professores encontram materialidade no medo pela repressão que os professores sentem devido ao seu estado de trabalhador precarizado. As contradições encontradas, por um lado, entre a formulação das respostas elaboradas pelos trabalhadores

alunos do EJA e os trabalhadores da educação e, por outro lado, dos secretários de educação tem explicação em uma outra materialidade, os secretários de educação se colocam ao lado dos donos do capital e auxiliam no processo de sua ampliação.

Gráfico 2: O planejamento da EJA contém temas sobre o meio ambiente



Para a pergunta acima, 100% dos secretários responderam que o Planejamento de Curso dos professores da EJA contém temas sobre o meio ambiente. Contudo, é relevante mencionarmos que as Escolas Municipais do Jaú nunca receberam os secretários municipais, Novo Pasto e Peixe Dourado e elas não tem pedagogo (Relatório 4, em anexo), por esse motivo fica difícil esses representantes do Poder Público realizarem um acompanhamento dos planos dos professores.

Fica, assim, evidenciado, com o auxílio das respostas formuladas pelos trabalhadores alunos da EJA, pelos trabalhadores da educação e pelos secretários, acrescidos da nossa observação durante a investigação empírica, que os secretários não somente desconhecem a realidade das escolas que oferecem a modalidade de Educação EJA no PNJ, mas também não demonstram o menor comprometimento político, social e acadêmico com as mesmas. Assim, deixam de trabalhar em prol da causa para a qual foi designado, passando a trabalhar em favor da causa do capitalista que o designou.

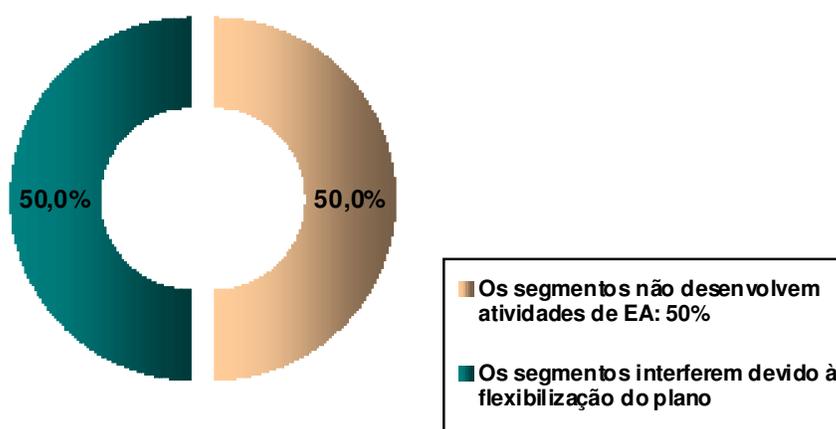
Portanto, devido ao referido compromisso político assumido, fica patente que não podemos esperar dos dirigentes acima referidos, a construção de um projeto educativo fundado nos pressupostos da Educação Libertadora, que tem como horizonte libertar o oprimido do sistema de opressão montado pelo opressor, no caso do PNJ, com a contribuição dos dirigentes educacionais. Seria um comportamento político ingênuo achar que o astuto

assessor do opressor fosse, também, assessorar o oprimido na construção do seu projeto de libertação.

No referencial teórico proposto por Freire, os trabalhadores alunos da EJA e os trabalhadores da educação, que início desta parte da Dissertação os localizamos no senso comum, agora são definidos como ingênuos, com o objetivo de materializar uma contradição entre eles e os secretários que, na taxionomia de Freire, são astutos. O processo de superação do senso comum leva à consciência política, caminho para a consciência de classe. Por mais esforço que façamos não conseguimos perceber nos secretários consciência política nem de classe, somente astúcia para tirar proveito do cargo.

Ficou, na observação acima descrita, o ensinamento de que no Parque Nacional do Jaú existe uma luta de classe, materializada numa correlação de forças extremamente desproporcional, porque é a correlação de forças do sistema do capital contra o sistema de trabalho onde estão inseridos os trabalhadores alunos da EJA, os trabalhadores da educação e outros trabalhadores que residem nesse lugar. Ocorre, porém, que se trata de um sistema de dominação velado, não explicitado e que, portanto, exige um olhar de pesquisador auxiliado pela lente da dialética materialista histórica para poder enxergar.

Gráfico 3 – O processo ensino-aprendizagem dos professores da EJA do PNJ sofre interferências dos pesquisadores que desenvolvem atividades de EA



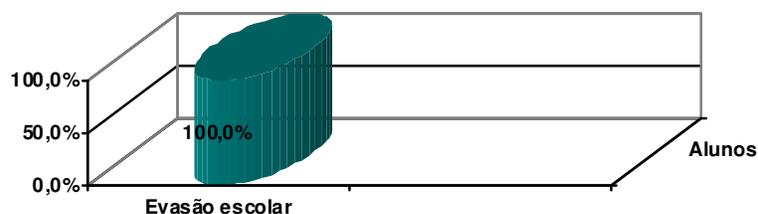
A resposta obtida para esse questionamento foi que 50% dos secretários responderam que o processo ensino-aprendizagem dos professores da EJA do PNJ não sofre interferências dos pesquisadores que freqüentam o Parque, pois eles não desenvolvem atividades de EA. A outra metade desses representantes do Poder Público, isto é, 50%, responderam que o processo ensino-aprendizagem sofre interferência dos pesquisadores em questão devido ao planejamento do docente ser flexível.

Essas respostas, em parte, confirmam que a Fundação Vitória Amazônica, autora do Plano de Manejo do Parna Jaú, desenvolve, através de seus pesquisadores, atividades de EA nas escolas. Outra parte aponta que os mesmos pesquisadores não desenvolvem a atividade da questão acima. Percebeu-se que não existe uma atividade sistematizada, porém, o sistema de controle exercido no PNJ obriga aos habitantes do lugar, cumprir com o que o poder aponta como comportamento ambiental correto.

Por outro lado, os alunos dessas escolas, responderam no gráfico anterior, que nunca realizaram atividades de EA nas Escolas do Jaú. Portanto, pode-se dizer que o desenvolvimento desse tipo de atividades faz parte dos discursos do Poder Público local e da FVA. Apesar disso, aquela fundação faz treinamento de professores para o Ensino da Educação Ambiental na cidade de Novo Pasto (Relatório 1, em anexo), um dos municípios onde fica inserido parte do PNJ.

Outro elemento que aparece na análise, a ONG, também está situada, como no caso dos secretários, no grupo que apresenta um comportamento astuto. Trata-se de mais um reforço na luta entre o capital e o trabalho. Este ente, porém, diferente dos secretários, tem compromisso com o capital nacional e internacional. O que justifica um país mandar rios de dinheiro e exército de pessoas para uma ONG que atua num lugar tão distante como o Parque Nacional do Jaú?

A ONG que atua no PNJ é composta por pesquisadores ou de fora da Amazônia, de outros estados da Federação e até mesmo de outros países. Questionamos, por isso, a competência política e acadêmica dessas pessoas para orientar um projeto de educação ambiental num lugar que não conhecem. Se eles conhecessem não estavam pesquisando. Questionamos, também, os resultados de suas pesquisas e a sua utilização na produção de resultados satisfatórios, do ponto de vista dos que habitam o lugar.

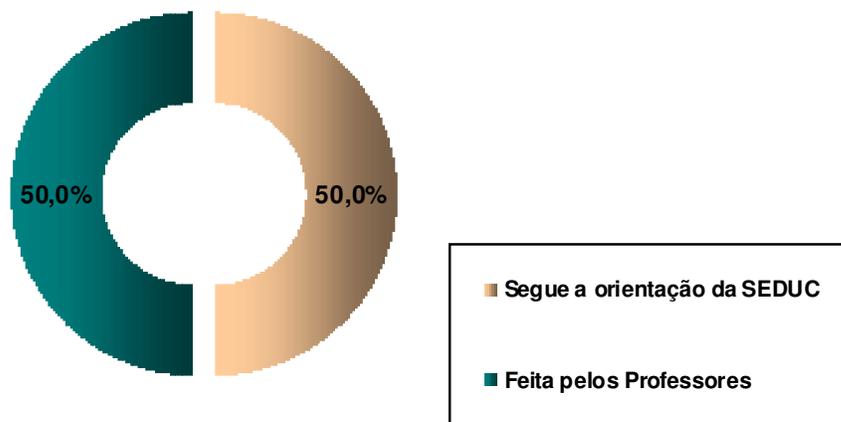
Gráfico 4: Motivo dos alunos da EJA não serem alfabetizados

Em resposta a esta indagação obtivemos o seguinte: 100% dos entrevistados responderam que, a partir do levantamento de dados estatísticos feitos pelas Secretarias Municipais (Novo Pasto e Peixe Dourado), a principal razão de alguns alunos da EJA não serem alfabetizados é devido à evasão, ocasionada por problemas pessoais e pela falta de recursos (subsistência).

O problema da evasão, também, é mencionado pela diretora da escola da cidade de Novo Pasto (Relatório 1, em anexo) e por alguns professores (Relatório 4, em anexo). Diante desse fato, é necessário repensar o fazer pedagógico das escolas em questão, possibilitando “espaço” para uma proposta pedagógica comprometida com emancipação do educando, ou seja, uma proposta fundada na ontologia, na gnosiologia, na ética e na estética.

Para a elaboração desse projeto de educação libertadora acima referida, faz-se necessário o conhecimento da correlação de forças, como ela se movimenta e em que direção. Precisa saber, também, quais são os agentes e de que lado eles estão. Se a Educação Libertadora é a ferramenta da luta contra a opressão, o opressor não vai oferecer a ferramenta, ela precisa ser conquistada.

Freire ensina que na relação entre os oprimidos, entre os contrários, existe a possibilidade de diálogo. Porém, na relação entre opressores e oprimidos, entre os antagônicos, não existe a possibilidade de diálogo. Os interesses entre o capital e o trabalho são conflituosos, inconciliáveis. Somente na luta é que eles são resolvidos e a Educação Libertadora é a que melhor instrumenta nesse processo de luta de classes.

Gráfico 5 : A seleção dos conteúdos para EJA

Para o questionamento acima, obtivemos as seguintes respostas: 50% dos entrevistados responderam que a seleção dos conteúdos para a EJA segue a orientação da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino e os outros 50% que ela é feita pelos professores. Essas respostas apontam, que para essa modalidade de ensino, não há um “currículo padronizado”.

A educação brasileira como um todo, mas a EJA em particular, a partir de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – de n. 9.394/96, passou a sofrer um processo de desregulamentação, ou seja, a própria lei, o regulamento, não mais define, como nas leis anteriores, a direção educacional. Trata-se da presença mínima da lei para prevalecer a lei do mais forte.

Pelo contrário, a Lei n. 5.692/71 reservou um capítulo inteiro para a Educação de Jovens e Adultos. Na lei anterior a EJA era regulamentada. Na lei atual a EJA é desregulamentada. Ai prevalece a lei do mais forte, de uma ONG, de um Secretário de Educação, representantes do capital, para elaborar um projeto educativo comprometido com a ampliação do capital através da exploração do trabalho.

A inexistência de conteúdos pré-definidos, dialeticamente, constitui-se uma oportunidade pela qual os educadores podem exercer a docência dentro de um importante princípio de Educação Libertadora que é construir o tema a ser discutido a partir de uma necessidade que se apresenta, surgida do mundo real, ou seja, do lugar onde habitam os trabalhadores alunos da EJA.

Ao tratar da estética, da arte que estuda o belo, do poder, discute com os trabalhadores alunos da EJA, principalmente, a beleza que é a região onde esta localizado o Parque

Nacional do Jaú, mas discute, sobretudo, quem se beneficia, principalmente, dessa beleza e qual é o motivo principal que levou a construção do PNJ. É nesse processo de ação refletida, ação e reflexão, que vai ser descobertos pontos que permanecem obscuros.

Na ausência dos conteúdos de praxe, o educador pode preencher a lacuna com os conteúdos fundados numa práxis transformadora e libertadora. Vai ser o conhecimento do passado onde foi criado o PNJ que o aluno vai compreender, no presente, a quem ele realmente beneficia, o que fundamenta a criação de tantos Parques Nacionais na Amazônia e no Brasil e finalmente, de vem, realmente, a ordem para a construção dos mesmos.

Nesse momento acadêmico da Dissertação vamos analisar as respostas elaboradas por uma pessoa da FVA que foi possível entregar o questionário. Analisamos as respostas formuladas pelos trabalhadores alunos do EJA e pelos trabalhadores da educação e as classificamos como de senso comum ou ingênuas. Classificamos as respostas dos Secretários de Educação e a ação ambiental da ONG como astuta. Vamos classificar as respostas formuladas por essa representante como invariável.

Entrevistamos, ainda, um representante da Fundação Vitória Amazônica para a qual fizemos os seguintes questionamentos: 1 Entre as estratégias em preservar o Parque Nacional do Jaú, como a educação ambiental é desenvolvida junto às comunidades? Como resposta a essa questão, o representante disse que “é desenvolvida por ciclos mediante ações dos diversos projetos executados pela FVA no Parna Jau⁵¹ e adjacências”.

A partir dessa resposta, percebemos que o desenvolvimento da EA, realizado pela ONG, é feito na cidade de Novo Pasto, município onde está inserido parte do Parque Nacional do Jaú. A orientação para os docentes da EJA e do Ensino Fundamental é para trabalharem a EA numa perspectiva do Turismo Ecológico (Relatório 1, em anexo). Portanto, não uma prática transversal, muito menos libertadora.

Dito de outro modo, a FVA não está desenvolvendo a EA no rio Jaú, onde estão localizadas as escolas de nossa pesquisa. Esse fato é confirmado pelos alunos daquelas escolas, os quais disseram que nunca fizeram esse tipo de atividade e de parte dos secretários, os quais disseram que pesquisadores desse segmento não realizam atividade de EA. Além disso, essa Fundação não está cumprindo o que foi estabelecido no Plano de Manejo, documento que delineiam as ações que devem ser feitas no PNJ, entre elas a EA, assunto discutido no capítulo anterior da Dissertação.

⁵¹ . Denominação anteriormente recebida pelo Parque Nacional do Jaú. Essa denominação foi usada no Plano de Manejo elaborado pela Fundação Vitória Amazônica.

Na questão 2 sobre obstáculos percebidos pela Fundação ao desenvolver atividades de educação ambiental no PNJ. O representante respondeu: “Baixa/pouca formação dos professores para ações específicas; ausência de articulação de projetos pedagógicos que foquem a temática nos planos de aula”.

Considerando essa resposta, percebe-se que os professores, na visão da ONG, tem pouca qualificação profissional, a qual compromete “os objetivos” dela . Isso é confirmado porque existe um certo desinteresse por parte dos professores de Novo Pasto em seguir as orientações da FVA no que diz respeito ao trabalho de EA, como exemplo, aqueles docentes trabalham a EA no Dia da Água (Relatório 1, em anexo).

Também, embora a ONG não desenvolva atividades de EA no Jaú, a pouca qualificação é evidenciado nos professores da EJA das Escolas desse local, eles possuem apenas a Educação Básica (Relatório 4, em anexo).

Para a questão 3 que trata da educação ambiental nas escolas do Jaú, antes da chegada da FVA, os professores já a desenvolviam? O sujeito da pesquisa respondeu que os professores não usavam em suas práticas pedagógicas assuntos de educação ambiental uma vez que não constavam no planejamento escolar.

A resposta acima evidencia que a EA não era desenvolvida nas salas de aulas do Jaú porque não constava no planejamento dos professores, contudo, a maior parte dos professores e todos os secretários municipais entrevistados responderam que a EA consta no planejamento escolar. Por outro lado, os discentes confirmaram que nunca fizeram atividades dessa estratégia, considerada pelas Conferências Internacionais sobre o meio ambiente saudável, como um instrumento para preservar a natureza.

Diante disso, é relevante uma proposta pedagógica que considere a Educação Ambiental numa perspectiva libertadora para contribuir não só com a preservação do Parque Nacional do Jaú e de seus ecossistemas, mas também com a superação da fase de iletrado dos educandos.

Em relação à pergunta de número 04 que se refere ao trabalho de educação ambiental desenvolvido pelos pesquisadores da FVA nas escolas do Jaú. O representante daquela ONG escreveu que houve “maior interesse de alunos e demais moradores; e, (sic) dificuldade do docente articular ações de educação ambiental no cotidiano da escola e da comunidade”. A partir dessa resposta, evidencia-se mais uma vez que a FVA “insiste” em dizer que realiza atividades de EA nas Escolas do Jaú. Essa ação não foi confirmada, conforme mencionamos, entre outros, pelos alunos.

O item da questão 5 que diz respeito às observações feitas pela FVA sobre os conteúdos desenvolvidos pelos professores nas escolas. O entrevistado respondeu que os conteúdos desenvolvidos pelos professores do Jaú não refletem a realidade local porque os livros didáticos não a contempla. Essa resposta não se coaduna com as respostas da maioria dos professores, os quais responderam que consideram a realidade local ao ensinar os conteúdos aos alunos.

Além disso, verifica-se que na ótica da FVA, o professor do Jaú não articula a realidade local com os conteúdos pedagógicos porque não consta no livro. Em outras expressões, é como se o conteúdo do livro determinasse as ações do docente. Livro que não existe em algumas escolas do Parna Jaú (Relatório 4, em anexo).

Conclui-se a parte de análise das respostas formuladas acrescentando, ainda, que, embora o último entrevistado fosse classificado como invariável, ou seja, num momento o professor é desinteressado, no outro não tem formação, porém, em nenhum momento sua resposta variou para o lado da responsabilidade de poder público local e nacional na maioria das falhas ocorridas na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política educacional brasileira de jovens e adultos trabalhadores, nas quais as escolas do Parque Nacional do Jaú estão, também, inseridas, são pensadas em campos com representantes do Estado, do Trabalho e do capital. Pelo tempo exíguo para a elaboração dessa Dissertação de Mestrado, embora seja necessário, fica difícil desenvolver uma análise mais aprofundada das políticas públicas implementadas pelo MEC para a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores.

Mesmo assim, em poucas linhas, vamos tentar entender a totalidade em que está envolvido o projeto de EJA no PNJ, que não é estranho aos programas do MEC destinados ao público jovem e adulto. Citamos, apenas, alguns deles: Brasil Alfabetizado, Projovem, Proeja e Escola de Fábrica. Entendemos que as referidas iniciativas empreendidas, no atual governo, oportunizam a continuidade à lógica reiterativa que concebe a EJA como uma educação destinada aos pobres.

Embora com outras expressões emprestadas do campo do trabalho, a lógica dos projetos, que prevalece, é a dos campos do Estado e do capital, ou seja, que a EJA é um projeto de educação destinado aos pobres, desvalidos da sorte, aos quais a vida lhes negou melhores condições de vida e existência. Na prática, trata-se de projetos marcados pela fragmentação e descontinuidade que não se identificam com a educação popular que é fundada na Educação Libertadora.

No cenário educacional brasileiro, onde se inscreve o projeto de EJA do PNJ, a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores assume um caráter compensatório, ou seja, de apenas oferecer aos que tiveram o direito à educação negado no tempo previsto, por uma formação aligeirada e subordinada aos interesses do capital, como exemplificam os programas apontados aqui nesse estudo, como estratégia de superação da dicotomia entre o local e o nacional.

Entende-se que tais programas não são comprometidos, efetivamente, com uma formação que possibilite os seus jovens aos seres jovens e adultos que se insiram, de maneira ativa e crítica, em todas as esferas da vida social. Não possuem, portanto, compromisso com a Educação Libertadora, restringindo-se a ações focais, fragmentadas e de pouco alcance e relevância social, política e econômica. Não desenvolve a vocação ontológica do ser.

Reconhecemos que, no Brasil, não existe políticas públicas, também, na modalidade EJA e, por extensão não existe, também, política educacional de EJA no PNJ. O que existe são programas, que é diferente de política, que só tem previsto a data de início e não tem fim.

Os principais programas, que são assumidos como política pública e ação do Estado para a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores, tem as seguintes características:

Programa Brasil Alfabetizado

O Programa Brasil Alfabetizado, criado no ano de 2003 pelo Governo Federal, é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) – Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD) com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Trata-se do sistema nervoso central onde se opera uma grande parte das ações do Governo Federal na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Segundo informações do MEC, o Programa tem por objetivo alfabetizar, durante os quatro anos de governo, 20 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não tiveram oportunidade ou por qualquer motivo foram excluídas do ensino regular antes de aprenderem a ler e escrever. Em outras expressões, o Programa constitui uma das ações centrais assumidas como política governamental. Não se trata de uma política de Estado, mas de uma ação de governo.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM

O PROJOVEM tem origem no grupo de estudo interministerial sobre juventude, o GT Juventude, criado em 2004. É voltado para jovens entre 18 e 24 anos que tenham estudado até a 4ª série, não tenham concluído a 8ª série do Ensino Fundamental e não possuam vínculo empregatício formal. Cada jovem recebe auxílio financeiro de R\$ 100,00 mensais por, no máximo, 12 meses ininterruptos, enquanto estiverem matriculados.

Programa de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA.

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – foi instituído, pelo MEC, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Federais (ETF),

Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, Colégio Pedro II, sistemas estaduais e municipais de ensino.

Estruturação dos cursos realizados no PROEJA é de responsabilidade das instituições acima referidas. Tem, como “parceiro preferencial” o sistema S. Pretende, segundo os seus documentos, a elevação de escolaridade e a educação profissional em cursos de formação inicial e continuada ou técnica de nível médio. Aqui se materializa a presença do Estado, do Capital e do Trabalho, com a forte mão invisível do capital, com os dedos apontando a direção dos caminhos.

Projeto escola de fábrica

O Projeto Escola de Fábrica surgiu a partir das ações desenvolvidas pelo Terceiro Setor, em especial por ONGs (Organizações não governamentais), empresas e sindicatos. O que podemos confirmar no PNJ foi a presença dominante das ONGs influenciando no campo da educação na modalidade EJA, e uma presença muito tímida dos Sindicatos que, quando se manifestavam contra a ordem imposta, logo eram reprimidos pelas forças existentes no lugar.

Apresenta como objetivo oferecer formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda, que tenham de 16 a 24 anos, com renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio, matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens Adultos, prioritariamente no ensino de nível médio. Negasse, claramente, a educação propedêutica inicial e continuada, o que nem os militares fizeram.

Estes jovens são estimulados a profissionalizarem-se em unidades do Projeto, que funcionam dentro de empresas, onde o instrutor é um funcionário da própria empresa, que recebe capacitação de dois meses em unidades gestoras. Esta capacitação deve se dar conforme a necessidade da empresa, com recursos do MEC, que financia, também, bolsa auxílio de meio salário mínimo aos estudantes. No PNJ as ações da EJA são dirigidas pelas empresas de turismo.

Reafirma-se a necessidade dessa discussão mais aprofundada sobre a EJA nos três capítulos dessa Dissertação de Mestrado. Reconhece-se, também, a ausência de uma reflexão sobre a educação ambiental numa perspectiva transversal. *Conclusio Patet*, ou seja, esta tese é evidente. Para dar a essa Dissertação de Mestrado o valor que o nível acadêmico exige, realiza-se um esforço intelectual para refletir sobre uma proposta de educação ambiental fundada na transversalidade e na Educação Libertadora.

É um esforço de pensar um projeto educativo diferente do que percebemos no PNJ, que segue as concepções do projeto educativo nacional fundado numa pedagogia renascentista, a pedagogia dos jesuítas que exerceu grande influência em quase todo o mundo, incluindo o Brasil. Chegaram aqui em 1549, foram expulsos em 1759 e retornaram em 1847. Até hoje a educação tradicional não somente os defende, mas também os copia, infelizmente sem a mesma competência.

A ordem dos jesuítas foi fundada em 1534 pelo militar espanhol Inácio de Loyola (491-1556) com o objetivo de consagrar-se à educação da juventude católica. Seguiu os princípios cristãos e insurgia-se contra a pregação religiosa protestante. O criador da Companhia de Jesus imprimiu uma rígida disciplina e o culto da obediência a todos os componentes da ordem.

A *Ratium Studiorum* é o plano de estudos, de métodos e a base filosófica dos jesuítas. Representa o primeiro sistema organizado da educação católica. Ela foi promulgada em 1599, depois de um período de elaboração e experimentação. A educação dos jesuítas destinava-se à formação das elites burguesas, para prepará-las a exercer a hegemonia cultural e política. Eficientes na formação das classes dirigentes, os jesuítas descuidaram completamente da educação popular.

Quando dizemos que o projeto de educação na modalidade EJA e na educação ambiental no PNJ e no Brasil é renascentista e que segue a bula *Ratium Studiorum*, não buscase cometer a loucura de elogiar as iniciativas de projetos referidos acima, assumidas pelo Estado como políticas públicas, queremos fazer alusão à estratégia histórica de oferecer às elites dirigentes uma educação de melhor qualidade, produzindo e reproduzindo as elites dirigentes e abandonando os desvalidos da sorte ...

Neste esforço da Curvatura da Vara⁵², recorreremos às primeiras experiências com educação de trabalhadores e a experimentação de uma proposta pedagógica moderna, que ganhou contornos revolucionários em 1961, com o Movimento de Cultura Popular organizado na Universidade do Recife. Em 1963 Paulo Freire presidiu a Comissão Nacional de Cultura Popular e coordenou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, a convite do Ministério da Educação, no Governo de João Goulart, deposto.

Na diretoria do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife desenvolveu um extenso programa de educação de adultos. Foi daí que implementou o MEP (Movimento

⁵². Estudo elaborado por **Vladimir Ilich Ulianov** - Lênin (1870-1924) Estadista russo, fundador do comunismo bochevista, para indicar o declínio do capitalismo e a ascensão do socialismo nas Repúblicas Socialistas Soviéticas, um movimento contrário ao crescimento do capitalismo e declínio do socialismo que acontecia naquele lugar antes de outubro de 1917.

de Educação Popular). Em 1964 a ditadura militar obrigou-o a 15 anos de exílio. Foi para o Chile onde, até 1969, assessorou o governo democrata-cristão de Eduardo Frei em programa de educação popular. Na Suíça, Nicarágua, São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau desenvolveu sua Ação Cultural no Instituto IDAC.

Toda obra de Paulo Freire é voltada para uma teoria do conhecimento aplicada à educação, sustentada por uma concepção dialética onde educador e educando aprendem juntos numa relação dinâmica na qual a prática, orientada pela teoria, reorienta essa teoria, num constante processo em busca do aperfeiçoamento. Sua principal obra, *Pedagogia do Oprimido*, foi até hoje traduzida em mais de 18 línguas. Ele está entre os maiores educadores do mundo de todos os tempos.

Sua contribuição à teoria dialética do conhecimento, para a qual a melhor maneira de refletir é pensar a prática e retornar a ela para transformá-la. Portanto, pensar o concreto, a realidade, e não pensar pensamentos. A categoria pedagógica da “conscientização”, criada por ele, visa, através da educação, a formação da autonomia intelectual do cidadão para intervir sobre a realidade. Por isso, para ele, a educação não é neutra. É sempre um ato político.

Nesta perspectiva, contribuiu na continuidade do processo de luta pela independência da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, onde Amílcar Cabral (1924-1973) lutou durante toda a sua vida. Amílcar Cabral é outro pensador que se filia à Educação Libertadora. Produziu sua obra em vários campos: o político e o ideológico, a estratégia militar, o desenvolvimento social, o processo de formação nacional e as relações internacionais.

Inserindo a teoria e a prática do combate libertador numa perspectiva revolucionária de transformação global da sociedade, Amílcar Cabral deixou-nos uma contribuição dinâmica ao aprofundamento dos debates ideológicos que caracterizam o tempo da chamada sociedade do conhecimento, principalmente em *A arma da teoria e A prática Revolucionária*. Também, ao contrário do projeto educativo do EJA, a educação não era neutra, mas eminentemente política.

Amílcar Cabral foi assassinado em 20 de janeiro de 1973 por agentes do colonialismo português com o objetivo de controlar o povo para que não houvesse a revolução. Ao contrário do que supõe os colonizadores, o povo prosseguiu a luta iniciada por Cabral e conquistou sua liberdade em 24 de setembro de 1973. Mostrou que os conhecimentos mais importantes são os que servem para a conservação e a melhoria do indivíduo, da família e da sociedade em geral.

As leituras processadas, as informações colhidas nas respostas aos questionários dadas, por lado, pelos trabalhadores matriculados no EJA e pelos trabalhadores da educação e, por outro lado, pelos Secretários de Educação e pelo representante da ONG que atua no PNJ, apontam a disputa de dois projetos: 1 o de EJA, posto em prática pelos representantes do capital, com aquiescência do Estado, e uma proposta de EJA fundada na educação popular com uma Pedagogia Libertadora.

Ficou esclarecido, também, que o projeto hegemônico é o do capital, os que foram indicados acima, formulados nos salões do governo e que tem no Estado a sua bengala de apoio. Trata-se de um projeto do interesse da classe que impõe a direção política e econômicas às outras classes ou a todas as outras classes sociais. O fim da história e o último homem, como anunciam os escribas do capital, é um silogismo contrário à materialidade histórica das lutas constantes.

As considerações finais querem indicar as dificuldades existentes no lugar onde a pesquisa foi desenvolvida, fora do senso comum, ou seja, como de responsabilidade dos professores e alunos, mas sim da disputa de dois projetos, onde o projeto vencedor impõe aos vencidos as dificuldades de todas as ordens, possíveis e imagináveis, umas já apontadas no corpo da Dissertação, outras que não são mencionadas porque nos deixaria, como diria Machado de Assis, no seu Memorial de Áries, numa posição incômoda: de cócoras com a cabeça entre as pernas, devido a grande vergonha.

A pedagogia do PNJ acentua o valor utilitário da educação. Fala da educação completa do homem para a vida inteira. Em geral, o objetivo dessa educação é adquirir, do modo mais completo possível, os conhecimentos que melhor sirvam para desenvolver a vida intelectual e social em todos os seus aspectos. Os que menos contribuem para esse desenvolvimento podem ser tratados superficialmente. A filosofia representa o conhecimento totalmente unificado de toda a realidade.

Explica o social pelo social, como realidade autônoma. Trata, em especial, dos problemas morais: o papel que desempenham, como se formam e se desenvolvem. Concluiu que a moral começa ao mesmo tempo em que a vinculação com o grupo. Vê a educação como um esforço contínuo para preparar os jovens para a vida em comum. Por isso, é necessário impor a elas maneiras adequadas de ver, sentir e agir, às quais elas não chegariam espontaneamente, senão com a ajuda da FVA.

Para a pedagogia dominante, de cunho durkheimiano, a sociologia determina os fins da educação. A Pedagogia e a Educação não representam mais do que um anexo ou um

apêndice da sociedade e da sociologia; portanto, deveria existir sem autonomia. O objetivo da educação é apenas suscitar e desenvolver no jovem certos números de estados físicos, intelectuais e morais exigidos pela comunidade do PNJ no conjunto e pelo meio espacial a que ele, o jovem, particularmente se destina.

Ao contrário do projeto educativo brasileiro e, por extensão, do PNJ, a contribuição da Pedagogia Libertadora para a educação tem que ser considerada em dois níveis: o do esclarecimento e da compreensão da totalidade social, de que a educação é parte, incluindo as relações de determinação e influência que ela recebe da estrutura econômica, e o específico das discussões de temas e problemas educacionais.

No processo de transformação social, a Educação Libertadora tem uma função especial, desempenha importante papel na construção de uma nova sociedade. A educação pública deve ser eminentemente política. O trabalho do educador deve estar inscrito na luta para derrotar a burguesia. O projeto educativo brasileiro e do PNJ para a modalidade EJA é fundado em uma escola à margem da vida, à margem da política, é falsidade, hipocrisia e simulacro.

Algumas das qualidades da Educação Libertadora é formar o cidadão com um profundo sentimento do dever e da responsabilidade para com os objetivos da sociedade, com um espírito de colaboração, solidariedade e camaradagem, com uma personalidade disciplinada, com grande domínio da vontade e com vistas aos interesses coletivos, com uma sólida formação política, com uma grande capacidade de conhecer os inimigos do povo e capaz de impedir a exploração do homem pelo homem.

Um projeto educativo para a criação de um novo ser não somente é possível, mas também é urgente e necessário. A repressão fascista, que produz sofrimento e melancolia, não pode impedir o prosseguimento da ação política. Essa materialidade histórica exige uma penetração na realidade com a realidade libertadora, construindo um conjunto de princípios originais ultrapassando, na linha de pensamento marxista, as fronteiras até então fixadas por Marx, Engels, Lênin, Gramsci e Freire.

O princípio educacional que mais deve ser prezado por um projeto de Educação Libertadora é o da capacidade dos trabalhadores matriculados nas escolas do Parque Nacional do Jaú que oferecem a modalidade Educação de Jovens e Adultos trabalhar intelectual e manualmente numa organização educacional única ligada, diretamente, às instituições produtivas e culturais. Para minimizar as diferenças devidas à procedência social, essa concepção deve ser posta em prática desde a pré-escola.

A escola do EJA no PNJ deve ser única, estabelecendo-se uma primeira fase com o objetivo de formar uma cultura geral que humanizasse o trabalho intelectual e manual. Na fase seguinte, deve prevalecer a participação do jovem trabalhador, fomentando-se a criatividade, a autodisciplina e a autonomia. Depois deve vir à fase de especialização. Nesse processo torna-se fundamental a ação do educador que deve prepara-se para ser dirigente e intelectual.

O desenvolvimento de um Estado livre se liga, intimamente, ao papel da escola livre: a jovem geração de trabalhadores matriculados nas escolas do Parque Nacional do Jaú, que oferecem a modalidade de Educação de Jovens Adultos, b se educaria na prática da disciplina social, para que a realidade livre se tornasse um fato. Existe uma dependência da escola e o meio social, não existe uma educação ideal, só uma educação de classes.

Trata-se de um confronto entre a escola de Educação de Jovens e Adultos tradicional hegemônica no Brasil e no Parque Nacional do Jaú e a escola proposta nessa Dissertação de Mestrado para ser oferecida a este lugar estudado como estratégia de devolver, sob o modo de saber, o investimento público para a realização do estudo que defende uma escola onde o trabalho tenha posição central como metodologia. Esta é uma opção pela classe trabalhadora, apresentando-a uma renovação do ensino.

“[...] where ignorance is bliss,
this folly to be wise” (Karl Sagan)

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. Porto: Editorial Presença, 1985.
- A. A. Long e SEDLEY, David eds. The Hellenistic philosophers: translation of the principal sources with philosophical commentary (Cambridge University Press), 1987.
- ALLEN, Robert. The World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable development, 1980.
- ANDRÉ, Marli D. A. Etnologia da prática escolar. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.
- BACON, Francis. Novum Organum. São Paulo. Martin Claret. Coleção Obra-Prima de cada Autor, 2004.
- BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuições para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Comportamento, 1996.
- BAETA, Anna Maria et.al.(Orgas.). 2 ed. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.
- BARRETO FILHO, Hênio Trindade. Da Nação ao Planeta Através da Natureza. In: Série Antropologia (nº 222). Brasília: UnB, 1997.
- . Notas para a história de um artefato sócio-cultural: O Parque Nacional do Jaú. In Terra das Gentes. Vol. I, nº1, primeiro semestre de 1999.
- BEZERRA, Aldenice Alves. Neoliberalismo e educação. In: Revista Amazônida. Ano 08. n. 02. jul./dez. 2003 (p.65-72)
- BRASIL, Constituição da República Federal do Brasil. Brasília: 1988.
- BASBAUM, Leôncio. Alienação e Humanismo. 3ª ed. São Paulo, Ed. Símbolo, 1977.
- . Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9.394 de dezembro de 1996. Link.
- . MEC. Lei 5.692/71, Brasília, 1971.
- MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília – DF: 1997.
- . Vamos cuidar do Brasil: Caderno de Debate da III Conferência Nacional do Meio Ambiente, 2008
- CZAPSKI, Silvia. A Implantação da Educação Ambiental no Brasil, edição MEC/Unesco, 1977.
- CARSON, Rachel, Lost Eoods (Boston): Beacon Press, 1998.

CAPRA, Fritjof. As conexões ocultas, Ciência para uma vida sustentável. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo. Editora Cultrix, 2002.

CYRIL, Bailey, Karl Marx on Greek Atomism, Classical Quarterley, vol. 22, números 3 e 4, 1928.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. A questão agrária. Tradução E.A. Malagode, S.Brisolla e J.B.S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COIMBRA, José de A. Aguiar. O outro lado do meio ambiente. Campinas, SP: Millennium, p. 23-25, 2002.

COSTA, Roberto Mário Cunha da. MOBREAL: nascimento, vida, paixão e morte. Rio de Janeiro: Shougun Editora e Arte, 1986.

CRESPI, Franco e FORNARI, Fabrizio. Introdução à sociologia do conhecimento: tradução Antonio Angonese. Bauru, SP: EDUSC. 2000.

Conservation International do Brasil. www.conservation.org.br/noticias. Acesso em 13. 12. 2008, às 15h.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: Princípios e práticas. São Paulo: Editora Gaia, 1992.

----- . Educação Ambiental: Princípios e práticas. Editora Global. 5ª Edição. São Paulo, 1998.

----- . Educação Ambiental: Princípios e Práticas. São Paulo: Editora Gaia. 4ª Edição, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio Rodrigues da. A reforma universitária: a lógica reconstruída. São Paulo: Autores Associados, 1998.

DALAROSA, Adair Ângelo. Globalização, neoliberalismo e a questão da transversalidade. In: José Claudinei Lombardi (Org.). Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais. São Paulo: Autores Associados, 2001. (Coleção Educação Contemporânea).

DESCARTES, René. Discurso sobre o método. 1ª. Edição (Coleção os Pensadores, Volume 15. Descartes). Editora Abril Cultural. 1973

DORST, Jean. Antes que a natureza morra: por uma ecologia política: tradução, Rita Buongermino. Editora Edgard Blücher, São Paulo, 1973.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: As Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi - Organizado pela UNESCO. - Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos renováveis, 1997.

FERREIRA, Aurélio B. H. Novo Aurélio. Dicionário da Língua Portuguesa, 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, N. SC. Tecnologia educacional e gestão da educação: entre a utopia e a realidade. In: Tecnologias em educação: estudos e investigações. Anais do XI Colóquio da AFIRSE, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2001.

FOUCAUT, Michel. Microfísica do Poder. Tradução. Roberto Machado. Rio de Janeiro, 20ª edição, Graal, 1979.

FREITAS, Marcílio de e SILVA, Marilene Corrêa da. Estudos da Amazônia Contemporânea: dimensões da globalização: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2000.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

----- . Cartas à Guiné-Bissau: registro de uma experiência em processo. 4ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

----- . Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

----- . Pedagogia do oprimido. 37 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

----- . Conscientização: teoria e prática da libertação: Paulo Freire por ele mesmo. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIEDRICH, Engels. "Outlines for a Critique of Political Economy", in Karl Marx, The economic and philosophical manuscripts of 1844 (Nova York: International Publishers). 1964.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque materialista histórico na pesquisa educacional. In: Ivani Fazenda (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 2ª ed. São Paulo: Cortez Autores Associados.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado & sociedade. 6. Ed. São Paulo: Moraes, 1986. (Coleção Educação Universitária).

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. A Gênese de um plano de Manejo. O Caso do Parque Nacional do Jaú, Manaus: FVA, 1998.

----- . Rio Negro Basing Program. Manaus. FVA, 1991.

----- . Programa Rio Negro: Plano de trabalho 93/94 para o Parque nacional do Jaú. Uma proposta para o World Wildlife Fund (WWF). Manaus, FVA, 1993.

----- . Proposta para o Fundo Mundial da Natureza-WWF: Projeto Desenvolvimento Comunitário no Parque Nacional do Jaú. Manaus: FVA, 1995.

----- Seminário sobre o Plano de Manejo do Parque nacional do Jaú, realizado no período de 2 e 4 de dezembro de 1996. Manaus: FVA, 1996.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire. Brasília: DF: UNESCO, 1996.

GALLO, Zildo. Ética, sustentabilidade e interdisciplinaridade: balizas para a extensão universitária. Revista Diálogos, v. 9, p. 20, 2008.

GENTILI, Pablo. (Org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. 6ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIMENO, Sacritán, J. Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania, Porto Alegre: Art Méd, 2002.

GRAMSCI, António. A concepção dialética da história. São Paulo: HUCITE, 1978.

GUIMARÃES, Mauro. A Dimensão Ambiental na Educação. 2ª ed. Campinas – São Paulo: Editora Papyrus, 1998. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

IANNI, Octavio. Ditadura e Agricultura. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1986.

IBAMA. Parque Nacional do Jaú: conselho consultivo/ IBAMA, Superintendência Estadual no Amazonas. 2006.

KEYNES, John Maynard. The General Theory of Employment, Interest and Money. Londres: Macmillan Cambrigde Universit Press, for Royal Economic Society in 1936.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos do Método Científico. São Paulo: Atlas, 1991.

LAYRARGUES, Philippe P. Educação para a gestão ambiental: cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: Loureiro, Carlos Frederico B. et al. (orgs.). Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAZZARINI, S. M. Avaliação socioambiental da pesca de subsistência no Rio Uatumã à jusante da barragem da UHE Balbina (Amazonas, Brasil). Dissertação mestrado. UFAM, Manaus, 2003.

LEONARDI, Maria Lúcia A. A educação ambiental como um instrumento de superação de insustentabilidade da sociedade atual. In: Cavalcante, Clovis. Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15. Editora Universidade de Brasília, 1999.

----- Liberada nova parcela do EJA-Fazendo Escola, disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 28 de abril de 2009.

LESSA, Sérgio. Lukács: Direito e Política. In: Maria Orlanda Pinassi (Org.). Lukács e a atualidade do marxismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª Edição, 2002.

Mapa do Analfabetismo no Brasil. (texto publicado em 4 de junho de 2003). Disponível em <http://www.terra.com.br/noticias>. Acesso em 22 de abril de 2009.

MARX, Karl. Early writings (Nova York: Vintage), 1975.

----- O Capital. Vol. 1 (Nova York: Vintage), 1976.

----- O Capital. Vol. 1. Critique of the Gotha Programme (Moscou: Progressso Publishers), 1971.

----- e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. 2ª Edição. São Paulo. Editora Escriba LTDA. 1968.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Traduzido por Isa Tavares – São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Carlos Gomes. Processo de conhecimento. In: Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. MINAYO, Carlos Gomes (org.). São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1999.

OLIVEIRA, Regina e CABAZES, Edgar. Proposta de Desenvolvimento Sustentável Justo e Equitativo para os Moradores do Parque Nacional do Jaú. Manaus: FVA, 1995.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Os Parques Nacionais e Reservas Biológicas do Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1983.

PEDRINI, Alexandre de G. Trajetórias da Educação Ambiental. In: ____ (Org.). Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais e ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Parque Nacional do Jaú. Amazonas. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/unidade/parques/reuc/1022htm>. Acesso em: 10 nov. 2001.

PEDRINI, Alexandre de G. Trajetórias da educação ambiental. In: Alexandre de G. Pedrini (Org.). Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PICOLI, Fiorelo. O capital e a devastação da Amazônia. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Populações tradicionais do PNJ serão indenizadas. Disponível em <http://portalamazonia.globo.com/noticias>. Acesso em 12 de maio de 2008.

Projeto Corredores Ecológicos. Disponível em [...]” <http://khronopedia-je.incubadora.fapesp.br/portal/khronopress/engag/copy-of-bru>. Acesso em 13 de dezembro de 2008.

Programa Nacional de Educação Ambiental ProNEA. Disponível em www.scribd.com.../ProNEA. Acesso em 22 de agosto de 2009.

REBÊLO, George Henrique. Os moradores do Parque Nacional do Jaú (PNJ). Manaus. FVA, 1993.

REIGOTA, Marcos. A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez, 1999.

RICCI, Rudá (199). O perfil do educador para o século XXI: de boi de coice a boi de câmbio. Campinas. UNICAMP/IFCH.

RIO 92. Informe sobre a Conferência do Rio 92. Rio de Janeiro:1992. Silva, Marilene Correa da. Metamorfoses da Amazônia. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

ROCCO, Rogério. (Org.) Legislação Brasileira do Meio Ambiente. Rio de Janeiro. Editora DP& A, 2002.

ROCHA, Ligia Moreira. Unidades de Conservação e Organizações Não-Governamentais em Parceria: Programas de Educação Ambiental. In: Suzana Machado Pádua e Marlene Francisca Tabanez (Orgs.). Educação Ambiental: Caminhos trilhados no Brasil. Brasília, 1997.

RÚDIO, Franz. Iniciação à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SACRISTAN, José Gimeno. Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANFELICE, José Luis. Pós-modernidade, globalização e educação. In: José Claudinei Lombardi (Org.). Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais. São Paulo: Autores Associados, 201. (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Jorge Gregório da. Educação ambiental: leis de texto fora do contexto. In: Alair dos Anjos Silva de Miranda et al. (Orgs.). Educação Ambiental: estudos numa perspectiva para uma sociedade sustentável no município de Manaus. Manaus : EDUA, 2004.

----- . Apontamentos de educação e legislação ambiental: In: Educação, Ciência e Desenvolvimento Social. Ronaldo Marcos de Lima Araújo (Organizador). Belém: EDUFPA, 2006.

SILVA, Marilene Corrêa da. Metamorfose da Amazônia. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SOARES. L. J. G. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

WOLF, Eric. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

TSÉ, Lao. Tao-te-king – O livro que revela Deus. São Paulo: Martin Claret, 2005. Coleção a Obra-Prima de cada autor.

UNESCO/PNUMA. Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Tbilisi (ex-URSS). Paris: Informe Final, 1978.

VADE MECUM JURÍDICO: Código Civil, Código de Processo Civil, Código Penal, Código tributário Nacional, Consolidação das Leis do trabalho, Código de Defesa do Consumidor, Constituição Federal, Código Comercial, Código Eleitoral, Código de Ética e Disciplinas do OAB, Legislação Complementar, Emendas Constitucionais e Súmulas do STF, STJ e TST. São Paulo, Editora Cultura Jurídica. 2006.

whc.unesco.org/em/list/998/documents). Acesso em 23.11.2008.

www.falacrianca.org.br/ambiente_informe_degradação.htm). Acesso em 23/11/2008, às 11:32.

UNESCO/INEP/IEEP. Conferência Internacional de Moscou (URSS). Paris: Informe Final, 1987.

WOLF, Eric. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

www.terra.com.br/notícias. Acesso em 19/08/2009.

Aspecto do desenvolvimento humano no Estado do Amazonas. Disponível em www.seplam.am.gov.br/planejamento/ddr/condensado3/conteúdo. Acesso em 20/06/2009.

ANEXOS

1º RELATÓRIO DE PESQUISA DE CAMPO

Local: Município de Novo Airão (cidade)

Data: 10/07/2008

Parceria de viagem: Fundação Vitória Verde (FVV) , ONG local.

Consultora da ONG: Mariazinha, “técnica de Educação Ambiental”.

Atividade desenvolvida: acompanhamento da oficina de EA, enfocando o turismo de Novo Airão, numa perspectiva transdisciplinar, realizada pela consultora com professores da Escola Municipal Aristóteles Arnoud

Às nove horas, do dia 10 de julho de 2008, fomos convidadas a participar da oficina: Educação Ambiental no Município de Novo Pasto, ministrada pela Sr^a Rosa, consultora da Fundação Vitória Verde, na Escola Municipal Campo Grande, localizada na cidade de Novo Pasto. Os professores, que participaram da oficina, eram do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos. Esta modalidade de ensino é desenvolvida à noite.

Antes de iniciar as atividades, a consultora agradeceu a presença dos professores e apresentou-nos. Depois disso, ela distribuiu os docentes em grupo e entregou-lhes algumas fotos. Estas eram de paisagens turísticas do município.

Em seguida, ela fez declarações sobre a necessidade dos professores desenvolverem atividades com os alunos sobre como preservar os pontos turísticos da cidade e conhecer cada um. Este, a consultora deu mais ênfase devido ao fato da construção da ponte sobre o rio Negro.

Segundo ela, essa construção atrairá mais turistas para conhecer a cidade. Por isso, é fundamental que os alunos saibam falar a respeito dos pontos turísticos do município de Novo Pasto a fim de explicar e mostrar aos visitantes. Além disso, destacou, que atualmente, poucas pessoas na cidade sabem falar desses pontos.

Após essa explanação, ela solicitou aos professores que escrevessem algumas frases enfocando as gravuras que cada grupo recebeu e depois as colocasse em um quadro de pregas que estava montado na lousa.

Os docentes, dessa maneira, fizeram. Então, a consultora fez um debate sobre as frases de cada equipe. Antes de encerrar as atividades, ela deu mais informações a cada docente por alguns minutos e disse que retornaria para outro encontro.

Durante o trabalho, observamos que a maioria dos professores não se manifestou, apenas seguiu a orientação da funcionária da FVV. Os que se manifestaram, apenas, disseram que trabalham a Educação Ambiental na escola mais em datas comemorativas, como o Dia da Água, mas que procurariam desenvolver atividades conforme a orientação da consultora.

Em seguida fomos apresentados à gestora da escola, Sr^a Maria, a qual nos deu informações sobre as dificuldades enfrentadas na Educação de Jovens e Adultos (Noturno). De acordo com o relato da gestora, a maioria dos alunos da EJA apresenta várias dificuldades de aprendizagem, pois, a pesar de todos os esforços dos professores, eles não conseguem ser alfabetizados ou não passam para outras etapas desta modalidade de ensino.

Ela, também, apontou várias dificuldades, entre elas, do número excessivo de evasão da escola. Apontando como causas, desinteresse dos alunos; viagens para outras localidades; gravidez precoce. Em 2006, dos 45 alunos matriculados nesta modalidade de ensino, apenas um aluno chegou até ao final do ano. Contudo, ele não passou porque tinha problemas mentais. Diante desta problemática, na opinião dela, o secretário de Educação do Município, Sr. Francisco Carlos, conhecido como “Chiesco”, não culpa o aluno, mas “através de manifestações indiretas”, o professor.

Também a respeito dessa problemática, ela declarou que esta prejudicaria muito as escolas se fosse revelado o número exato de alunos que não são aprovados na EJA para outro nível de ensino, ou seja, o município receberia menos verbas para a educação. Por isso é necessário, na opinião dela, maquear o número, colocando um maior número de alunos aprovados e menor número de reprovados.

A diretora considera a infra-estrutura da escola onde trabalha excelente e destaca que é a “única” escola que tem merenda escolar à noite. Ela justifica o insucesso escolar dos alunos da EJA como um problema cultural. Na oportunidade, aplicamos questionário à pesquisadora da FVA. Não conseguimos conversar com o secretário porque estava viajando.

2º RELATÓRIO DE PESQUISA DE CAMPO

Viagem para Novo Airão

Data: 19/09/2008

Parceria: FVV

Local: Residência do Secretário Municipal de educação

Nome do Secretário: Sr. Tresco

No início da noite, no dia dezenove de setembro de 2008, às 18h30, ao chegar à cidade de “Novo Pasto”, fomos à casa do Sr. Tresco, Secretário Municipal de Educação. Lá, encontramos o secretário, o qual nos convidou a entrar em sua residência. Iniciando a conversa, apresentamo-nos e ele, sorridente, nos deu algumas informações sobre as Escolas do Paraíso das Águas Negras, do vigilante do paraíso e de alguns problemas vividos por ele. Em relação às escolas (Tambo, São Liso e A Rocha), ele não se lembrou do nome de um dos professores, mas se justificou, enfatizando que tem problema de esquecimento. Ainda disse que os docentes daquelas escolas são contratados pelo município e somente dois trabalham com a Educação de Jovens e Adultos. Na oportunidade, perguntamos se ele já havia visitado as escolas. Então, o Sr. Tresco nos respondeu que não havia visitado-nas porque ele tem um problema patológico (talvez, fobia de viajar de barco). Além disto, mencionou que as escolas estão situadas muito longe da cidade “Novo Pasto”. Segundo ele, durante uma viagem, chegou próximo às escolas, mas não seguiu viagem porque a embarcação, em que ele estava, “foi seguida” por outra embarcação. Os que o acompanhavam, pensaram que era o Vigilante do Paraíso de Águas Negras. Em virtude deste fato, uma moça, começou a correr no piso superior do barco a fim de esconder uma caixa, contudo ela não conseguiu, pois caiu da escada e a caixa também, esta continha um filhote de quelônio. Felizmente, dizendo o secretário, foi só um susto, apesar de a moça ter se machucado. O barco que os seguia era de um morador do Velho Pasto e não do vigilante. Neste instante, o Sr. Tresco repetiu três vezes que a atuação do Vigilante no Paraíso de Águas Negras é uma aberração. Em seguida, o secretário informou que o município está passando por alguns problemas, entre outros, do tráfico de droga, aumento de gravidez precoce e o número significativo de evasão escolar. Sobre aquele assunto, ele disse que, recentemente, o município apareceu na mídia em virtude de um morador encontrar um braço de bebê caído da boca de um urubu. A polícia investigou e encontrou, próximo a uma das praças da cidade, um corpo de bebê enterrado. O aumento do número de alunos que evadem das escolas ocorre, entre outros motivos, por causa da gravidez precoce e dos pais que viajam para outras localidades, levando os filhos. Depois destas

informações, o secretário aceitou responder nosso questionário, mediante isto, deixamo-lo assistir ao telejornal e à telenovela. Assim, depois de duas horas, retornamos à casa e ele nos entregou o documento.

3º Relatório de Pesquisa de Campo

Viagem para o Parque Nacional do Jaú

Data: de 17 a 21/07/2008

Parceria: Vigilante do Parque

Local: PNJ (1º contato)

Participação da Reunião do Conselho Consultivo e diálogo com o Presidente da Comunidade:

Sr. Abelha (Seringalzinho)

Escola Municipal Girassol

Aceitando o convite para participar da Reunião do Conselho Consultivo do PNJ nos dias 19 e 20 de julho de 2008, feito por uma das coordenadoras do evento (funcionária do IBAMA), partimos da cidade de Manaus no dia 17.

Às 16h do dia 17 de julho, chegamos à Comunidade Girassol, local onde ficou ancorado o Barco Lady Jóia, alugado pelo patrocinador do evento (gestor do parque) para transportar a maioria dos participantes. Subimos uma ribanceira, de aproximadamente quatro metros, e mantive o primeiro contato com os moradores do parque.

Apresentamo-nos e eles se mostraram atenciosos e convidaram-nos para sentar em baixo de algumas árvores e desculparam-se por não poderem nos oferecer algo para comer, porque o almoço ainda não estava pronto. A refeição estava cozinhando em uma panela pequena sobre uma fogueira improvisada.

Então algumas senhoras mencionaram que eram da comunidade do Tambo, a comunidade mais distante do PNJ. Elas viajaram um dia e meio para chegar à comunidade Girassol para participarem da reunião do Conselho. O esposo, de uma delas, estava representando o presidente da comunidade.

Depois dessa conversa, uma moradora da comunidade Girassol perguntou-nos se tínhamos remédio para dor de cabeça, então dissemos que sim. Porém, um dos funcionários da Fundação Vitória Verde interpelou-nos e declarou que não era recomendável dar o medicamento à Senhora, pois poderia ser malária.

Então, perguntamos àquela Senhora, se ela havia feito algum exame. Ela nos disse que não, porque fazia duas semanas que o “agente de saúde” não passava na comunidade dela, devido à falta de combustível.

Por precaução, resolvemos não dar o remédio à Senhora. Os demais moradores presentes convidaram-nos para conhecer o campo de futebol, onde seria realizado o jogo, após a reunião do Conselho. Quando chegamos ao local, encontramos o presidente da Comunidade Girassol e alguns de seus filhos retirando capim da área do campo com as mãos.

Ao ver-nos, o presidente levantou-se e cumprimentou-nos. Depois de alguns minutos, ele nos convidou para tomarmos café na casa dele. Neste local, tive oportunidade de conversar com alguns alunos da Educação de Jovens e Adultos da Comunidade do Tambo.

No dia seguinte, ocorreu, na Escola da Comunidade do Girassol, a 7ª Reunião do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Jaú. Neste evento reuniram-se representantes: das comunidades do Parque, do Poder Público Estadual e dos municípios de Novo Airão (delegado) e Barcelos (dois vereadores), das Organizações não-Governamentais, da sociedade civil (empresários do turismo, entre outros), pesquisadores e os membros do órgão gestor, o IBAMA e da Fundação Chico Mendes.

O chefe do IBAMA (gestor do Parque) iniciou o evento cumprimentando os presentes e anunciando a pauta para os dois dias da reunião: 1º dia: Credenciamento e apresentações; Leitura, correções da última ata; Instituições ausentes, justificativas, renovação do conselho;

Indicação de novos conselheiros; Apresentação da avaliação do 1º mandato (gestão); Intervalo; Apresentação da FVA, Termo de Cooperação; Almoço; Revisão do Plano de Manejo (Metodologia); Proposta de Zoneamento do PNJ; Informes; Intervalo; Lançamento do Cd “Gilberto do Jaú”.

No 2º dia: Apresentação de pesquisas do Sistema da Autorização e Informação em Biodiversidade (SIMBIO) feitas no Parque (ariranhas: pesquisadora do IMPA; quelônios: do IMPA; pássaros: FVA); Intervalo; Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro (IPÊ: ONG); Informes gerais, encaminhamento; Exposição do Projeto: Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Campesinas do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental (nossa autoria) para ser avaliado pelos participantes; Intervalo.

Um dos fatos expostos pelo gestor da UC, no 1º dia, foi relacionar as instituições cujos representantes (conselheiros) estavam ausentes no evento e informar que eles, em virtude daquela ausência e de outras, tinham sido excluídas do Conselho Consultivo. Foram eles, a Comunidade Democracia, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (INPA) e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). Caso os representantes queiram retornar, somente a partir de dois anos.

Depois dessas exclusões, dois novos conselheiros, representantes indígenas, foram apresentados para fazer parte do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Jaú. Eles foram aceitos e logo o gestor afirmou que o objetivo dos conselheiros é ajudar a gestão do Parque.

Também, nesse dia, no momento em que a Fundação Vitória Amazônica estava realizando a exposição do que vem realizando no Parque, o presidente da comunidade de São Félix interrompeu o discurso do apresentador e exclamou, de maneira indignada (pouco alcoolizado), que a FVA não conhece o que realmente contém o PNJ, mas somente quem mora nele. Além disso, o presidente disse que, depois que a FVA e o IBAMA assumiram a direção do Parque, a vida dos moradores piorou. Logo, aquele foi interrompido por uma funcionária do IBAMA, a qual o pediu que deixasse o representante da ONG falar.

Mas depois, de outras interpelações do presidente do São Félix, o Gestor do IBAMA pediu que aquele se retirasse. Antes de sua retirada, o Sr. gritou que queria ver a professora (eu) falasse sobre seu projeto, pois o Jaú precisava de Educação para as crianças e os adultos. (Esse episódio tem que constar no texto da Dissertação)

Durante as realizações das atividades da reunião, um empresário do turismo, geralmente, procurava argumentar sobre as possibilidades de construir uma espécie de “hotel de selva” na Comunidade Girassol para receber os turistas que, freqüentemente, visitam o Parque e não têm onde ficar. Isso atrairia mais turistas para o Parque. Apesar de ser autorizada a visita de turistas no Parque, o gestor falou-lhe que, ainda, não é possível a construção desse tipo de espaço para turistas.

Chamando a atenção dos comunitários, o gestor do PNJ, informou que os moradores podem consumir os alimentos da floresta e dos rios, mas não podem transportá-los para fora da Unidade de Conservação. O consumo é viável porque os moradores não foram indenizados pelo Poder Público e que existe, tramitando na justiça, um processo para indenização dos moradores e ex moradores da UC.

Outra chamada de atenção dos moradores foi o fato de que eles não podem se ausentar do PNJ por dois meses. Se isso ocorrer, os moradores perdem o direito de moradia na reserva de proteção integral do Baixo Rio Negro.

Além disso, foi mostrado aos presentes os valores gastos no PNJ, retirados do montante de R\$ 227.000,00: Proteção e Manejo R\$ 33.110,00; Instalações com o entorno e participação comunitária R\$ 43.000,00; Plano de Manejo R\$ 20.000,00; Consolidação territorial R\$ 22.000,00; operacionalização R\$ 108.869,88. Gastos totalizados em R\$ 226.979,88.

Após a exposição desses valores, o gestor do Parque mencionou que a instituição que ele representa está tendo dificuldades em realizar a vigilância na UC, uma vez que contém pouquíssimos agentes, por isso, ele estabeleceu parceria com vigilantes de outra instituição (nível estadual).

Depois desse informe, apresentamos nosso projeto, o qual foi aprovado pelos participantes do evento e considerado de grande relevância para os moradores. Dessa maneira, estávamos autorizados a realizar nossa pesquisa de campo. Nesse ínterim, o gestor do IBAMA sugeriu que doasse livros para a criação da Biblioteca Comunitária do Jaú. Diante dessa sugestão, comprometemo-nos em ajudar.

Essa solicitação foi reiterada pelo presidente da Comunidade Girassol, o qual fez reclamações aos presentes. Entre elas, declarou que a comunidade está desamparada e praticamente abandonada, pois a merenda escolar recebida não é suficiente para o mês todo; que a escola ainda não tinha identificação por falta de recursos; as pessoas que ficam doentes de malária, geralmente, não realizam lâmina por falta de combustível para transportar o agente de saúde; para construir a escola teve que retirar parte da madeira de sua casa; alguns alunos da EJA faltam porque não tem combustível para transportá-los até a escola e que o professor fica muitos dias sem ministrar aulas porque precisa viajar para Barcelos a fim de receber o pagamento.

Antes de encerrar a reunião, o gestor pediu a todos que avaliassem o evento. A avaliação consistiu em marcar um sinal em umas “caretas” (zangada, pouco sorridente, alegre). Estas correspondiam aos adjetivos: ruim, boa, ótima. Depois que cada um marcou em uma das “caretas”, o gestor atribuiu percentuais de acordo com o número de cada “caveta” e registrou em um livro.

Depois de terminada a reunião, procuramos o Sr. Abelha, presidente da comunidade local, o qual nos deu novamente atenção e mostrou as dependências da instituição e fez relatos sobre o professor Foguete, o Secretário de Educação Municipal apresentou-nos alguns alunos da “Educação de Jovens e Adultos” (EJA).

A escola tem dois compartimentos: um compreende a sala de aula, onde estudam alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, isto é, da 1ª à 4ª séries, no turno matutino e alunos (11) da EJA, no turno Vespertino; o outro funciona não só como “depósito de livros e cadernos de alunos, como também serve de quarto para o professor Foguete. Apesar deste professor residir na escola, fazia 17 dias que ele não ministrava aula porque tinha viajado.

O Sr. Abelha falou que o professor Foguete, embora trabalhe em dois horários (manhã e tarde), só recebe pagamento por um. Além disto, o professor faz o cardápio da merenda escolar e usa os livros didáticos das disciplinas que compõem os assuntos de 1ª à 4ª série. Não existe livro didático para se trabalhar a EJA. Os alunos desta modalidade de ensino usam somente caderno.

O assunto para se trabalhar com eles, o professor Foguete elabora. Na lousa da escola estava escrito o conteúdo da última aula ministrada pelo professor, as vogais, no mês de julho, ou seja, no segundo semestre de 2008. O presidente da Comunidade Girassol apresentou três alunas da EJA, uma delas era filha dele. Aquela recebeu um questionário e respondeu as questões com o auxílio do pai. O auxílio ocorreu porque a jovem ainda não sabia ler, apenas “escrever”.

O pai da adolescente declarou que, para construir a escola, recebeu apenas a metade da madeira do prefeito, a outra, ele retirou da própria casa e as demais foram doadas por outros moradores, como declarou na reunião. Além disso, ele enfatizou que o Secretário de Educação Municipal nunca havia aparecido na escola e que esta não tem diretor nem pedagoga. O Sr. Abelha era presidente da Comunidade Girassol há um ano e dois meses.

Após essa conversa, o presidente da comunidade apresentou-nos alguns representantes de outras comunidades, entre elas, as do rio Unini e alunos da escola. Conseguimos aplicar

questionários para alguns "alunos" da EJA das Comunidades, Tambo e Girassol. Não conseguimos falar com nenhum professor porque eles não participaram da reunião.

Antes de partimos para Manaus, ainda na comunidade, chegaram alguns turistas. Imediatamente, aquele empresário, que se manifestou várias vezes na reunião, recebeu-os e mostrou a comunidade e pediu para duas ribeirinhas acompanhá-los. Estas, timidamente aceitaram.

Então os turistas tiraram fotos, fizeram filmagens e perguntas aos moradores do Parque. Após a saída dos turistas, o empresário, sentou ao nosso lado e fez reclamações das senhoras que acompanharam os turistas, dizendo que elas eram despreparadas para essa situação, que não sabiam falar direito e usavam roupas inadequadas.

4º RELATÓRIO DE PESQUISA DE CAMPO

Viagem para o Parque Nacional do Jaú

Data: 17/10/2008

Pesquisa realizada com o professor da EJA da Comunidade do Tambo

Nossa viagem iniciou-se às treze horas e quarenta e cinco minutos, do dia quinze de outubro de dois mil e oito. Saímos da Fundação Vitória Verde em um micro ônibus, embaixo de uma intensa chuva, a qual nos fez tomar banho não planejado. Chegamos à Marina do Gavião às quinze horas, esperamos a chuva ficar mais branda e depois entramos em uma voadeira⁵³ para chegar ao Barco Caipé, que nos conduziu ao Parque das Águas Negras.

Antes de chegar a esse lugar, paramos no Município de Novo Pasto. Neste local, entrou, na embarcação, o chefe da Fundação Vitória Verde e um pesquisador. Na ocasião, conversamos com o chefe, o qual nos cumprimentou e falou-nos de alguns problemas que ele teve que resolver no parque. Entre eles, o fato do ex professor da Escola Municipal do Tambo.

Esse e sua família tiveram que ser conduzidos, às pressas ao Município do Novo Pasto, pois o referido professor corria o risco de ser assassinado pelos comunitários da comunidade. O motivo ocorreu porque o professor engravidou uma aluna de treze anos e alegava nesta localidade que era solteiro, mas, na realidade, era casado. O fato, do professor ser casado, foi esclarecido, depois que a esposa e o filho do professor chegaram à comunidade a fim de viverem mais tempo com o “mestre”.

Outra situação comentada por um funcionário da Fundação, foi o fato do Vigilante do Parque, na comemoração dos vinte anos deste, não ter convidado os responsáveis da Fundação a participar do evento nem ter mencionado, em nenhum cartaz ou folder, o slogan dela. Por isto, ele mencionou que era um absurdo, pois a fundação é responsável pelo Plano de Manejo⁵⁴ da referida Unidade desde 1998.

Além disso, desabafou que, depois da reforma da Base do Vigilante, que fica na Boca do Parque, foi retirado o slogan da Fundação. Após esses diálogos, às vinte e três horas, o barco parou próximo à reserva indígena, onde dormimos. Esta parada foi uma precaução do piloto do barco, porque, nesse período, as águas do rio baixam, ficando a viagem perigosa.

Depois de dois dias de viagem, às oito horas do dia dezessete de outubro de dois mil e oito, chegamos ao início do Rio das Águas Pretas, onde está localizada a Base de Vigilância do Parque, lá nos identificamos e assinamos nossos nomes, registrando nosso passaporte. Ao

⁵³ Voadeira. Pequena embarcação feita de madeira, coberta de palha, lona ou alumínio. Impulsionada por um motor na parte de traz.

⁵⁴ Plano de Manejo. Relativo às atividades que podem ser realizadas. Ele deve ser elaborado pelo órgão gestor.

conversar com um vigilante, perguntamos sobre o professor da Escola Municipal Girassol, aquele nos respondeu que ele havia baixado o rio há três dias.

Além disso, o vigilante nos informou que o número de apreensão de embarcações, com diferentes espécies do parque, aumentou. Entre uma delas, uma canoa pequena contendo oito mil ovos de quelônios, três quilos e meio de pirarucu e peixes ornamentais. Seguindo viagem, em uma voadeira, embaixo de uma forte chuva, próximo à Base Taaracá, no Rio das Águas Pretas, tivemos uma excelente surpresa, encontramos, em um batelão⁵⁵, o professor da Comunidade do Tambo. Ficamos felizes, porque economizamos seis dias de nossa viagem.

Ao conversar com o professor, convidamo-lo a participar de nossa pesquisa e ele aceitou. Ele entrou em uma canoa⁵⁶ a fim de facilitar o diálogo. Durante a conversa, em frente à Base Taaracá, o professor nos deu algumas informações sobre a escola. Entre elas, mencionou que a escola, construída de madeira, foi reformada recentemente, por isto ela está sem a placa de identificação, contém 18 alunos na turma de Educação de Jovens e Adultos, mas que, no início do ano, foram matriculados vinte e sete.

Para essa situação, declarou que o número de evasão se justifica porque os alunos, inseridos neste contexto, abandonaram a escola, entre outros, devido ao excesso de cansaço, trabalharem muito e não terem disposição para estudar e outros por preferirem ficar à frente da televisão, assistindo às novelas, as quais são transmitidas no horário da aula.

Diante desse fato, o professor do Tambo enfatizou a necessidade de tirar a televisão da comunidade porque ela contribui para evasão escolar. Além destas informações, acrescentou que a escola não tem gestor, pedagogo nem foi visitada pelo Secretário de Educação Municipal. Depois destes relatos, o professor respondeu nosso questionário e doamos-lhe livros didáticos, conforme tínhamos combinado na reunião do Conselho Consultivo.

Despedimo-nos do professor e retornamos à Base Taaracá. Depois de alguns minutos, um funcionário da Fundação Vitória Verde chegou e chamou alguns moradores do Parque. Para cada um deu funções. Entre elas, conduzir seus pesquisadores para algumas comunidades, como a Tombo (a mais distante do Parque), abrir picadas na mata a fim de que uma pesquisadora e seu acompanhante fossem tirar fotografias de mamíferos, indicação de lugares para capturar borboletas e passarinhos, manobrar canoas e fazer limpeza da Base.

No dia seguinte, um dos moradores, que recebeu designação de atividade, saiu com dois pesquisadores às 5h e retornou com eles às 18h30. Na manhã do outro dia, o funcionário da

⁵⁵. Batelão. Diferencia-se da voadeira por ser maior. Em geral não possui cobertura e nem propulsão à máquina. É rebocado, via de regra, por outra embarcação que possui motor.

⁵⁶. Canoa. Trata-se de um meio de transporte, em geral de pequeno porte. Não possui cobertura. Na maioria das vezes é movida à remo, embora algumas vezes por motor de 15 HPs.

FVV apareceu na Base para fazer pagamento pelo dia trabalhado dos moradores “contratados”. Aquele, que saiu às cinco horas da madrugada, recebeu, como pagamento pelo serviço realizado R\$ 30,00 e outro que trabalhou das 06h às 16h, abrindo picadas na mata, R\$ 20,00.

Data: 17/10/2008

Colaborador: FVA

Pesquisa realizada com o professor da EJA da Comunidade Girassol

No início da tarde, do dia dezessete de outubro de dois mil e oito, entramos em uma voadeira para nos locomovermos até a Escola Municipal Girassol a fim de falar com o professor Foguete. Depois de meia hora de viagem, subimos uma escada, de aproximadamente uns oito metros, para chegar à residência do professor. Essa medida expressiva se justifica devido ao nível de água do rio ter baixado.

A recepção foi feita pela vice-presidente da comunidade, a qual nos informou que o professor estava doente depois de comer ovos de quelônio, espécie abundante nesse período no parque. Então ficamos aguardando o “mestre” melhorar para falarmos com ele.

Após uma hora de espera, o professor nos recebeu dentro de sua casa e informou-nos que a escola continha, no início do ano, vinte e dois alunos, hoje, apenas, dezessete, sendo onze da Educação de Jovens e Adultos. Há um mês, esta turma estudava à tarde. O professor transferiu-os para o turno matutino, porque ele não recebia por trabalhar naquele turno. Dessa maneira, ele passou a lecionar, em um único turno, as séries iniciais do ensino Fundamental e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Além disso, mencionou que é professor contratado pela Secretaria Municipal de Educação, recebendo o pagamento mensal onde está localizada a referida secretaria. Quando o professor Foguete vai receber seu pagamento, ele passa de uma a duas semanas ausente da escola. Isto significa que as crianças, os jovens e os adultos ficam sem ter aulas.

Ao falar sobre o processo de avaliação feito com os alunos da EJA, disse que preenche uma folha, que não soube dizer o nome, e leva-a, no final do ano, à Secretaria Municipal. Lá, ele e outras pessoas do local decidem quem vai ser promovido para outro ciclo ou não. Após todas essas informações, o professor Foguete falou que a escola não tem gestor, pedagogo nem os alunos da EJA (1º ciclo) possuem livro didático. Aproveitando a momento, doamos ao professor livros didáticos.

Após essas informações, ele respondeu nosso questionário. Durante o nosso retorno à Base Taaracá, vieram falar conosco um pai e uma mãe de alunos do professor acima. O primeiro, pai de doze alunos da escola, nos falou que, na maioria dos meses deste ano, o professor Foguete trabalha quatorze dias em cada um. A segunda revelou que seus filhos estudam com o professor, da modalidade EJA, desde o início do ano, e, até o presente momento, não sabem escrever corretamente o nome deles nem lê.

Depois dos relatos desses pais, chegamos à Base. À noite foi um pouco agitada, pois fomos surpreendidos por uma cobra no banheiro e um ninho de filhotes de sabiá na janela. As espécies foram retiradas e colocadas na floresta por alguns pesquisadores. Ao amanhecer, tomamos um gostoso café e, às sete e meia da manhã, chegou uma rabeta⁵⁷ para conduzir alguns alunos, que moravam próximos de onde estávamos, à Escola Girassol.

Às dez horas e quinze minutos, a rabeta retornou, transportando os alunos. Então ficamos observando o número de horas reduzidas que os alunos ficam na escola que o professor Foguete trabalha.

Data: 19/10/2008

Pesquisa realizada com o professor da EJA da Comunidade Putuia (Patauá)

Às sete horas, do dia dezenove de outubro de dois mil e oito, entramos em uma voadeira, conduzida por um morador do parque, para chegar à Comunidade do Putuia a fim de encontrarmos a professora da Educação de Jovens e Adultos. Durante a viagem, tivemos alguns obstáculos.

Entre eles, a travessia da cachoeira. Para atravessá-la, tivemos que sair da voadeira, às margens do rio, para ser empurrada pelo morador que nos conduzia e dois pesquisadores da

⁵⁷. Rabeta. Semelhante à voadeira. Diferencia-se, apenas, pelo tamanho mais alongado do motor.

Fundação Vitória Verde. O morador machucou o pé e os pesquisadores caíram várias vezes em alguns buracos.

Depois de quarenta minutos, entramos na embarcação e continuamos nossa viagem por mais duas horas. Ao chegarmos à comunidade, apresentamo-nos à professora e ela nos convidou para entrarmos na casa de sua família. Após as apresentações, a professora esclareceu-nos que está na comunidade há três meses e este é o tempo em que ela ensina os alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental e da EJA.

Em relação ao número de alunos desta modalidade, informou que só tem três, os quais não sabem ler nem escrever, apenas desenhar o primeiro nome. Diante desta realidade, ela teve que iniciar as aulas usando atividades de coordenação motora. Além disso, desabafou, entre outros assuntos, que a professora, a qual ela substituiu, não deixou os livros didáticos nem anotações sobre os alunos.

Então ela recorreu aos alunos para obter informações ou livros didáticos. Através dessa medida, ela descobriu que os alunos da EJA não tinham livros para estudar. Isso dificultou muito o trabalho em sala de aula. Para resolver o problema, viajou, durante três dias, para o Município Peixe Dourado a fim de solicitar ajuda da secretária, esta lhe pediu para aguardar, mas, até o dia desta conversa, a situação continuava.

Diante desse fato, a professora disse que a Prefeitura do Município não dá condições para o professor trabalhar, combustível para transportar os alunos que moram distante da escola e, ainda, diminuiu a quantidade de merenda escolar. Além disso, informou que a secretária nunca visitou a escola.

Apesar de todos os problemas mencionados, a professora declarou que os alunos têm muita vontade de aprender. Depois dos esclarecimentos, informou que só possui o Ensino Médio e os professores graduandos ou graduados do Município não querem trabalhar no interior. Após estas informações, a educadora respondeu nosso questionário e doamo-lhe livros didáticos.

Entramos na canoa a fim de retornarmos à Base Taaracá. Depois de 3 horas de viagem, chegamos àquele local. Às 11 horas, chegaram à Base: dois policiais militares armados e um fiscal, membro da vigilância do Parque. Eles entraram sem pedir licença ou dizer bom dia.

Nesse momento, alguns moradores, que se encontravam na Base, ficaram intimidados com a presença daqueles. Fato que provocou a retirada daquelas pessoas. Enquanto isso, um dos policiais perguntou-nos o que nós estávamos fazendo. Então, respondemos que estávamos realizando pesquisa e apresentamo-lo nossa autorização.

O policial indagou se a nossa pesquisa era com animais silvestres ou com a fauna do Parque. Informamos a ele que era com os moradores de três comunidades. Depois disso, ele perguntou se nós tínhamos visto alguma caça ou bicho de casco preso. Dissemos que não.

Após as indagações, eles vistoriaram a casa e depois se retiraram. Logo, alguns moradores retornaram e um deles, indignado, desabafou que era uma desgraça viver dessa maneira no Parque, somos vistos como suspeitos ou ladrões. Por isso, ele pegou um documento, que tratava da exclusão dele e de sua família do Parque e mostrou-nos.

Disse-nos que foi pressionado a assinar o documento, como não sabia escrever o nome, carimbou com o polegar. Isso ocorreu porque o chefe da vigilância do Parque não queria que a casa dele permanecesse construída na comunidade em que ele morava, próximo à cachoeira.

Ele ficou desesperado porque não tinha parentes nos municípios limítrofes que pudessem abrigá-lo. Então fez várias apelações ao vigilante, entre elas, o fato de seus dois filhos estudarem na comunidade. Mediante esta apelação, aquele chefe deu um prazo para ele e sua família permanecerem no Parque.

5º RELATÓRIO DE PESQUISA DE CAMPO

Viagem para o Município Peixe Dourado - Barcelos

Sujeito da Pesquisa: Secretária Municipal de Educação

Data: 28/11/2008

Iniciamos nossa viagem ao Município Peixe Dourado, às 17:30h, saindo da Beira Oca, no dia vinte e sete de novembro de 2008, a fim de realizarmos pesquisa com a Secretária de Educação. Às 6h do dia vinte e nove de novembro, chegamos à cidade, hospedamo-nos em um hotel e aguardamos mais algumas horas para mantermos contato com a secretária. Passadas duas horas, ligamos para secretária e ela nos disse que nos encontraria às 11h. Pontualmente, a secretária nos encontrou na hora marcada, cumprimentou-nos e mostramos nossos documentos. A partir disso, ela preencheu nosso questionário e forneceu-nos algumas informações sobre as Escolas Girassol e Tapuia (ambas do Parque das Águas Negras), o professor Fumaça, a professora Mariazinha, o Vigilante do Parque e a Fundação Vitória Verde (FVV). Segundo ela, a Escola Putuia estava desativada há um ano. No início deste ano, aquela escola foi reativada. O motivo, pelo qual a escola ficou desativada, foi por causa da falta de professor e recurso financeiro para mantê-la funcionando. A Escola Girassol não teve o mesmo problema da anterior, mas, há um mês, não recebe merenda escolar nem combustível para transportar os alunos. O professor daquela escola é contratado, possui, apenas, o Ensino Médio e não tem experiência para ensinar os alunos de 1ª à 4ª séries e Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Esta é a razão, desabafou a secretária, pela qual o professor não tem êxito em sala de aula. Por outro lado, a professora da Escola Tapuia tem experiência na EJA, mas não tem título de graduação. Ela disse, também, que os professores graduados não querem trabalhar no interior e o índice de evasão das escolas é elevado. A professora da escola tapuia é prima do professor da Girassol e está trabalhando três meses naquela escola. A professora substituiu outra que abandonou a escola no início do ano. Ambos professores receberam livros didáticos para trabalharem com os alunos da EJA (livro do professor e aluno). Nesse momento, perguntamos sobre a origem dos livros, ela respondeu que são do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC) e Fundação Vitória Verde (FVV). A respeito dos que foram enviados às Escolas do Parque, ela achava que tinha sido do MEC, do Vigilante do Parque ou da FVV. Ela ficou pensando, mas definiu exatamente. Ainda, sobre o material didático, ela nos contou que deu liberdade para o professor da escola Girassol construir uma cartilha de Alfabetização, porém ele não conseguiu. A respeito dos alunos, informou-nos que, a maioria,

não têm documento. Entre estes, certidão de nascimento. Questionada sobre a faixa etária dos alunos da EJA, ela declarou que não estabeleceu idade mínima ou máxima para quem deve ser matriculado. O importante é que todos, isto é, os que querem aprender a ler e escrever, participem das aulas, como é o caso de dois agentes de saúde, os quais estudam com crianças. Em outras palavras, os professores ensinam crianças, adolescentes e adultos em um mesmo tempo. De acordo com a secretária, a presença, em sala de aula, de criança, jovem e adulto tem dado certo, pois todos estão no mesmo nível de conhecimento. Também, disse que são os professores ou comunitários, quando vão à cidade, que levam a merenda escolar e o combustível às Escolas do Parque. De acordo, ainda, com as informações da secretária, o Vigilante do Parque não interfere no ensino nas escolas, ele as ajuda com transporte. A Fundação Vitória Verde contribui com as escolas, através da realização de cursos, principalmente relativos à artesanato. Além disso, aquela fundação produziu um livro sobre o Parque. Quando a FVV pretende realizar atividades nas escolas, que pertencem ao município, pede autorização. Declarou, ainda, que nunca visitou as Escolas Girassol e Putuia. Um supervisor, que ela não revelou o nome, visitou, aquelas instituições de ensino, uma vez. A respeito da avaliação dos alunos da EJA, esclareceu que os professores levam as notas dos alunos à Secretaria de Educação do Município e, a partir delas, são feitos os boletins. O 1º e o 2º bimestres, o aluno poderá obter, no máximo vinte pontos e, no mínimo, 11. O 3º e 4º bimestres, o aluno poderá obter, no máximo, trinta pontos e, no mínimo, 17. Depois de todos esses esclarecimentos, solicitamos à secretária que listasse os pontos positivos e negativos a respeito das duas escolas. Ela informou que os positivos refletem: o retorno dos alunos à sala de aula da Escola Tapuia, após a reativação e a permanência do professor Foguete na Escola Girassol. Os negativos configuram-se: por ela não ter visitado aquelas escolas; não ter dado assistências aos alunos e aos professores porque o prefeito, do município Peixe Dourado, preocupou-se em investir as verbas nele, deixando outras à mercê, como as escolas. Apesar disso, ela espera, ainda, como mencionou, ao lado daquele prefeito, continuar sendo a Secretária de Educação do Município Peixe Dourado, uma vez que eles entraram com recurso na justiça contra o prefeito eleito na última eleição, a fim de manterem-se na administração.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM



PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0142.0.115.000-08, intitulado: **“Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas Dialógicas para uma Educação Ambiental”**, tendo como Pesquisadora Responsável Eunice Maciel Soeiro.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 09 de julho de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFAM

.....
Prof^ª Dr^ª Maria Rosa Lozano Borrás
Coordenadora



Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

| | | |
|--|-----------------------------------|------------------------------|
| Número: 15736-1 | Data da Emissão: 04/05/2008 13:36 | Data de Validade: 04/05/2009 |
| Dados do titular | | |
| Registro no Ibama: 2671374 | Nome: Eunice Maciel Soeiro | CPF: 319.769.132-68 |
| Título do Projeto: Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para Educação Ambiental | | |
| Nome da Instituição : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - FUA | | CNPJ: 04.378.626/0001-97 |

Observações, ressalvas e condicionantes

| | |
|---|--|
| 1 | A participação de pesquisador(a) estrangeiro(a) nas atividades previstas nesta autorização depende de autorização expedida pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (CNPq/MCT). |
| 2 | Esta autorização não exime o titular e a sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade. |
| 3 | Esta autorização não poderá ser utilizada para fins comerciais, industriais, esportivos ou para realização de atividades inerentes ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior. |
| 4 | O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ. |
| 5 | Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico. |
| 6 | Em caso de pesquisa em Unidade de Conservação Federal, o pesquisador titular deverá contactar a administração dessa unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade. |

Locais onde as atividades de campo serão executadas

| # | Município | UF | Descrição do local | Tipo |
|---|------------|----|------------------------|------------|
| 1 | NOVO AIRAO | AM | PARQUE NACIONAL DO JAU | UC Federal |

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa Ibama nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Ibama/Sisbio na internet (www.ibama.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 38489936



Página 1/2

| | | | |
|--|--|---|--|
|  <p>O que você quer?</p> <ul style="list-style-type: none"> A1200 Sony Iphone Mp4 |  <p>Cel. Motorola A1200/A1200i Pr... R\$619.00</p> |  <p>Camera Digital Sony Dsc-W90 8... R\$708.99</p> |  <p>Iphone Frete (100%...) R\$1,69</p> |
|--|--|---|--|

Windows Live™

[Início](#)
[Internet](#)
[Spaces](#)
[OneCare](#)
[MSN](#)

eunice_soeiro@h...

| | |
|--|---|
| <p>de Entrada</p> <p>Elétrônico</p> <p>inhos</p> <p>dos</p> <p>idos</p> <p>agens ...</p> <p>pastas</p> | <p>Novo(a) Responder Responder a todos Encaminhar Excluir</p> <p>Lixo Eletrônico Mover para <input type="button" value="..."/> Opções <input type="button" value="?"/></p> |
| <p>tos</p> <p>diário</p> <p>CA DE tmil</p> | <p>Conversa com Eunice - Mestranda em Educacao</p> <p>De: Leokeline Queiroz da Silva (leokeline@fva.org.br) Enviada: sexta-feira, 7 de março de 2008 15:21:32 Responder-Para: leokeline@fva.org.br Para: daniela@fva.org.br Cc: eunice soeiro (eunice_soeiro@hotmail.com)</p> <p>Olá, Dani,</p> <p>Como havia conversado com você anteriormente, quero te apresentar a Eunice que é mestranda em Educação e quer fazer a sua pesquisa no PNJ. Bem, como estarei ausente da FVA, seria interessante você marcar um dia e horário com ela para falar do projeto, se possível junto com o orientador dela, e falar um pouco da contrapartida dela e do nosso apoio ao trabalho dela, através das expedições para o PNJ. Já falei um pouco, mas como vc vai está tomando a frente, é bom vc ter uma conversa pessoalmente.</p> <p>Após essa conversa, encaminharemos o projeto da Eunice para a Coordenação Executiva e informaremos a todos da FVA sobre o apoio que daremos a mesma. Eunice vai nos informar os dados (nome completo, CPF, RG, data de expedição e órgão expedidor, endereço e contato).</p> <p>É isso. Qualquer dúvida, Dani, pode entrar em contato comigo.</p> <p>Beijos!!!</p> <p>Leokeline Queiroz da Silva Programa de Educação Fundação Vitória Amazônica - FVA Rua Estrela D'Alva, nº 146, Lot. Parque Morada do Sol, Aleixo</p> <p>CEP: 69060-093 Manaus/AM Tel. (92) 3642-4559/7866</p> |

Fax. (92) 3236.3257

--

Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e acredita-se estar livre de perigo.

--

Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e acredita-se estar livre de perigo.

examinar sua caixa de entrada ainda mais rápido? Experimente a versão completa do Windows Live grátis, também.)

Microsoft | Privacidade | Legal

Central de Ajuda | Conta | Comentários

Re: FW: contribuição ao projeto

De:  **rosicleide soares** (rosicleidesoares@gmail.com)

Enviada:terça-feira, 8 de julho de 2008 20:31:35

Para: eunice soeiro (eunice_soeiro@hotmail.com)

então Eunice, agora q vi este outro e-mail. Na oficina, aepans um colégio confirmou até agora. estaremos construindo roteiros pedagógicos junto com os professores, será algo mais voltado ao planejamento pedagógico de cada disciplina, acredito q durante as atividades vc estará articulando junto a secretaria de educação para encaminhar suas entrevistas, então acredito que não sobrá muito tempo para outra atividade. Todavia, se houver vc poderá está junto nas atividades da oficina. Lembro que esta atividade não é exatamente com professores do EJA, isso vc terá que articular lá no município, acredito que dará para se fazer tudo que almejamos, pelo menos para essa viagem.

sds.

apresentacao_projeto

De:  **Carlos Durigan** (durigan@fva.org.br)

Enviada:quarta-feira, 11 de junho de 2008 18:51:35

Para: eunice_soeiro@hotmail.com; Fvalist (fvalist@fva.org.br); ROSICLEIDE SOARES (rsoares11@yahoo.com.br)

Prezada Eunice,

Tudo bem? Te escrevo para marcarmos a apresentação de seu projeto aqui na FVA, na próxima sexta às 16:00 horas. Está bom prá ti?

Abs,

--

Carlos Durigan
 Coordenador Executivo
 Fundação Vitória Amazônica
 Fone: (+55 92) 36427866
 Rua Estrela Dalva, 146, Cj Morada do Sol
 Bairro Aleixo - Manaus/AM
 CEP 69060-093
<http://www.fva.org.br>

Eunice,

em conversa com analista ambiental do PNJ ela não ver nenhum problema em vc acompanhar essa atividade. Segue em anexo a logistica da atividade. Qualquer duvida me comunica. Estare indo para Novo airão amanhã pela tarde retornarei na sexta- feira pela manhã.

A Mariana pede pra mandar um email pra ela, solicitando a ida pra reunião e a carona, só pra respaldar sua ida..

--

Daniela Alves
 Programa de Organização Social
 Fundação Vitória Amazônica - FVA
 Rua Estrela D'Alva,Nº 146,
 Lot. Parque Morada do Sol, Aleixo Manaus/AM - CEP 69060-093 tel.(92) 3642-4559/7866
 fax.(92) 3236.3257

--

Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e acredita-se estar livre de perigo.

--

Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e acredita-se estar livre de perigo.

Re: FW: contribuição ao projeto

De:  **rosicleide soares** (rosicleidesoares@gmail.com)

Enviada:terça-feira, 8 de julho de 2008 20:31:35

Para: eunice soeiro (eunice_soeiro@hotmail.com)

então Eunice, agora q vi este outro e-mail. Na oficina, aepans um colégio confirmou até agora. estaremos construindo roteiros pedagógicos junto com os professores, será algo mais voltado ao planejamento pedagógico de cada disciplina, acredito q durante as atividades vc estará articulando junto a secretaria de educação para encaminhar suas entrevistas, então acredito que não sobrá muito tempo para outra atividade. Todavia, se houver vc poderá está junto nas atividades da oficina. Lembro que esta atividade não é exatamente com professores do EJA, isso vc terá que articular lá no município, acredito que dará para se fazer tudo que almejamos, pelo menos para essa viagem.
sds.

Re: apresentacao_projeto_URGENTE

De:  **Carlos Durigan** (durigan@fva.org.br)

Enviada:sexta-feira, 13 de junho de 2008 20:34:40

Para: eunice soeiro (eunice_soeiro@hotmail.com)

Oi Eunice,

Tudo bem? Estamos com problemas de energia aqui na FVA e quero ver contigo de marcarmos su apresentação prá segunda, mesmo horário, pode ser?

Aproveito para pedir que nos passe seu telefone para qq eventualidade e cofirme o recebimento desta mensagem, pois estou te mandando super em cima e não tenho certeza se estará acessando agora...

Abs,

Durigan
FVA

eunice soeiro escreveu:

> Bom dia Sr. Carlos. Eu comparecerei na FVA na sexta-feira, às 16h.

> Obrigada pelo retorno.

>

> > Date: Wed, 11 Jun 2008 13:34:13 -0400

> > From: durigan@fva.org.br

> > To: eunice_soeiro@hotmail.com; fvalist@fva.org.br;

> rsoares11@yahoo.com.br

> > Subject: apresentacao_projeto

> >

> > Prezada Eunice,
> >
> > Tudo bem? Te escrevo para marcarmos a apresentação de seu projeto aqui
> > na FVA, na próxima sexta às 16:00 horas. Está bom prá ti?
> >
> > Abs,
> >
> > --
> > Carlos Durigan
> > Coordenador Executivo
> > Fundação Vitória Amazônica
> > Fone: (+55 92) 36427866
> > Rua Estrela Dalva, 146, Cj Morada do Sol
> > Bairro Aleixo - Manaus/AM
> > CEP 69060-093
> > <http://www.fva.org.br>

> mestranda da UFAM que lhe procurou no primeiro semestre desse
> e falou-lhe sobre o projeto de pesquisa: articulações de uma pr
> pedagógica ambiental no Parque Nacional do Jaú.
> Não mantive mais contato porque estava ocupadíssima com as
disciplinas
> obrigatórias do Programa, mas hoje me encontro com disponibili
> para reiniciar minhas pesquisas. Naquela época você pediu para
enviar
> meu projeto de Pesquisa, contudo não foi possível enviá-lo, ma
agora
> eu posso.
> Espero contar com você nessa etapa das minhas pesquisas sobre
> Agordo resposta, um abraço.
>
>
>

> Encontre o que você procura com mais eficiência! Instale já a
de
> Ferramentas com Windows Desktop Search! É GRÁTIS!
> --
> Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e
> acredita-se estar livre de perigo.

--
Leokeline Queiroz da Silva
Programa de Educação
Fundação Vitória Amazônica / FVA
Fone: (+55 92) 3642-7866
Fax: (+55 92) 3236-3257
leokeline@fva.org.br
www.fva.org.br

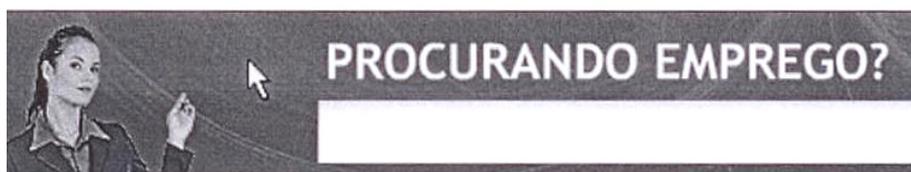
--
Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e
acredita-se estar livre de perigo.

--
Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e
acredita-se estar livre de perigo.

examinar sua caixa de entrada ainda mais rápido? Experimente a versão completa do Windows Live Hotr
ém.)

soft | Privacidade | Legal

Central de Ajuda | Conta | Comentários



Início Hotmail Spaces OneCare Mais ▾ MSN

Buscar na Web

Novo | Excluir Lixo Eletrônico | Marcar como ▾ Mover para ▾ |

Responder Responder a todos Encaminhar

Re: Obtenção de informações

De: **Leokeline Queiroz** (leokeline@fva.org.br)

Enviada: quinta-feira, 9 de outubro de 2008 20:21:32

Para: eunice soeiro (eunice_soeiro@hotmail.com)

Olá, Eunice, bom dia!!!

Desculpe a demora nas respostas, mas é que estava envolvida com coisas e só consegui desacelerar um pouco agora. Bem, vamos Quantos pesquisadores há na FVA? De quantas instituições (o pesquisadores representam)?

Bem, na FVA apesar de haver um programa de pesquisa, outros fazem pesquisa ou por estarem cursando mestrado ou doutorado as atividades desenvolvidas exigem isso. O programa de pesquisa com 6 pessoas, mas 2 colaboradores, o programa de alternativas econômicas têm duas pessoas, os programas de Org. Social e uma pessoa cada. Além disso, o programa de pesquisa conta com a participação dos pesquisadores do INPA (principalmente), da USP, da UNICAMP, entre outros, que apoiam as pesquisas nas especialidades/áreas que a FVA não conta em seu corpo de funcionários.

Nº de Escolas que contêm EJA no PNJ? 1

Qual é a função da Rosecleide na FVA?

Rosicleide está prestando consultoria à FVA nos projetos de Turismo e à Educação Ambiental (esta área, principalmente por licença maternidade e ela deu continuidade aos trabalhos que estávamos desenvolvendo em conjunto).

Nº de comunidades/localidades do PNJ por no. de famílias

Com. Tambor Velho 7 famílias
 Com. Tambor 11 famílias
 Com. Lázaro 6 famílias
 Loc. Capoeira Grande 2 famílias
 Patauí 3 famílias
 Loc. Cachoeira 2 famílias
 Loc. Queiroz 1 família
 Com. Seringalzinho 4 famílias

Quantidades de moradores do PNJ? No momento não tenho idéia uma saída maciça de moradores do PNJ, tanto é que deixou de localidades e várias famílias saíram de suas comunidades.

eunice soeiro escreveu:

> Boa tarde Leo. Se for possível, responda-me algumas informações que me ajudarão na construção do meu trabalho:
 > Quantos pesquisadores há na FVA?

Gravador Dvd Lg H58n
Com Nota - **R\$67.00**

Navegador Veicular
Gps Carro M...
R\$899.90

O que está procurando?
- Mp4
- Celular
- Notebook
- Camera Digital

Início Hotmail Spaces OneCare MSN eunice_soeiro@hotmail.com Sair

Novo(a) Responder Responder a todos Encaminhar Excluir Lixo Eletrônico

Mover para Opções

oficina novo airão

De: **Rosicleide Soares Brasil Ferreira** (rosicleide@fva.org.br)
Enviada: terça-feira, 8 de julho de 2008 19:58:07
Para: eunice soeiro (eunice_soeiro@hotmail.com)

bom eunice, na atividade qye vou realizar junto aos professores da escola Aristóteles não envolverá diretamente a secretaria de educação de Novo Airão. Isso você terá que articular junto a respectiva secretaria.

O contato para que houvesse a atividade deste final de semana foi articulado no final do ano passado e início deste.

Espero que vc tenha chance de aplicar seus questionários, caso contrário vc poderá aproveitar esta viagem para conhcer a secretaria e identificar onde ficam as pessoas que vc terá que entrevistar.

Estarei indo na 5a. 10/7 no ônibus das 14h na balsa do São Raimundo (na rodoviária o ônibus saiaas 13h).

A daniela deve ter informado os custos e o que vc precisa levar então estamos aí.

meu outro e-mail para contato (eu vejo mais vezes é rosicleidesoares@gmail.com ou rsoares11@yahoo.com.br). até mais.

--

Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e acredita-se estar livre de perigo.

--

Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e acredita-se estar livre de perigo.

ão rápida e deseja obter mais recursos, experimente a versão completa. (Também é **grátis**.)

cidade | Legal Central de Ajuda | Conta | Comentários

CONVITE

7ª. Reunião do Conselho Consultivo do PARQUE NACIONAL DO JAÚ

Dias 19 e 20 de julho de 2008

Comunidade do Seringalzinho / Rio Jaú

- Transporte a partir de Manaus na embarcação "Lady Jóia", saindo da Manaus Moderna, balsa do produtor, no dia 17 às 10:00h.
- Parada em Novo Airão às 20h
- Volta após a reunião
- Previsão de chegada em Manaus no dia 21 no fim da tarde
- Levar rede

Atração especial: Após a reunião, show com Gilberto do Jaú



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, através deste, convidá-lo a participar de pesquisa a ser realizada pela pesquisadora Eunice Maciel Soeiro, intitulada "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental, a qual tem por objetivo Conhecer a política que elabora os conteúdos de Educação Ambiental nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú.

A participação é voluntária. Caso o (a) Sr. (a) aceite participar, solicito que preencha o questionário que estou lhe entregando e me autorize a usar as informações que escrever nele. Só a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso às informações. Quando for publicado, dados como nome, profissão, local de moradia não serão divulgados.

As perguntas do questionário não trazem nenhum desconforto ou risco, uma vez que somente refletem o objeto da pesquisa: Educação Ambiental. Informamos que a qualquer momento o (a) Sr. (a), a qualquer momento, poderá desistir da participação dessa pesquisa.

O (a) Sr. (a) pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa. Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos números telefônicos (92) 32378127 e 96031928, comercial Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000. Coroado - Manaus/ AM, CEP 69077-000, (92) 3647-4396 ou pelo e-mail eunice_soeiro@hotmail.com

Eu, Sr. (a), fui informado (a) sobre a pesquisa 'Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estrutura dialógicas para uma Educação Ambiental, orientada pelo Dr. Jorge Gregório da Silva, da Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Educação (FACED) e concordo em participar da mesma e que os dados que eu preenchi no questionário sejam usados nesta pesquisa.


Assinatura do Participante


Assinatura da Pesquisadora

Data: 17 / 10 / 2008

**QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ**

1. Na sala de aula, você estuda usando:
- a. somente o caderno;
 - b. o caderno e livro vindo de Manaus que não contém assunto da nossa comunidade;
 - c. caderno e livro produzido pelo seu município.
 - d. caderno e atividades produzidas pelo (a) professor (a).
2. O (a) professor (a) cria possibilidades para você escrever seu pensamento?
- a. Não cria porque ele (a) não deixa o aluno falar o que pensa.
 - b. Não dá tempo porque a gente escreve muito.
 - c. sim, o (a) professor (a) deixa e assim aprendo mais rápido.
 - d. Não sei.
3. Na sala de aula, você faz atividades de Educação Ambiental?
- a. Não faço essas atividades.
 - b. Faço, mas não com o professor (a). Eu faço com os pesquisadores da Fundação Vitória Amazônica ou do IBAMA.
 - c. Nunca fiz atividades de Educação Ambiental na escola.
 - d. Sim, o (a) professor (a) passa, mas não tem no livro.
4. Qual é a sua profissão?
- a. seringueiro.
 - b. agricultor.
 - c. artesão (ã).
 - d. pescador.
 - e. Outros
5. Qual é a sua dificuldade na escola?
- a. ainda não aprendi a ler corretamente.
 - b. falta de transporte para chegar à escola.
 - c. não consegui entender as atividades porque elas não tratam das coisas que a gente conhece.
 - d. não tenho nenhuma dificuldade.
 - e. Outros

Obrigado pela atenção ao responder as questões formuladas.

**QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ**

1. Na sala de aula, você estuda usando:
- a. somente o caderno;
 - b. o caderno e livro vindo de Manaus que não contém assunto da nossa comunidade;
 - c. caderno e livro produzido pelo seu município.
 - d. caderno e atividades produzidas pelo (a) professor (a).
2. O (a) professor (a) cria possibilidades para você escrever seu pensamento?
- a. Não cria porque ele (a) não deixa o aluno falar o que pensa.
 - b. Não dá tempo porque a gente escreve muito.
 - c. sim, o (a) professor (a) deixa e assim aprendo mais rápido.
 - d. Não sei.
3. Na sala de aula, você faz atividades de Educação Ambiental?
- a. Não faço essas atividades.
 - b. Faço, mas não com o professor (a). Eu faço com os pesquisadores da Fundação Vitória Amazônica ou do IBAMA.
 - c. Nunca fiz atividades de Educação Ambiental na escola.
 - d. Sim, o (a) professor (a) passa, mas não tem no livro.
4. Qual é a sua profissão?
- a. seringueiro.
 - b. agricultor.
 - c. artesão (ã).
 - d. pescador.
 - e. Outros
5. Qual é a sua dificuldade na escola?
- a. ainda não aprendi a ler corretamente.
 - b. falta de transporte para chegar à escola.
 - c. não consegui entender as atividades porque elas não tratam das coisas que a gente conhece.
 - d. não tenho nenhuma dificuldade.
 - e. Outros

Obrigado pela atenção ao responder as questões formuladas.

**QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ**

1. Na sala de aula, você estuda usando:
- a. somente o caderno;
 - b. o caderno e livro vindo de Manaus que não contém assunto da nossa comunidade;
 - c. caderno e livro produzido pelo seu município.
 - d. caderno e atividades produzidas pelo (a) professor (a).
2. O (a) professor (a) cria possibilidades para você escrever seu pensamento?
- a. Não cria porque ele (a) não deixa o aluno falar o que pensa.
 - b. Não dá tempo porque a gente escreve muito.
 - c. sim, o (a) professor (a) deixa e assim aprendo mais rápido.
 - d. Não sei.
3. Na sala de aula, você faz atividades de Educação Ambiental?
- a. Não faço essas atividades.
 - b. Faço, mas não com o professor (a). Eu faço com os pesquisadores da Fundação Vitória Amazônica ou do IBAMA.
 - c. Nunca fiz atividades de Educação Ambiental na escola.
 - d. Sim, o (a) professor (a) passa, mas não tem no livro.
4. Qual é a sua profissão?
- a. seringueiro.
 - b. agricultor.
 - c. artesão (ã).
 - d. pescador.
 - e. Outros
5. Qual é a sua dificuldade na escola?
- a. ainda não aprendi a ler corretamente.
 - b. falta de transporte para chegar à escola.
 - c. não consegui entender as atividades porque elas não tratam das coisas que a gente conhece.
 - d. não tenho nenhuma dificuldade.
 - e. Outros

Obrigado pela atenção ao responder as questões formuladas.

**QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ**

1. Na sala de aula, você estuda usando:
- a. somente o caderno;
 - b. o caderno e livro vindo de Manaus que não contém assunto da nossa comunidade;
 - c. caderno e livro produzido pelo seu município.
 - d. caderno e atividades produzidas pelo (a) professor (a).
2. O (a) professor (a) cria possibilidades para você escrever seu pensamento?
- a. Não cria porque ele (a) não deixa o aluno falar o que pensa.
 - b. Não dá tempo porque a gente escreve muito.
 - c. sim, o (a) professor (a) deixa e assim aprendo mais rápido.
 - d. Não sei.
3. Na sala de aula, você faz atividades de Educação Ambiental?
- a. Não faço essas atividades.
 - b. Faço, mas não com o professor (a). Eu faço com os pesquisadores da Fundação Vitória Amazônica ou do IBAMA.
 - c. Nunca fiz atividades de Educação Ambiental na escola.
 - d. Sim, o (a) professor (a) passa, mas não tem no livro.
4. Qual é a sua profissão?
- a. seringueiro.
 - b. agricultor.
 - c. artesão (ã).
 - d. pescador.
 - e. Outros
5. Qual é a sua dificuldade na escola?
- a. ainda não aprendi a ler corretamente.
 - b. falta de transporte para chegar à escola.
 - c. não consegui entender as atividades porque elas não tratam das coisas que a gente conhece.
 - d. não tenho nenhuma dificuldade.
 - e. Outros

Obrigado pela atenção ao responder as questões formuladas.

**QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ**

1. Na sala de aula, você estuda usando:
- a. somente o caderno;
 - b. o caderno e livro vindo de Manaus que não contém assunto da nossa comunidade;
 - c. caderno e livro produzido pelo seu município.
 - d. caderno e atividades produzidas pelo (a) professor (a).
2. O (a) professor (a) cria possibilidades para você escrever seu pensamento?
- a. Não cria porque ele (a) não deixa o aluno falar o que pensa.
 - b. Não dá tempo porque a gente escreve muito.
 - c. sim, o (a) professor (a) deixa e assim aprendo mais rápido.
 - d. Não sei.
3. Na sala de aula, você faz atividades de Educação Ambiental?
- a. Não faço essas atividades.
 - b. Faço, mas não com o professor (a). Eu faço com os pesquisadores da Fundação Vitória Amazônica ou do IBAMA.
 - c. Nunca fiz atividades de Educação Ambiental na escola.
 - d. Sim, o (a) professor (a) passa, mas não tem no livro.
4. Qual é a sua profissão?
- a. seringueiro.
 - b. agricultor.
 - c. artesão (ã).
 - d. pescador.
 - e. Outros
5. Qual é a sua dificuldade na escola?
- a. ainda não aprendi a ler corretamente.
 - b. falta de transporte para chegar à escola.
 - c. não consegui entender as atividades porque elas não tratam das coisas que a gente conhece.
 - d. não tenho nenhuma dificuldade.
 - e. Outros

Obrigado pela atenção ao responder as questões formuladas.

**QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ**

1. Na sala de aula, você estuda usando:
- somente o caderno;
 - o caderno e livro vindo de Manaus que não contém assunto da nossa comunidade;
 - caderno e livro produzido pelo seu município.
 - caderno e atividades produzidas pelo (a) professor (a).
2. O (a) professor (a) cria possibilidades para você escrever seu pensamento?
- Não cria porque ele (a) não deixa o aluno falar o que pensa.
 - Não dá tempo porque a gente escreve muito.
 - sim, o (a) professor (a) deixa e assim aprendo mais rápido.
 - Não sei.
3. Na sala de aula, você faz atividades de Educação Ambiental?
- Não faço essas atividades.
 - Faço, mas não com o professor (a). Eu faço com os pesquisadores da Fundação Vitória Amazônica ou do IBAMA.
 - Nunca fiz atividades de Educação Ambiental na escola.
 - Sim, o (a) professor (a) passa, mas não tem no livro.
4. Qual é a sua profissão?
- seringueiro.
 - agricultor.
 - artesão (ã).
 - pescador.
 - Outros *trabalha na prefeitura*
5. Qual é a sua dificuldade na escola?
- ainda não aprendi a ler corretamente.
 - falta de transporte para chegar à escola.
 - não conseguí entender as atividades porque elas não tratam das coisas que a gente conhece.
 - não tenho nenhuma dificuldade.
 - Outros

Obrigado pela atenção ao responder as questões formuladas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, através deste, convidá-lo a participar de pesquisa a ser realizada pela pesquisadora Eunice Maciel Soeiro, intitulada "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental, a qual tem por objetivo Conhecer a política que elabora os conteúdos de Educação Ambiental nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú.

A participação é voluntária. Caso o (a) Sr. (a) aceite participar, solicito que preencha o questionário que estou lhe entregando e me autorize a usar as informações que escrever nele. Só a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso às informações. Quando for publicado, dados como nome, profissão, local de moradia não serão divulgados.

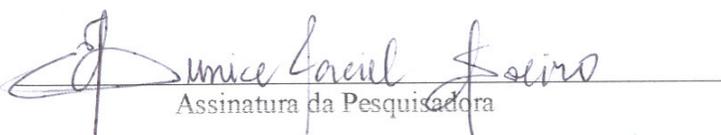
As perguntas do questionário não trazem nenhum desconforto ou risco, uma vez que somente refletem o objeto da pesquisa: Educação Ambiental. Informamos que a qualquer momento o (a) Sr. (a), a qualquer momento, poderá desistir da participação dessa pesquisa.

O (a) Sr. (a) pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa. Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos números telefônicos (92) 32378127 e 96031928, comercial Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000. Coroado - Manaus/ AM, CEP 69077-000, (92) 3647-4396 ou pelo e-mail eunice_soeiro@hotmail.com

Eu, Sr. (a), fui informado (a) sobre a pesquisa "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estrutura dialógicas para uma Educação Ambiental, orientada pelo Dr. Jorge Gregório da Silva, da Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Educação (FACED) e concordo em participar da mesma e que os dados que eu preenchi no questionário sejam usados nesta pesquisa.


Assinatura do Participante


Assinatura da Pesquisadora



Data: 19 / 10 / 2008

**QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ**

1. Na sala de aula, você estuda usando:
- a. somente o caderno;
 - b. o caderno e livro vindo de Manaus que não contém assunto da nossa comunidade;
 - c. caderno e livro produzido pelo seu município.
 - d. caderno e atividades produzidas pelo (a) professor (a).
2. O (a) professor (a) cria possibilidades para você escrever seu pensamento?
- a. Não cria porque ele (a) não deixa o aluno falar o que pensa.
 - b. Não dá tempo porque a gente escreve muito.
 - c. sim, o (a) professor (a) deixa e assim aprendo mais rápido.
 - d. Não sei.
3. Na sala de aula, você faz atividades de Educação Ambiental?
- a. Não faço essas atividades.
 - b. Faço, mas não com o professor (a). Eu faço com os pesquisadores da Fundação Vitória Amazônica ou do IBAMA.
 - c. Nunca fiz atividades de Educação Ambiental na escola.
 - d. Sim, o (a) professor (a) passa, mas não tem no livro.
4. Qual é a sua profissão?
- a. seringueiro.
 - b. agricultor.
 - c. artesão (ã).
 - d. pescador.
 - e. Outros
5. Qual é a sua dificuldade na escola?
- a. ainda não aprendi a ler corretamente.
 - b. falta de transporte para chegar à escola.
 - c. não consegui entender as atividades porque elas não tratam das coisas que a gente conhece.
 - d. não tenho nenhuma dificuldade.
 - e. Outros

Obrigado pela atenção ao responder as questões formuladas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, através deste, convidá-lo a participar de pesquisa a ser realizada pela pesquisadora Eunice Maciel Soeiro, intitulada "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental, a qual tem por objetivo Conhecer a política que elabora os conteúdos de Educação Ambiental nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú.

A participação é voluntária. Caso o (a) Sr. (a) aceite participar, solicito que preencha o questionário que estou lhe entregando e me autorize a usar as informações que escrever nele. Só a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso às informações. Quando for publicado, dados como nome, profissão, local de moradia não serão divulgados.

As perguntas do questionário não trazem nenhum desconforto ou risco, uma vez que somente refletem o objeto da pesquisa: Educação Ambiental. Informamos que a qualquer momento o (a) Sr. (a), a qualquer momento, poderá desistir da participação dessa pesquisa.

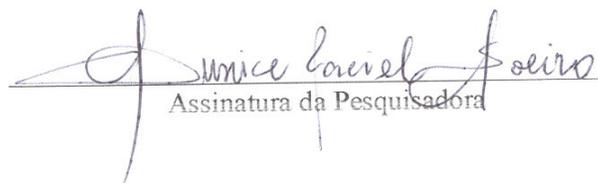
O (a) Sr. (a) pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa. Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos números telefônicos (92) 32378127 e 96031928, comercial Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000. Coroado - Manaus/ AM, CEP 69077-000, (92) 3647-4396 ou pelo e-mail eunice_soeiro@hotmail.com

Eu, Sr. (a), fui informado (a) sobre a pesquisa "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estrutura dialógicas para uma Educação Ambiental, orientada pelo Dr. Jorge Gregório da Silva, da Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Educação (FACED) e concordo em participar da mesma e que os dados que eu preenchi no questionário sejam usados nesta pesquisa.



 Assinatura do Participante



 Assinatura da Pesquisadora



Data: 19/10/2008

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, através deste, convidá-lo a participar de pesquisa a ser realizada pela pesquisadora Eunice Maciel Soeiro, intitulada "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental, a qual tem por objetivo Conhecer a política que elabora os conteúdos de Educação Ambiental nas Escolas Camponesas do Parque Nacional do Jaú.

A participação é voluntária. Caso o (a) Sr. (a) aceite participar, solicito que preencha o questionário que estou lhe entregando e me autorize a usar as informações que escrever nele. Só a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso às informações. Quando for publicado, dados como nome, profissão, local de moradia não serão divulgados.

As perguntas do questionário não trazem nenhum desconforto ou risco, uma vez que somente refletem o objeto da pesquisa: Educação Ambiental.

Informamos que a qualquer momento o (a) Sr. (a), a qualquer momento, poderá desistir da participação dessa pesquisa.

O (a) Sr. (a) pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos números telefônicos (92) 32378127 e 96031928, comercial Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000. Coroado - Manaus/ AM, CEP 69077-000, (92) 3647-4396 ou pelo e-mail eunice_soeiro@hotmail.com

Eu, Sr. (a), fui informado (a) sobre a pesquisa 'Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estrutura dialógicas para uma Educação Ambiental, orientada pelo Dr. Jorge Gregório da Silva, da Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Educação (FACED) e concordo em participar da mesma e que os dados que eu preenchi no questionário sejam usados nesta pesquisa.

X. Maria Madalena de Azevedo

Assinatura do Participante

Eunice F. Soeiro

Assinatura da Pesquisadora

Data: 18/07/2008

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, através deste, convidá-lo a participar de pesquisa a ser realizada pela pesquisadora Eunice Maciel Soeiro, intitulada "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental, a qual tem por objetivo Conhecer a política que elabora os conteúdos de Educação Ambiental nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú.

A participação é voluntária. Caso o (a) Sr. (a) aceite participar, solicito que preencha o questionário que estou lhe entregando e me autorize a usar as informações que escrever nele. Só a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso às informações. Quando for publicado, dados como nome, profissão, local de moradia não serão divulgados.

As perguntas do questionário não trazem nenhum desconforto ou risco, uma vez que somente refletem o objeto da pesquisa: Educação Ambiental. Informamos que a qualquer momento o (a) Sr. (a), a qualquer momento, poderá desistir da participação dessa pesquisa.

O (a) Sr. (a) pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa. Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos números telefônicos (92) 32378127 e 96031928, comercial Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000. Coroado - Manaus/ AM, CEP 69077-000, (92) 3647-4396 ou pelo e-mail eunice_soeiro@hotmail.com

Eu, Sr. (a), fui informado (a) sobre a pesquisa "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estrutura dialógicas para uma Educação Ambiental, orientada pelo Dr. Jorge Gregório da Silva, da Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Educação (FACED) e concordo em participar da mesma e que os dados que eu preenchi no questionário sejam usados nesta pesquisa.

maria da graciacardoso

Assinatura do Participante

Eunice Maciel Soeiro

Assinatura da Pesquisadora

Data: 18/07/2008

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, através deste, convidá-lo a participar de pesquisa a ser realizada pela pesquisadora Eunice Maciel Soeiro, intitulada "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental, a qual tem por objetivo Conhecer a política que elabora os conteúdos de Educação Ambiental nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú.

A participação é voluntária. Caso o (a) Sr. (a) aceite participar, solicito que preencha o questionário que estou lhe entregando e me autorize a usar as informações que escrever nele. Só a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso às informações. Quando for publicado, dados como nome, profissão, local de moradia não serão divulgados.

As perguntas do questionário não trazem nenhum desconforto ou risco, uma vez que somente refletem o objeto da pesquisa: Educação Ambiental. Informamos que a qualquer momento o (a) Sr. (a), a qualquer momento, poderá desistir da participação dessa pesquisa.

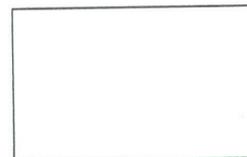
O (a) Sr. (a) pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa. Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos números telefônicos (92) 32378127 e 96031928, comercial Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000. Coroado - Manaus/ AM, CEP 69077-000, (92) 3647-4396 ou pelo e-mail eunice_soeiro@hotmail.com

Eu, Sr. (a), fui informado (a) sobre a pesquisa 'Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estrutura dialógicas para uma Educação Ambiental, orientada pelo Dr. Jorge Gregório da Silva, da Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Educação (FACED) e concordo em participar da mesma e que os dados que eu preenchi no questionário sejam usados nesta pesquisa.

Gonçalo Ramos dos Santos
Assinatura do Participante

Eunice Maciel Soeiro
Assinatura da Pesquisadora



Data: 18/10/2008

**QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ**

1. Na sala de aula, você estuda usando:
- somente o caderno;
 - o caderno e livro vindo de Manaus que não contém assunto da nossa comunidade;
 - caderno e livro produzido pelo seu município.
 - caderno e atividades produzidas pelo (a) professor (a).
2. O (a) professor (a) cria possibilidades para você escrever seu pensamento?
- Não cria porque ele (a) não deixa o aluno falar o que pensa.
 - Não dá tempo porque a gente escreve muito.
 - sim, o (a) professor (a) deixa e assim aprendo mais rápido.
 - Não sei.
3. Na sala de aula, você faz atividades de Educação Ambiental?
- Não faço essas atividades.
 - Faço, mas não com o professor (a). Eu faço com os pesquisadores da Fundação Vitória Amazônica ou do IBAMA.
 - Nunca fiz atividades de Educação Ambiental na escola.
 - Sim, o (a) professor (a) passa, mas não tem no livro.
4. Qual é a sua profissão?
- seringueiro.
 - agricultor.
 - artesão (ã).
 - pescador.
 - Outros
5. Qual é a sua dificuldade na escola?
- ainda não aprendi a ler corretamente.
 - falta de transporte para chegar à escola.
 - não consegui entender as atividades porque elas não tratam das coisas que a gente conhece.
 - não tenho nenhuma dificuldade.
 - Outros

Obrigado pela atenção ao responder as questões formuladas.

OK

**QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ**

1. Na sala de aula, você estuda usando:
- a. somente o caderno;
 - b. o caderno e livro vindo de Manaus que não contém assunto da nossa comunidade;
 - c. caderno e livro produzido pelo seu município.
 - d. caderno e atividades produzidas pelo (a) professor (a).
2. O (a) professor (a) cria possibilidades para você escrever seu pensamento?
- a. Não cria porque ele (a) não deixa o aluno falar o que pensa.
 - b. Não dá tempo porque a gente escreve muito.
 - c. sim, o (a) professor (a) deixa e assim aprendo mais rápido.
 - d. Não sei.
3. Na sala de aula, você faz atividades de Educação Ambiental?
- a. Não faço essas atividades.
 - b. Faço, mas não com o professor (a). Eu faço com os pesquisadores da Fundação Vitória Amazônica ou do IBAMA.
 - c. Nunca fiz atividades de Educação Ambiental na escola.
 - d. Sim, o (a) professor (a) passa, mas não tem no livro.
4. Qual é a sua profissão?
- a. seringueiro.
 - b. agricultor.
 - c. artesão (ã).
 - d. pescador.
 - e. Outros
5. Qual é a sua dificuldade na escola?
- a. ainda não aprendi a ler corretamente.
 - b. falta de transporte para chegar à escola.
 - c. não consegui entender as atividades porque elas não tratam das coisas que a gente conhece.
 - d. não tenho nenhuma dificuldade.
 - e. Outros

Obrigado pela atenção ao responder as questões formuladas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, através deste, convidá-lo a participar de pesquisa a ser realizada pela pesquisadora Eunice Maciel Soeiro, intitulada "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental, a qual tem por objetivo Conhecer a política que elabora os conteúdos de Educação Ambiental nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú.

A participação é voluntária. Caso o (a) Sr. (a) aceite participar, solicito que preencha o questionário que estou lhe entregando e me autorize a usar as informações que escrever nele. Só a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso às informações. Quando for publicado, dados como nome, profissão, local de moradia não serão divulgados.

As perguntas do questionário não trazem nenhum desconforto ou risco, uma vez que somente refletem o objeto da pesquisa: Educação Ambiental.

Informamos que a qualquer momento o (a) Sr. (a), a qualquer momento, poderá desistir da participação dessa pesquisa.

O (a) Sr. (a) pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa.

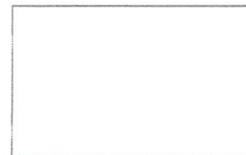
Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos números telefônicos (92) 32378127 e 96031928, comercial Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000. Coroado - Manaus/ AM, CEP 69077-000, (92) 3647-4396 ou pelo e-mail eunice_soeiro@hotmail.com

Eu, Sr. (a), fui informado (a) sobre a pesquisa 'Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estrutura dialógicas para uma Educação Ambiental, orientada pelo Dr. Jorge Gregório da Silva, da Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Educação (FACED) e concordo em participar da mesma e que os dados que eu preenchi no questionário sejam usados nesta pesquisa.

x Clévane da Silva Vieira.
Assinatura do Participante

Eunice f. Soeiro
Assinatura da Pesquisadora



Data: 19/10/2008

QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ

1. Entre as atribuições do professor da Escola Rural na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, qual é a principal:

- a. () ensinar os alunos a escrever e a ler palavras, frases e pequenos textos;
- b. (X) contribuir para que o aluno supere a condição de analfabeto e passe a organizar o seu pensamento reflexivo, superando a compreensão mágica pela compreensão crítica;
- c. () fazer o possível para que todos os alunos sejam alfabetizados, ainda que alguns não consigam ler todas as lições do material didático.
- d. () facilitar o processo ensino-aprendizagem, alterando, quando tiver necessidade, o planejamento de curso com o conhecimento do aluno / comunidade, para alfabetizar todos os discentes.
- e. Outros

2. Muitos professores do Amazonas fazem o possível para serem lotados (as) nos centros de cada município, qual a principal razão para o Sr.(a) está lotado (a) em uma escola do Parque Nacional do Jaú, distante daquelas áreas:

- a. () porque resido no PNJ;
- b. () porque o prefeito paga melhor;
- c. () porque não tive outra alternativa;
- d. () porque gosto de trabalhar em comunidades ribeirinhas, apesar de residir em outro lugar.
- e. Outros *Porque gosto de trabalhar em comunidades ribeirinhas.*

3. Os conteúdos desenvolvidos em sala de aula contemplam a Educação Ambiental como tema transversal?

- a. () contemplam;
- b. () não contemplam;
- c. () não conheço o que é tema transversal;
- d. (X) contemplam, mas não temos tempo para trabalhar com os alunos.
- e. Outros

4. Durante o processo ensino-aprendizagem na EJA, qual é a principal dificuldade vivida pelo (a) professor (a):

- a. () falta de recursos didáticos e merenda escolar;
- b. () baixo salário e ausência de cursos de capacitação;
- c. () evasão escolar
- d. () dificuldades em fazer os alunos aprenderem a ler e escrever.
- e. Outros *A falta de recurso para o professor chegar ao lugar*

5. O Sr. (a) em sua prática pedagógica articula conteúdos com a realidade do aluno e da comunidade local do Parque Nacional do Jaú?

- a. () não articulo porque tenho que ensinar somente os assuntos do livro didático;
- b. () articulo, mas quando tenho tempo, pois as lições do livro são muitas;
- c. () não articulo porque desconheço a realidade das comunidades;
- d. () não articulo porque não é permitido alterar o planejamento.
- e. Outros *Sim, porho temas ~~relacionados~~ a situação do lugar*

Obrigada pela atenção ao responder as questões formuladas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, através deste, convidá-lo a participar de pesquisa a ser realizada pela pesquisadora Eunice Maciel Soeiro, intitulada "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental, a qual tem por objetivo Conhecer a política que elabora os conteúdos de Educação Ambiental nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú.

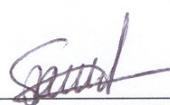
A participação é voluntária. Caso o (a) Sr. (a) aceite participar, solicito que preencha o questionário que estou lhe entregando e me autorize a usar as informações que escrever nele. Só a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso às informações. Quando for publicado, dados como nome, profissão, local de moradia não serão divulgados.

As perguntas do questionário não trazem nenhum desconforto ou risco, uma vez que somente refletem o objeto da pesquisa: Educação Ambiental. Informamos que a qualquer momento o (a) Sr. (a), a qualquer momento, poderá desistir da participação dessa pesquisa.

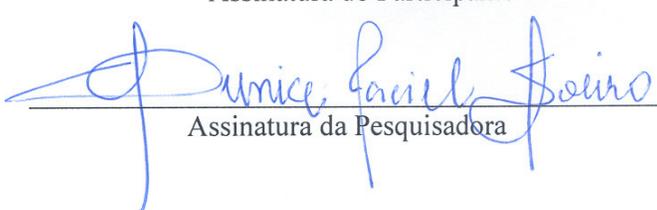
O (a) Sr. (a) pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa. Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos números telefônicos (92) 32378127 e 96031928, comercial Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000. Coroado - Manaus/ AM, CEP 69077-000, (92) 3647-4396 ou pelo e-mail eunice_soeiro@hotmail.com

Eu, Sr. (a), fui informado (a) sobre a pesquisa "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estrutura dialógicas para uma Educação Ambiental, orientada pelo Dr. Jorge Gregório da Silva, da Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Educação (FACED) e concordo em participar da mesma e que os dados que eu preenchi no questionário sejam usados nesta pesquisa.



Assinatura do Participante



Assinatura da Pesquisadora

Data: 17/10/2008

QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ

1. Entre as atribuições do professor da Escola Rural na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, qual é a principal:

- a. () ensinar os alunos a escrever e a ler palavras, frases e pequenos textos;
- b. () contribuir para que o aluno supere a condição de analfabeto e passe a organizar o seu pensamento reflexivo, superando a compreensão mágica pela compreensão crítica;
- c. (X) fazer o possível para que todos os alunos sejam alfabetizados, ainda que alguns não consigam ler todas as lições do material didático.
- d. () facilitar o processo ensino-aprendizagem, alterando, quando tiver necessidade, o planejamento de curso com o conhecimento do aluno / comunidade, para alfabetizar todos os discentes.
- e. Outros

2. Muitos professores do Amazonas fazem o possível para serem lotados (as) nos centros de cada município, qual a principal razão para o Sr.^(a) está lotado (a) em uma escola do Parque Nacional do Jaú, distante daquelas áreas:

- a. () porque resido no PNJ;
- b. () porque o prefeito paga melhor;
- c. () porque não tive outra alternativa;
- d. (X) porque gosto de trabalhar em comunidades ribeirinhas, apesar de residir em outro lugar.
- e. Outros

3. Os conteúdos desenvolvidos em sala de aula contemplam a Educação Ambiental como tema transversal?

- a. (X) contemplam;
- b. () não contemplam;
- c. () não conheço o que é tema transversal;
- d. () contemplam, mas não temos tempo para trabalhar com os alunos.
- e. Outros

4. Durante o processo ensino-aprendizagem na EJA, qual é a principal dificuldade vivida pelo (a) professor (a):

- a. () falta de recursos didáticos e merenda escolar;
- b. (X) baixo salário e ausência de cursos de capacitação;
- c. () evasão escolar
- d. () dificuldades em fazer os alunos aprenderem a ler e escrever.
- e. Outros

5. O Sr. ^(a) em sua prática pedagógica articula conteúdos com a realidade do aluno e da comunidade local do Parque Nacional do Jaú?

- a. () não articulo porque tenho que ensinar somente os assuntos do livro didático;
- b. () articulo, mas quando tenho tempo, pois as lições do livro são muitas;
- c. () não articulo porque desconheço a realidade das comunidades;
- d. (X) não articulo porque não é permitido alterar o planejamento.
- e. Outros

Obrigada pela atenção ao responder as questões formuladas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, através deste, convidá-lo a participar de pesquisa a ser realizada pela pesquisadora Eunice Maciel Soeiro, intitulada “Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental, a qual tem por objetivo Conhecer a política que elabora os conteúdos de Educação Ambiental nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú.

A participação é voluntária. Caso o (a) Sr. (a) aceite participar, solicito que preencha o questionário que estou lhe entregando e me autorize a usar as informações que escrever nele. Só a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso às informações. Quando for publicado, dados como nome, profissão, local de moradia não serão divulgados.

As perguntas do questionário não trazem nenhum desconforto ou risco, uma vez que somente refletem o objeto da pesquisa: Educação Ambiental.

Informamos que a qualquer momento o (a) Sr. (a), a qualquer momento, poderá desistir da participação dessa pesquisa.

O (a) Sr. (a) pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos números telefônicos (92) 32378127 e 96031928, comercial Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000. Coroado - Manaus/ AM, CEP 69077-000, (92) 3647-4396 ou pelo e-mail eunice_soeiro@hotmail.com

Eu, Sr. (a), fui informado (a) sobre a pesquisa ‘Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estrutura dialógicas para uma Educação Ambiental, orientada pelo Dr. Jorge Gregório da Silva, da Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Educação (FACED) e concordo em participar da mesma e que os dados que eu preenchi no questionário sejam usados nesta pesquisa.

Sebastião Sampaio de O. Neto
Assinatura do Participante

Eunice F. Soeiro
Assinatura da Pesquisadora



Data: 17/10/2008

QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ

1. Entre as atribuições do professor da Escola Rural na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, qual é a principal:
- ensinar os alunos a escrever e a ler palavras, frases e pequenos textos;
 - contribuir para que o aluno supere a condição de analfabeto e passe a organizar o seu pensamento reflexivo, superando a compreensão mágica pela compreensão crítica;
 - fazer o possível para que todos os alunos sejam alfabetizados, ainda que alguns não consigam ler todas as lições do material didático.
 - facilitar o processo ensino-aprendizagem, alterando, quando tiver necessidade, o planejamento de curso com o conhecimento do aluno / comunidade, para alfabetizar todos os discentes.
 - Outros
2. Muitos professores do Amazonas fazem o possível para serem lotados (as) nos centros de cada município, qual a principal razão para o Sr.(ª) está lotado (a) em uma escola do Parque Nacional do Jaú, distante daquelas áreas:
- porque resido no PNJ;
 - porque o prefeito paga melhor;
 - porque não tive outra alternativa;
 - porque gosto de trabalhar em comunidades ribeirinhas, apesar de residir em outro lugar.
 - Outros
3. Os conteúdos desenvolvidos em sala de aula contemplam a Educação Ambiental como tema transversal?
- contemplam;
 - não contemplam;
 - não conheço o que é tema transversal;
 - contemplam, mas não temos tempo para trabalhar com os alunos.
 - Outros
4. Durante o processo ensino-aprendizagem na EJA, qual é a principal dificuldade vivida pelo (a) professor (a):
- falta de recursos didáticos e merenda escolar;
 - baixo salário e ausência de cursos de capacitação;
 - evasão escolar
 - dificuldades em fazer os alunos aprenderem a ler e escrever.
 - Outros
5. O Sr. (ª) em sua prática pedagógica articula conteúdos com a realidade do aluno e da comunidade local do Parque Nacional do Jaú?
- não articulo porque tenho que ensinar somente os assuntos do livro didático;
 - articulo, mas quando tenho tempo, pois as lições do livro são muitas;
 - não articulo porque desconheço a realidade das comunidades;
 - não articulo porque não é permitido alterar o planejamento.
 - Outros

Obrigada pela atenção ao responder as questões formuladas.

QUESTIONÁRIO PARA A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO

1. Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam, como estratégias de melhorar a qualidade do ensino e contribuir para formação de cidadãos, entre outros, conscientes em preservar a natureza, colaborando para o bem estar da sociedade, os temas transversais, entre estes, o meio ambiente, por isso sugere às instituições de ensino de todo país que trabalhe a Educação Ambiental em todas as etapas de ensino. Como a secretaria de educação do município tem orientado este tema na Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

- a. Em parceria com outras instituições, como a Fundação Vitória Amazônica.
 b. Ainda não estamos trabalhando em nossas escolas.
 c. Orientamos os professores para que trabalhem em sala de aula apesar de não constar no livro didático.
 d. Esse tema é trabalhado somente com os alunos das séries do Ensino Fundamental.

e. Outros

2. O planejamento de curso dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) contém temas sobre o meio ambiente?

- a. contém.
 b. não contém.
 c. Esse tema é trabalhado nas reuniões com os comunitários.
 d. Esse tema deixamos para ser trabalhado pelos pesquisadores de Organizações Não Governamentais (ONGs), como a Fundação Vitória Amazônica e o IBAMA.
 e. Outros

3. Como as Escolas estão localizadas em um Parque Nacional, monitorado pelo IBAMA e freqüentemente “visitado” por pesquisadores de diferentes segmentos da sociedade, o processo ensino-aprendizagem, desenvolvido pelos professores, sofre alguma interferência quando aqueles desenvolvem atividades de Educação Ambiental?

- a. Isso não ocorre no processo ensino-aprendizagem porque os professores têm que atingir todos os objetivos do plano de curso.
 b. Sofre interferência, pois o planejamento do docente é flexível.
 c. Não permitimos nenhum tipo de interferência no processo ensino-aprendizagem do professor.
 d. Esses segmentos não desenvolvem esse tipo de atividade nas escolas.
 e. Outros

4. De acordo com dados estatísticos da Secretaria de Educação do Município, qual é a principal razão de alguns alunos da EJA não conseguirem ser alfabetizados?

- a. Falta de preparo do professor.
 b. Evasão dos alunos devido a problemas pessoais e falta de recursos.
 c. Dificuldade de aprendizagem dos alunos.
 d. Troca de professor durante o ano letivo.
 e. Outros

5. A seleção dos conteúdos para a Educação de Jovens e Adultos é feita:

- a. pela própria secretária.
 b. obedecendo as orientações da Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC).
 c. pelo professor a partir da realização de testes diagnósticos dos discentes.
 d. A partir das propostas de livros didáticos enviados pela SEDUC.
 e. Outros *conforme orientações de MEC*

Obrigada pela atenção ao responder as questões formuladas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, através deste, convidá-lo a participar de pesquisa a ser realizada pela pesquisadora Eunice Maciel Soeiro, intitulada “Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental, a qual tem por objetivo Conhecer a política que elabora os conteúdos de Educação Ambiental nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú.

A participação é voluntária. Caso o (a) Sr. (a) aceite participar, solicito que preencha o questionário que estou lhe entregando e me autorize a usar as informações que escrever nele. Só a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso às informações. Quando for publicado, dados como nome, profissão, local de moradia não serão divulgados.

As perguntas do questionário não trazem nenhum desconforto ou risco, uma vez que somente refletem o objeto da pesquisa: Educação Ambiental. Informamos que a qualquer momento o (a) Sr. (a), a qualquer momento, poderá desistir da participação dessa pesquisa.

O (a) Sr. (a) pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa. Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos números telefônicos (92) 32378127 e 96031928, comercial Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000. Coroado - Manaus/ AM, CEP 69077-000, (92) 3647-4396 ou pelo e-mail eunice_soeiro@hotmail.com

Eu, Sr. (a), fui informado (a) sobre a pesquisa ‘Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estrutura dialógicas para uma Educação Ambiental, orientada pelo Dr. Jorge Gregório da Silva, da Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Educação (FACED) e concordo em participar da mesma e que os dados que eu preenchi no questionário sejam usados nesta pesquisa.

FRANCISCO CARLOS F. SI
Assinatura do Participante

Eunice Maciel Soeiro
Assinatura da Pesquisadora

Data: 19/09/2008

QUÉSTIONÁRIO PARA A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARCELOS

1. Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam, como estratégias de melhorar a qualidade do ensino e contribuir para formação de cidadãos, entre outros, conscientes em preservar a natureza, colaborando para o bem estar da sociedade, os temas transversais, entre estes, o meio ambiente, por isso sugere às instituições de ensino de todo país que trabalhe a Educação Ambiental em todas as etapas de ensino. Como a secretaria de educação do município tem orientado este tema na Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

- a. Em parceria com outras instituições, como a Fundação Vitória Amazônica.
 b. Ainda não estamos trabalhando em nossas escolas.
 c. Orientamos os professores para que trabalhem em sala de aula apesar de não constar no livro didático.
 d. Esse tema é trabalhado somente com os alunos das séries do Ensino Fundamental.
 e. Outros

2. O planejamento de curso dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) contém temas sobre o meio ambiente?

- a. contém.
 b. não contém.
 c. Esse tema é trabalhado nas reuniões com os comunitários.
 d. Esse tema deixamos para ser trabalhado pelos pesquisadores de Organizações Não Governamentais (ONGs), como a Fundação Vitória Amazônica e o IBAMA.
 e. Outros

3. Como as Escolas estão localizadas em um Parque Nacional, monitorado pelo IBAMA e freqüentemente "visitado" por pesquisadores de diferentes segmentos da sociedade, o processo ensino-aprendizagem, desenvolvido pelos professores, sofre alguma interferência quando aqueles desenvolvem atividades de Educação Ambiental?

- a. Isso não ocorre no processo ensino-aprendizagem porque os professores têm que atingir todos os objetivos do plano de curso.
 b. Sofre interferência, pois o planejamento do docente é flexível.
 c. Não permitimos nenhum tipo de interferência no processo ensino-aprendizagem do professor.
 d. Esses segmentos não desenvolvem esse tipo de atividade nas escolas.
 e. Outros

4. De acordo com dados estatísticos da Secretaria de Educação do Município, qual é a principal razão de alguns alunos da EJA não conseguirem ser alfabetizados?

- a. Falta de preparo do professor.
 b. Evasão dos alunos devido a problemas pessoais e falta de recursos.
 c. Dificuldade de aprendizagem dos alunos.
 d. Troca de professor durante o ano letivo.
 e. Outros

5. A seleção dos conteúdos para a Educação de Jovens e Adultos é feita:

- a. pela própria secretária.
 b. obedecendo as orientações da Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC).
 c. pelo professor a partir da realização de testes diagnósticos dos discentes.
 d. A partir das propostas de livros didáticos enviados pela SEDUC.
 e. Outros *conferimos orientações de MEC*

Obrigada pela atenção ao responder as questões formuladas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, através deste, convidá-lo a participar de pesquisa a ser realizada pela pesquisadora Eunice Maciel Soeiro, intitulada "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental, a qual tem por objetivo Conhecer a política que elabora os conteúdos de Educação Ambiental nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú.

A participação é voluntária. Caso o (a) Sr. (a) aceite participar, solicito que preencha o questionário que estou lhe entregando e me autorize a usar as informações que escrever nele. Só a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso às informações. Quando for publicado, dados como nome, profissão, local de moradia não serão divulgados.

As perguntas do questionário não trazem nenhum desconforto ou risco, uma vez que somente refletem o objeto da pesquisa: Educação Ambiental. Informamos que a qualquer momento o (a) Sr. (a), a qualquer momento, poderá desistir da participação dessa pesquisa.

O (a) Sr. (a) pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa. Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos números telefônicos (92) 32378127 e 96031928, comercial Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000. Coroadó - Manaus/ AM, CEP 69077-000, (92) 3647-4396 ou pelo e-mail eunice_soeiro@hotmail.com

Eu, Sr. (a), fui informado (a) sobre a pesquisa "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estrutura dialógicas para uma Educação Ambiental, orientada pelo Dr. Jorge Gregório da Silva, da Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Educação (FACED) e concordo em participar da mesma e que os dados que eu preenchi no questionário sejam usados nesta pesquisa.

Eustiane M^e Cantanhede Garcia
Assinatura do Participante

Eunice Maciel Soeiro
Assinatura da Pesquisadora



Data: 29/11/2008

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, através deste, convidá-lo a participar de pesquisa a ser realizada pela pesquisadora Eunice Maciel Soeiro, intitulada "Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estruturas dialógicas para uma Educação Ambiental, a qual tem por objetivo Conhecer a política que elabora os conteúdos de Educação Ambiental nas Escolas Campesinas do Parque Nacional do Jaú.

A participação é voluntária. Caso o (a) Sr. (a) aceite participar, solicito que preencha o questionário que estou lhe entregando e me autorize a usar as informações que escrever nele. Só a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso às informações. Quando for publicado, dados como nome, profissão, local de moradia não serão divulgados.

As perguntas do questionário não trazem nenhum desconforto ou risco, uma vez que somente refletem o objeto da pesquisa: Educação Ambiental. Informamos que a qualquer momento o (a) Sr. (a), a qualquer momento, poderá desistir da participação dessa pesquisa.

O (a) Sr. (a) pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa. Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos números telefônicos (92) 32378127 e 96031928, comercial Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000. Coroado - Manaus/ AM, CEP 69077-000, (92) 3647-4396 ou pelo e-mail eunice_soeiro@hotmail.com

Eu, Sr. (a), fui informado (a) sobre a pesquisa 'Possibilidades para práticas pedagógicas nas Escolas Rurais do Jaú: Estrutura dialógicas para uma Educação Ambiental, orientada pelo Dr. Jorge Gregório da Silva, da Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Educação (FACED) e concordo em participar da mesma e que os dados que eu preenchi no questionário sejam usados nesta pesquisa.

Rosicleide Soares Brasil Ferreira

Assinatura do Participante

Eunice Maciel Soeiro
Assinatura da Pesquisadora



Data: ____/____/____

QUESTIONÁRIO PARA FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA

1 Entre as estratégias de conservação da natureza realizadas pela Fundação Vitória Amazônica, no Parque Nacional do Jaú, a educação ambiental junto às comunidades:

- a) é desenvolvida periodicamente a partir da elaboração de projetos;
- b) Não é prioridade par a Fundação Vitória Amazônica;
- c) ainda não foi desenvolvida;
- d) contribui para que os habitantes do parque conservem o meio ambiente;
- e) outros: *é desenvolvida por ciclos mediante ações dos diversos projetos executados pela FVA no PARNA JAÚ e adjacências.*

2 Ao realizar a atividade de educação ambiental nas escolas do Parque Nacional do Jaú, a FVA teve obstáculos:

- a) por parte dos docentes devida a não aceitação das propostas da FVA;
- b) por parte dos comunitários que não queriam que seus filhos fossem ensinados por pesquisadores;
- c) aceitação do Poder Público, dos comunitários, dos professores e dos alunos;
- d) dificuldades devido às discrepâncias curriculares que não contemplam assuntos de educação ambiental
- e) outros: *Baixa/pouca formação dos professores para ações específicas; ausência de articulação de profs pedagógicos que toquem a temática nos planos de aula.*

3 Antes da FVA desenvolver atividades de EA nas escolas, os professores:

- a) já desenvolviam o tipo de atividade supracitada;
- b) não usavam em suas práticas pedagógicas assuntos de EA uma vez que não constavam no planejamento escolar;
- c) não trabalhavam a educação ambiental porque não tinham material didático;
- d) não ensinavam EA porque não tinham tempo devido a obrigatoriedade em cumprir o plano de curso;
- e) outros:

4 A partir do momento em que os pesquisadores da FVA desenvolveram atividade de EA no PNJ, percebeu-se:

- a) interesse dos participantes;
- b) desinteresse dos participantes, principalmente dos professores e dos alunos
- c) melhora na conservação dos recursos naturais do PNJ;
- d) maior facilidade dos alunos em aprenderem os conteúdos ambientais;
- e) outros: *maior interesse de alunos e demais moradores; e, did. dade do docente articular ações de EA no cotidiano d escola e da comunidade.*

5 De acordo com as observações feitas pela FVA nas escolas rurais, os professores desenvolvem conteúdos:

- a) articulados com a realidade local e os saberes da comunidade;
- b) distante da realidade local e dos saberes da comunidade;
- c) que não refletem a realidade local porque os livros didáticos não a contempla;
- d) construídos a partir do conhecimento do aluno e dos comunitários;
- e) outros:

Obrigado pela atenção ao responder as questões formuladas.

